

A presença da dimensão subjetiva, presença essa que a *Psicologia* contribui, significativamente, para produzir na medida em que é seu objeto de estudo e trabalho. Dar visibilidade aos sentimentos, às significações e sentidos, às emoções e afetos que reúnem e ligam as pessoas que vivem juntas uma experiência permite que a educação popular e a experiência de uma Feira sejam olhadas de modo a vermos, com clareza, a presença dos sujeitos que as constituem. Enxergar o que pensam e sentem estas pessoas é dar a elas, com sua ação coletiva, maior visibilidade como sujeitos ativos do processo.

Ana Bock



NUPLAR

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE EXTENSÃO, PESQUISA E ENSINO  
EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR



Este Núcleo promove exercícios de interdisciplinaridades a partir das tantas questões emanadas de projetos de Extensão, exercitando a Pesquisa e organizando conteúdos para o Ensino, em suas diferenciadas atividades, em especial durante seus cursos, inclusive de pós-graduação.

Esta Coleção é a forma também utilizada para a socialização desses conteúdos, contribuindo às reflexões para o campo da Economia dos Trabalhadores(solidária), por meio da Pedagogia da Educação Popular.

NELSÂNIA BATISTA DA SILVA

EDUCAÇÃO POPULAR E  
SUBJETIVIDADE



33



COLEÇÃO  NUPLAR

NELSÂNIA BATISTA DA SILVA

**EDUCAÇÃO POPULAR E  
SUBJETIVIDADE:  
vivências em Feira  
Agroecológica de bases na  
economia solidária popular**

volume 33



As dimensões educativas que mobilizaram e mobilizam trabalhadores e trabalhadoras rurais em torno da viabilização de uma *Feira Agroecológica em bases à economia solidária popular* são a temática deste livro. Mostra aspectos que instigaram a práxis desse projeto coletivo de desenvolvimento com desejos de auto sustentabilidade, construído pelos agricultores e agricultoras de áreas de assentamento da reforma agrária da Paraíba.



EDUCAÇÃO POPULAR E SUBJETIVIDADE:  
vivências em Feira Agroecológica de bases  
na economia solidária popular



NELSÂNIA BATISTA DA SILVA

EDUCAÇÃO POPULAR E SUBJETIVIDADE:  
vivências em Feira Agroecológica de bases  
na economia solidária popular

EDITORA DO CCTA

João Pessoa, PB

2016

Capa: David Fernandes

Revisão ortográfica: Anaina Clara de Melo

Projeto gráfico: Rudah Silva

Catálogo na publicação: Biblioteca Setorial do CCTA/UEPB

S586e Silva, Nelsânia Batista da.  
Educação popular e subjetividade: vivências em Feira  
Agroecológica de bases na economia solidária popular /  
Nelsânia Batista da Silva. João Pessoa: Editora do CCTA,  
2016.  
155 p. : il. (Coleção NUPLAR, 33)  
ISBN: 978-85-9559-057-1  
1. Educação e Psicologia. 2. Educação Popular.  
3. Economia Solidária. 4. Subjetividade. I. Título.

UEPB/BS-CCTA

CDU: 37:159.9

Foi feito depósito legal

Todos os textos são de responsabilidade do autor.

Direitos desta edição reservados à: EDITORA DO CCTA/UEPB

Cidade Universitária – João Pessoa – Paraíba – Brasil

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - **UFPB**  
PRO-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS - **PRAC**  
COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO POPULAR - **COEP**  
OBSERVATÓRIO DE CULTURA - **OBSERVACULT**  
GRUPO DE PESQUISA EM EXTENSÃO POPULAR - **EXTELAR**  
INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS - **INCUBES**  
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO EM  
ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR - **NUPLAR**

### **Conselho Editorial**

Anabel Riviero, Universidad de la República - Uruguai

Andres Ruggeri, UBA, Argentina

David Barkin, UNAM, México

Genauto Carvalho de França Filho, UFBA, Brasil

José Francisco de Melo Neto, UFPB, Brasil

José Luis Carretero Miramar - Espanha

José Maria Carvalho Ferreira - Portugal

Marco Antônio de Castilhos Acco, UFPB, Brasil

Maria de Fátima Melo do Nascimento, UFPB, Brasil

Maurício Sardá de Faria, UFPB, Brasil

Roberto Mendoza, UFPB, Brasil

Vanderson Gonçalves Carneiro, UFPB, Brasil

## **Conselho Consultivo**

Paul Israel Singer, USP, Brasil

Roberto Veras de Oliveira, UFPB, Brasil

Henrique Tahan Novaes, UFSCAR, Brasil

Flávio Chedid Henriques, UFRJ, Brasil

Leôncio Camino, UFPB, Brasil

Carlos Martines, Argentina

Ricardo Antunes, Unicamp, Brasil

Fábio Bechara Sanchez, UFSCAR, Brasil

Camila Piñeiro Harnecker, Universidad de Habana, Cuba

Pedro Christófoli, UFFS, Brasil

José Carlos Mendonça, LASTRO – UFSC, Brasil

Rogério Medeiros, UFPB, Brasil

Dario Azzellini, Austria

Felipe Addor, UFRJ, Brasil

Roberto Horta, UFMG, Brasil

O NUPLAR é um Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão em Economia Solidária, Educação Popular e Cultura, criado na Universidade Federal da Paraíba, no início do ano de 2014, expressão de síntese de grupos já existentes e ainda permanecem, em sua autonomia, no interior do Núcleo. Volta-se à educação de pessoal de nível superior para assessorias da educação popular, em seus variados campos de aplicação da economia solidária, envolvendo ações voltadas à autogestão e temas afins, bem como observatório de políticas culturais.

Está composto da Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES), criada em 2011, do Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR) em 1999 e do Observatório de Políticas Culturais (OBSERVACULT), em 2013. Procura contribuir com o desenvolvimento local e com a geração de tecnologias sociais, promovendo novas perspectivas conceituais e práticas para o papel social da universidade, e com o aprofundamento de questões epistemológicas quanto ao exercício da pesquisa, ensino e extensão.

O núcleo enfatiza a sua produção acadêmica em três temáticas: A primeira é voltada à *economia solidária e sociedade*; a segunda, à *educação popular* e a terceira coleção, a *teorias, estudos, estado, políticas e gestão cultural*.

Esta produção acadêmica vem sendo editada e socializada na Coleção Nuplar.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA E SOCIEDADE

### Títulos publicados:

- Incubação de empreendimento solidário popular: fragmentos teóricos ...  
vol 1  
*Francisco Xavier Pereira da Costa, Iolanda Carvalho de Oliveira e José Francisco de Melo Neto*
- Extensão universitária - diálogos populares ..... vol 2  
*(vários autores)*
- Educação, extensão popular e pesquisa  
(metodologia e prática) ..... vol 3  
*Maria das Graças de Almeida Baptista  
Tânia Rodrigues Palhano*
- Crisis y autogestion en el Siglo XXI ..... vol 4  
*Maurício Sardá de Faria, A.E.Roggeri e H.T. Novaes*
- IV Encontro Internacional “A economia dos trabalhadores” ..... vol 5  
*Maurício Sardá de Faria, A.E.Roggeri e F. C. Henriques*
- Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: Avatares do trabalho e  
do capital..... vol 6  
*Maurício Sardá de Faria*

### Títulos a publicar:

- Extensão universitária - diálogos de pertenças  
*José Francisco de Melo Neto*
- Economia solidária e sociedade  
*Maurício Sardá de Faria e Vanderson Gonçalves Carneiro*
- Economia solidária: o Banco Comunitário Jardim Botânico da  
comunidade do São Rafael  
*Almir Cléydison Joaquim da Silva; Ana Flávia de Lima; Beatriz Batinga e Silva;  
Jaciará Gomes Raposo e Maurício Sardá de Faria*
- Economia solidária na Comunidade do São Rafael  
*Luzia Domiciano da Silva; Wanessa Costa Santos; Ana Flávia de Lima e Jaciará  
Gomes Raposo*

## EDUCAÇÃO POPULAR

### Títulos publicados:

- Educação Popular - enunciados teóricos ..... vol 7  
*José Francisco de Melo Neto*
- Educação Popular - enunciados teóricos V. 2 ..... vol 8  
*Agostinho Rosas e José Francisco de Melo Neto*
- Educação Popular - enunciados teóricos V. 3 ..... vol 9  
*José Francisco de Melo Neto*
- Educação popular na formação universitária: reflexões a partir de uma experiência de extensão ..... vol 10  
*Pedro José Santos Carneiro Cruz e Eymard Mourão Vasconcelos*
- Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)..... vol 11  
*Pedro José Santos Carneiro Cruz e outros*
- Saúde da família na Paraíba: experiências e reflexões de profissionais e gestores do SUS..... vol 12  
*Pedro José Santos Carneiro Cruz e Volmir José Brutscher*
- Extensão popular, 2ª edição ..... vol 13  
*José Francisco de Melo Neto.*
- Vivência em comunidade:  
outra forma de ensino, 2ª edição ..... vol 14  
*Emmanuel Fernandes Falcão*
- Caderno de Extensão Popular: textos de referência para a extensão universitária.  
Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS ..... vol 15  
*Pedro José Santos Carneiro Cruz.*
- Extensão popular, educação e pesquisa ..... vol 16  
*José Francisco de Melo Neto e Pedro José Santos Carneiro Cruz*
- Caminhos da aprendizagem na Extensão Universitária:  
reflexões com base em experiência na  
Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP) ..... vol 17  
*Pedro José Santos Carneiro Cruz, Eymard Mourão Vasconcelos*
- Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)..... vol 18  
*Pedro José Santos Carneiro Cruz, Marcos Oliveira Dias Vasconcelos, Fernanda Isabela Gondim Sarmiento, Murilo Leandro Marcos, Eymard Mourão Vasconcelos*

- Educação popular na universidade  
(reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular  
(ANEPOP). Vol. 2..... vol 19  
*Luciana M. P. de Sousa; Islany Costa Alencar; Lucas Emmanuel de Carvalho e Pedro  
J. S C. Cruz*
- Educação popular na formação universitária: reflexões com base em  
uma experiência ..... vol 20  
*Eymard Mourão Vasconcelos, Pedro José Santos Carneiro Cruz*
- Educação popular e nutrição social: reflexões e vivências com base em  
uma experiência ..... vol 21  
*Pedro José Santos Carneiro Cruz, Ana Claudia Cavalcanti Peixoto de Vasconcelos,  
Luciana Maria Pereira de Sousa, Adriana Maria Macedo de Almeida Tófoli, Daniela  
Gomes de Brito Carneiro, Islany Costa Alencar*
- Extensão popular: caminhos em construção ..... vol 22  
*Pedro José Santos Carneiro Cruz, Daniela Gomes de Brito Carneiro, Adriana Maria  
Macedo de Almeida Tófoli, Ana Paula Espíndola Rodrigues, Islany Costa Alencar*
- Extensão, saúde e formação médica ..... vol 23  
*Pedro José Santos Carneiro Cruz e Mário César Soares Xavier Filho*
- O MAR E A JANGADA:  
política cultural e extensão universitária ..... vol 24  
*Fernando Antonio Abath, Luna Cardoso Cananéa*
- Educação Popular e Identidade Cultural..... vol 25  
*Fernando Antonio Abath, Luna Cardoso Cananéa*

### **Títulos a publicar:**

- Extensão popular: caminhos para emancipação  
*Emmanuel Fernandes Falcão*
- Educação popular - memória e história  
*Pedro José Santos Carneiro Cruz*
- Universidade popular; ensino, extensão e pesquisa  
*José Francisco de Melo Neto*
- Educação popular em economia solidária  
*Maurício Sardá de Faria e José Francisco de Melo Neto*
- Vivências de Extensão em Educação Popular no Brasil. Vol.1
- Extensão e formação universitária: caminhos, desafios e aprendizagens. Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS.
- Vivências de Extensão em Educação Popular no Brasil. Volume 2 - Extensão e Educação Popular na reorientação da formação em saúde. Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS.
- Vivências de Extensão em Educação Popular no Brasil. Vol.3
- Extensão e Educação Popular na reorientação de práticas, políticas e serviços de saúde. Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS.
- Agir crítico em nutrição: uma construção pela educação popular
- Educação Popular e subjetividade: vivências em Feira Agroecológica de base na economia solidária popular  
*Nelsânia Batista da Silva*
- COCO DE RODA NOVO QUILOMBO: saberes da cultura popular e práticas de educação popular na comunidade quilombola de Ipiranga. na cidade do Conde-PB  
*Cícero Pedroza da Silva*

## TEORIAS, ESTUDOS, ESTADO, POLÍTICAS E GESTÃO CULTURAL

### Títulos publicados:

- Desenvolvimento social e combate à fome no Brasil: Balanço e desafios  
vol. 26  
*Marco Antônio Castilhos Acco*
- I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares e  
II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares .  
vol. 27  
*Marco Antônio Castilhos Acco; Hamilton Farias; Ricardo Lima e Américo Córdula*
- Escola de Frankfurt - Diálogos ..... vol. 28  
*Romero Júnior Venâncio Silva, Anaina Clara de Melo Veras e José Francisco de Melo Neto*
- Radcom. O que é? Como montar? ..... vol. 29  
*Daniel Pereira dos Santos*

### Títulos a publicar:

- A pedagogia emancipadora de Paulo Freire
- A crítica da religião em Karl Marx: 1840-1846
- Argumentos em defesa da integração das políticas de educação e cultura na época de sua separação instrumental (enviado para publicação)
- A política de Educação e Cultura no Brasil: antecedentes históricos e desafios do contexto atual (em vias de ser enviado para publicação)
- Cultura para a Educação: Experiências internacionais comparadas
- Proposta de modelo de governança para as ações de educação desenvolvidas pelo MinC
- Sistema de Financiamento da Economia Criativa
- PARA ONDE VÃO OS ESTADOS NACIONAIS? Abordagens da teoria social contemporânea sobre as pressões para a transformação dos Estados nacionais na virada para o século XXI
- Estado e Globalização: Uma crítica aos global-pluralistas
- Os Estados, o Sistema-Mundo e o Sistema Interestatal: Considerações a partir da obra de Immanuel Wallerstein
- Pós-Weber? Notas para o revigoramento do debate sobre a burocracia e o Estado
- Teorias da Burocracia Revisitada: o problema da racionalidade em Claus Offe e Weber
- Desenvolvimento, Estado desenvolvimentista e o debate sobre as capacidades estatais

### **APOIOS:**

PRAC - Pro-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários  
COEP - Coordenação de Educação Popular (UFPB)  
NUPLAR - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular  
INCUBES - Incubadora de Empreendimentos Solidários (UFPB)  
EXTELAR - Grupo de Pesquisa em Extensão Popular  
PPGE /UFPB - Programa de Pós-Graduação em Educação  
SENAES /TEM - Secretaria Nacional de Economia Solidária  
PROEXT - MEC  
CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa

### **PARCERIAS:**

SEDH - PB  
NESOL - USP  
ITES – UFBA  
NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – UFSCAR  
IUBES – UFCG  
GEPPS – UFPB (campus IV – litoral norte)  
OLATECSOL – UFPEL  
OASIS – UFRN  
LAEPT - UFPB

**COLEÇÃO NUPLAR - Nº 33**



Às mulheres e aos homens que concretizaram esta experiência.  
A todos/as que, diante da necessidade, sonham e têm coragem de  
construir uma vida melhor para si e para humanidade.



## APRESENTAÇÃO

Romper com a tradição elitista e conservadora da Psicologia não é tarefa simples. Exige a participação de muitos e a ousadia de criar o novo. É com satisfação que apresento o livro de Nelsânia, pois ele é, sem dúvida, um esforço nesta direção.

A Psicologia surge, no Brasil, como profissão, aliada aos interesses das elites que queriam modernizar o país. Apresenta-se como um conhecimento capaz de contribuir na medida em que possuía uma tecnologia (os testes psicológicos) capaz de diferenciar e categorizar os indivíduos, em especial em processos de seleção para o trabalho e para a vida escolar. Assim, a Psicologia se pôs na cena brasileira e foi rapidamente reconhecida como profissão. Estávamos nos anos 60. Mesmo sem termos uma categoria profissional e nem mesmo um discurso que unificasse e produzisse identificação para o campo, a Psicologia foi regulamentada no Brasil, como profissão. O reconhecimento e a aliança com a elite vão direcionar o desenvolvimento da Psicologia. Trabalhamos, pesquisamos, nos tornamos acessíveis apenas à elite.

Mas não demorou a que a Psicologia reconhecesse a necessidade de buscar outras direções e novos compromissos. Nos anos 70, 80 e 90, fizemos, desta busca, nossa principal tarefa e, hoje, falamos, com orgulho, do novo compromisso social da Psicologia.

Um compromisso com os interesses da maioria da população; um compromisso com as urgências em nossa sociedade, com o fim da desigualdade social e com a construção de um mundo melhor.

Esse novo projeto para a Psicologia exige muitos companheiros e pede deles inquietação, incômodo e inconformismo com o instituído, ousadia na busca de saídas e um olhar voltado para a vida vivida pela maioria da população, que, em nosso país, é pobre. É nessa direção que queremos caminhar com a Psicologia e nesse caminho está Nelsânia com seu trabalho sobre educação popular e subjetividade.

É um estudo cuidadoso sobre as vivências na Feira Agroecológica que acontece nas dependências da Universidade Federal da Paraíba. Nelsânia trouxe para a cena a dimensão subjetiva desta experiência e com isto colaborou significativamente para reforçar a presença dos sujeitos que constroem essa experiência de economia solidária popular.

A presença da dimensão subjetiva, presença essa que a Psicologia contribui, significativamente, para produzir na medida em que é seu objeto de estudo e trabalho. Dar visibilidade aos sentimentos, às significações e sentidos, às emoções e afetos que reúnem e ligam as pessoas que vivem juntas uma experiência permite que a educação popular e a experiência de uma Feira sejam olhadas de modo a vermos, com clareza, a presença dos sujeitos que as constituem. Enxergar o que pensam e sentem estas pessoas é dar a elas, com sua ação coletiva, maior visibilidade como sujeitos ativos do processo.

Nelsânia faz isto e nos transmite seu trabalho em um texto claro e direcionado. Seu estudo dá voz e corpo à dimensão subjetiva de uma experiência em educação popular. Valoriza e privilegia o coletivo como espaço de construção dos sujeitos, sem retirar de cada um seu valor no trabalho, na medida em que a dimensão psicológica se põe como aspecto importante da experiência.

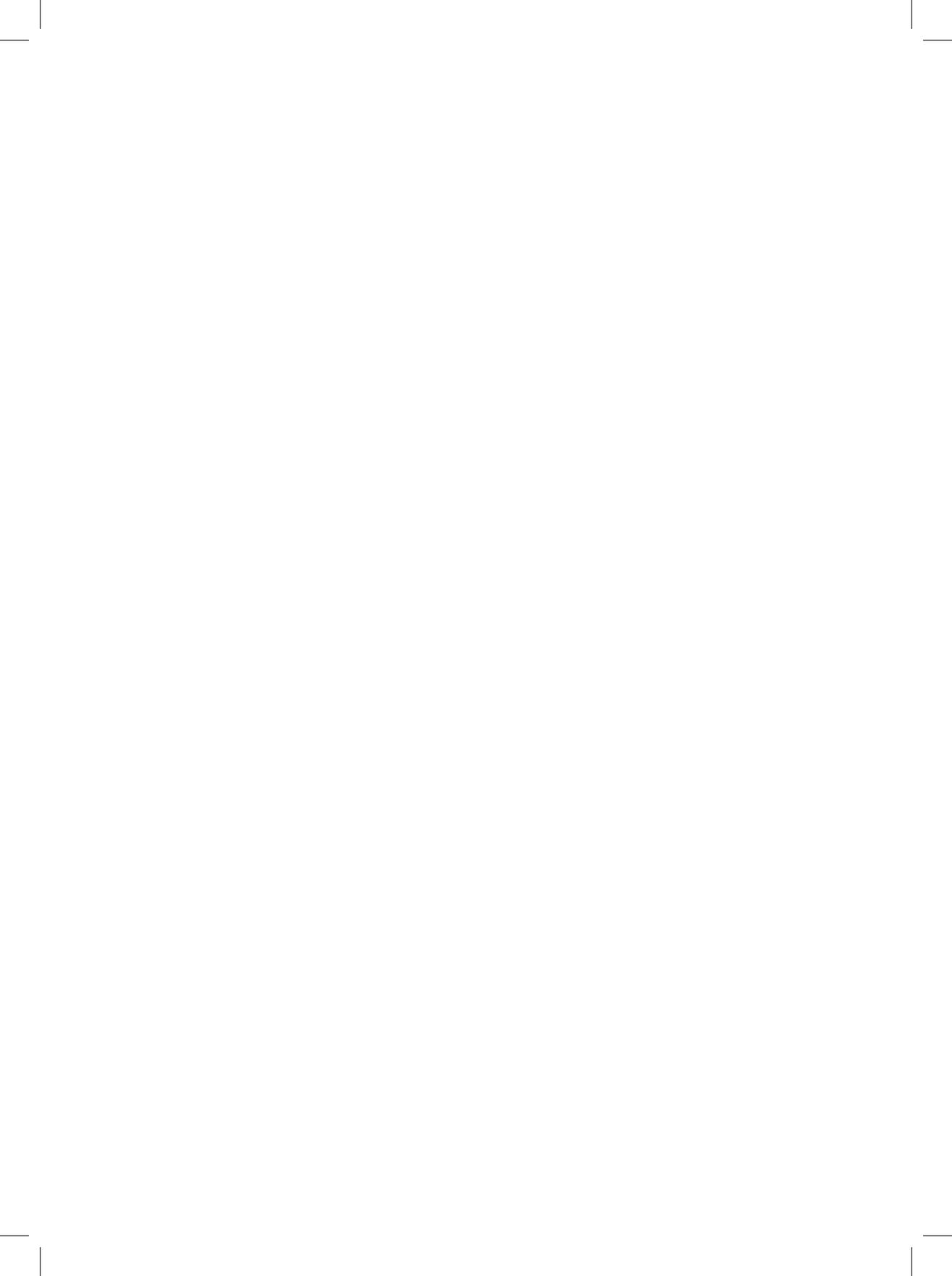
Sennett (1988), em seu livro “O declínio do homem público – as tiranias da intimidade” nos diz:

“O eu de cada pessoa tornou-se o seu próprio fardo: conhecer-se a si mesmo tornou-se antes uma finalidade do que um meio através do qual se conhece o mundo. É precisamente porque estamos tão abortos em nós mesmos, é-nos extremamente difícil chegar a um princípio privado, dar qualquer explicação clara para nós mesmos ou para os outros daquilo que são as nossas personalidades. A razão está em que, quanto mais privatizada é a psique, menos estimulada ela será e tanto mais nos será difícil sentir ou exprimir sentimentos”.(p.16)

Nelsânia compreendeu essa lição e é o que ela nos apresenta em seu estudo. Valorizou a coletividade como espaço da construção e desenvolvimento de nossas subjetividades individualizadas. Foi capaz de fazer Psicologia, como ciência da experiência individual subjetiva, sem perder a conexão com a vida coletiva, como lugar de produção de sujeitos.

Com este trabalho, Nelsânia contribui para a construção de uma nova Psicologia, uma profissão e um conhecimento com compromisso com a maioria da população brasileira. Uma população que sofre humilhada a desigualdade social. É por esta gente que queremos ser psicólogos e fazer Psicologia.

Ana Mercês Bahia Bock



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	23
Elementos de realidade .....	26
A lógica do modelo dominante .....	29
A educação nos movimentos sociais populares .....	36
A FEIRA AGROECOLÓGICA.....	43
A organização da Feira.....	43
Organização interna .....	45
A economia e as finanças .....	49
O espaço educativo .....	53
A reflexão .....	55
ECONOMIA SOLIDÁRIA, EDUCAÇÃO POPULAR E SUBJETIVIDADE.....	59
A economia para autogestão.....	59
O desenvolvimento sustentável.....	66
A educação popular para produção .....	68
As presenças subjetivas.....	72
A VIVÊNCIA DA FEIRA.....	87
A organização coletiva .....	91
A ação educativa para outra economia.....	97
A educação popular .....	106
A vivência com desafios.....	110
A agroecologia .....	113
Os intercâmbios .....	114
O incentivo à convivência.....	116
A dimensão subjetiva .....	117
SUBJETIVIDADE.....	127
CONSIDERAÇÕES .....	143
REFERÊNCIAS.....	151



## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

As dimensões educativas que mobilizaram e mobilizam trabalhadores e trabalhadoras rurais em torno da viabilização de uma *Feira Agroecológica em bases à economia solidária popular* são a temática deste livro. Mostra aspectos que instigaram a práxis desse projeto coletivo de desenvolvimento com desejos de auto sustentabilidade, construído pelos agricultores e agricultoras de áreas de assentamento da reforma agrária da Paraíba.

Nesse sentido, procuramos analisar como vem se desenvolvendo essa experiência em suas dimensões educativas mais significativas, abordando a economia solidária, o processo educativo-popular e suas dimensões subjetivas.

O objetivo maior é compreender a dimensão educativa presente na mobilização e organização dos trabalhadores e trabalhadoras para a criação e desenvolvimento dessa Feira. De forma específica, procuramos descrever o processo de mobilização que originou a atividade da feira, identificar os principais problemas enfrentados para que tal atividade se desenvolvesse e destacar as dimensões subjetivas marcantes do processo.

Foram sendo mostradas as inquietações a respeito da problemática em torno do desenvolvimento de alternativas significativas que atendessem as necessidades de sobrevivência desses agricultores e agri-

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi realizada junto aos participantes da Feira que acontece em João Pessoa, no campus universitário da Universidade Federal da Paraíba, todas sextas-feiras, valendo como Dissertação de Mestrado, na linha de pesquisa em Educação Popular, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba.

cultoras. Nesse sentido, a Feira Agroecológica vem se fortalecendo e se tornando um espaço significativo de construção de alternativa econômica e social daquelas pessoas.

No desenvolver do texto foram sendo apresentados os caminhos trilhados por esses agricultores e agricultoras, a dimensão educativa presente nessa experiência, a contribuição à organização das pessoas e, em especial, aspectos subjetivos que afloram nas relações da Feira.

A ênfase na dimensão subjetiva decorre da importância de analisar a construção de experiências concretas compartilhadas entre sujeitos que rompem o determinismo historicamente construído e lutam pela transformação do mundo em que vivem.

Essas são questões que estão evidenciadas como desafios a serem desvendados no processo de elaboração e análise desta pesquisa.

Aproximar-se dessa experiência, observá-la, questionar suas possibilidades e detalhar os processos organizativos utilizados pelo grupo, mas, ter o distanciamento necessário para uma análise crítica, sem perder a emoção, é o nosso propósito, desenvolvendo assim uma “proximidade crítica”.

A pesquisa foi iniciada já nos primeiros contatos junto ao grupo, no acompanhamento da feira, na participação em reuniões, realizando entrevistas e registro fotográfico. O processo de conhecimento deu-se através da observação participante, construindo instrumentos de pesquisa, como a entrevista com os participantes. Além dos registros de campo, houve a pesquisa bibliográfica. Na apreensão teórica, foi considerado o que já existe produzido nesse aspecto e que pode estar relacionado ao que está na realidade da experiência. Que elementos já estão na teoria que aparecem na experiência prática?

A análise pautou-se pelo movimento de reflexão sobre dados qualitativos e signos que foram geradores de novas sínteses capazes de produzirem algo para o grupo e construção de novas realidades. Assim, foi possível algumas considerações que ao nosso ver são importantes na construção de alternativas de vida e, em especial, os aspectos subjetivos das relações na Feira.

O diálogo com os participantes da Feira foi princípio norteador, tendo desencadeado discussões sobre educação, economia solidária e subjetividade.

As entrevistas realizadas com membros de quatro assentamentos e de um acampamento, com grupo de mulheres, grupo de jovens e assessoria.

O presente trabalho constituiu-se de um primeiro movimento, uma discussão geral da lógica excludente da sociedade capitalista, seu desenvolvimento e a possibilidade de construção de alternativas de vida; contempla uma descrição do desenvolvimento da Feira Agroecológica e os seus desafios na construção de saídas econômicas para se poder viver melhor.

Procuramos apresentar uma discussão teórica acerca da economia solidária popular, como subsídio para o exercício de construção de alternativas de desenvolvimento, considerando uma lógica permeada por princípios da educação popular e com destaque a aspectos subjetivos. Estão expressos nos capítulos um, dois e três do texto.

Num segundo movimento, fizemos uma análise qualitativa da Feira, com destaque à dimensão organizativa, educativa, procurando elementos da subjetividade, buscando mostrar como a realidade se

apresenta a partir dos dados coletados. Este estudo está demonstrado no capítulo quatro.

No terceiro movimento, apresentamos uma reflexão sobre a dimensão subjetiva na construção de experiências dessa natureza, bem como na construção de um projeto de vida coletivo que combine as necessidades individuais e coletivas em função de um mundo melhor de se viver. Uma permanente busca para se compreender o que permeia, o que impulsiona, o que mobilizou e mobiliza as pessoas na realização dessa experiência. A reflexão crítica em torno dessa prática com exercício na construção de caminhos efetivos e afetivos no processo de transformação dos homens, das mulheres e da sociedade. Neste texto, expresso pelo capítulo cinco e considerações.

Processos de ação e reflexão que constroem consciência, conhecimento e fortalecem esses sujeitos sociais que se constituem em grupos, lutando pela vida cotidiana e tomando as rédeas de suas próprias vidas.

A construção do conhecimento nessa perspectiva pode subsidiar os movimentos sociais populares para apontarem caminhos no enfrentamento de problemas que lhes provocam sofrimento. A Feira Agroecológica insere-se nesse contexto maior da luta dos trabalhadores e trabalhadoras, utilizando-se de práticas educativas que fundamentam a luta, inventando e reinventando a construção do seu próprio conhecimento para mudanças que se multiplicam e se enraíza no meio popular.

### **Elementos de realidade**

A lógica de como a sociedade vem se organizando tem priorizado o desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento

com maior abrangência que envolva as possibilidades humanas, ecológicas e demais formas de vida. Esse modelo predominante, por exemplo, não tem dado a devida relevância aos problemas sociais e ecológicos decorrentes de seu próprio modelo. A história tem mostrado que a sociedade vem se desenvolvendo sem uma necessária preocupação dos governantes e das classes favorecidas pelo sistema com os danos causados pelas desigualdades sociais e ecológicas. Há uma histórica concentração de riquezas nas mãos das classes dominantes. No Brasil, nos primórdios da colonização, a terra foi dividida em capitanias hereditárias e sesmarias destinadas aos apadrinhados da nobreza. Só em 1850, criou-se a primeira lei de terras no intuito de legalizar formalmente a propriedade da terra, a que nem todos tinham acesso, mas, tão somente, aqueles que pudessem pagar uma quantia em dinheiro e legalizá-la em cartório. Segundo Stédile (1997: 10):

[...] Dom Pedro II promulgou a lei 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a *primeira Lei de Terras*, que definiu a forma como seria constituída a propriedade privada da terra no Brasil. Essa lei determinava que somente poderia ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantidade em dinheiro para coroa. Essa lei discriminou pobres e impediu que os escravos libertos se tornassem proprietários.

Essa lei contribuiu para a legalização dos latifúndios e a exclusão daqueles que trabalhavam na terra, mas não tinham como pagá-la. Dessa forma, foram excluídos os negros, os índios e a pobreza em geral. Essa lei, entre tantas outras, fundamenta a estruturação política, social e econômica do país e dá sustentação ao tipo de sociedade em que vivemos. Uma história que acentua as desigualdades sociais e estas, por

sua vez, vêm sendo construídas e permeadas por subjetividades ideológicas. Todavia, esse não é um movimento linear que, de forma contraditória, promova os movimentos que se contrapõem a essas realidades socialmente construídas. São visíveis os movimentos dos quilombolas, das ligas camponesas, dos movimentos de sem terras mais recentes e o dos ecologistas. São reações populares frente às injustiças sociais e à agressão ambiental. Esses movimentos têm se manifestado de diversas formas, entre elas, por meio de reuniões, de mobilizações, de marchas, de passeatas, de ocupações, da comunicação apresentada às suas reivindicações, proposições e crítica ao modelo dominante.

No seio das lutas populares, uma práxis educativa, todavia, é algo que precisa ser desvendado por pesquisas comprometidas para o desvelamento dessa realidade social. No seu interior, estabelece-se uma ética de um bem coletivo capaz de apontar pistas e subsidiar na direção de uma sociedade pautada por princípios de igualdade, de solidariedade e de respeito a todas as formas de expressões de vida e de invenções humanas. Como mostra Barros (2001: 71):

A criação de instrumentos e intervenção de estratégias que interfiram no processo de produção e distribuição do que é produzido, bem como nas formas como o trabalho se organiza deve ser, portanto, alvo de preocupação daqueles interessados em contribuir para formação dos trabalhadores.

Construir um conhecimento com bases críticas ao modelo dominante é um desafio, pois há uma construção ideológica que mantém a sociedade e o conhecimento produzido com expressão última da verdade. A lógica como a sociedade está estruturada e a produção do conhecimento favorece o fortalecimento do sistema e a sua manutenção.

## **A lógica do modelo dominante**

A sociedade capitalista vem se mostrando incapaz de resolver os problemas sociais da humanidade e isso é coerente com seus princípios originais que favorecem a concentração de riquezas, a promoção do individualismo, a ênfase no mercado como um bem, gerando em consequência desigualdades sociais. O crescimento econômico tem se apresentado como fim a ser alcançado, para isto, não importam as consequências para o planeta, para a vida e para a humanidade.

Um desenvolvimento que ganha força com as ideias do neoliberalismo que se apresenta em grande velocidade no modo de produção capitalista, quase convencendo mentes e corações de ser a única opção de vida. Segundo Anderson (1995: 23): “Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito [...] disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios”.

O que está por trás dessa lógica é a produção de uma concepção de humano que consome não só os produtos que geram lucro para o sistema, mas um consumidor de idéias, de desejos, de cultura, de regras que apontam para um tipo de sociedade desejada, pela sutileza das comunicações, tomam espaço nas mentes, nos corpos, nos sonhos e nos ideais. Isto tudo é produto da concepção de mundo, rebatendo na perspectiva de vida das pessoas.

Nesse sentido, a idéia de não existir outra possibilidade de vida ou outra sociedade é grave porque coloca o humano apenas no lugar de indivíduo, isolado e sozinho. Imobiliza a possibilidade de querer construir algo que venha se contrapor a esse modelo. Mesmo em situação de desvantagem social, o indivíduo isolado e “sem esperança” na possibi-

lidade de construção humana de outra sociedade restringe as possíveis intervenções e invenções.

Seu foco está no econômico, mas suas estratégias encontram-se ramificadas em todas as escalas de poder, inclusive nas classes populares. Há uma produção de subjetividade permeada pela ideologia dominante determinista que pode mutilar a possibilidade da pessoa em perceber que é possível mudar. O indivíduo na relação com o mundo vai incorporando idéias, desejos de possuir, sonhos de consumo, comportamentos que estão além de sua própria realidade.

Esse tipo de visão impõe-se em escala mundial, aumentando com a queda do que foi chamado de “socialismo real” e tentando eliminar qualquer utopia de construção de uma sociedade diferente dessa lógica. Uma sociedade que se construa de forma igualitária, justa, com responsabilidade ecológica e ambiental.

O desenvolvimento capitalista é muito eficiente para a classe dominante. Ele está pautado em princípios individualistas, em liberdade para competir, concorrer e disputar. Ideologicamente todos podem crescer, se desenvolver, só precisa ter competência. Mas, o saldo decorrente dessa lógica são as desigualdades sociais que, sequer, permitem que as disputas de fato ocorram em todos os espaços. As oportunidades não são para atender a todos, pois fogem do bem coletivo. O essencial nesse mundo econômico é o lucro e a acumulação de bens materiais. As pessoas são essenciais sim, mas enquanto expressam capacidade de produtores de bens, de riquezas, de conhecimento, de tecnologia em função de uma minoria que pode usufruir dos privilégios desse sistema. São esses os valores reforçados de forma ideológica na família, na escola, nas instituições, na mídia e nos diversos espaços pela comunicação.

Em contrapartida, o exercício do pensar crítico e do sentir coletivo vai se perdendo diante da capacidade de velocidade com que se lançam as produções capitalistas incorporando desejos, vontades, necessidades, idéias, modos de ser e de existir enquanto parte da manutenção e sustentabilidade do sistema.

Apesar da força como o capitalismo se desenvolve, reforçado pelos ideais neoliberais, contudo, não é a única forma de globalização presente no mundo. Na perspectiva de Santos (2002: 14):

Esta forma de globalização, apesar de hegemônica, não é a única, e de fato, tem sido crescentemente confrontada por uma outra forma de globalização alternativa, contra-hegemônica, constituída pelo conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos, redes e alianças locais/globais, lutam contra a globalização neoliberal mobilizados pela aspiração de um mundo melhor.

Assim, pensar num outro desenvolvimento sustentável é uma preocupação daqueles que acreditam que ainda é possível transformar a sociedade a favor da vida, tanto hoje como para as gerações futuras, considerando a ecologia, o ambiente, a participação política, a distribuição das riquezas, o desenvolvimento das possibilidades humanas de trabalhar, criar, produzir, amar e ser feliz.

A utopia continua e não morrerá enquanto houver exclusão, desigualdade social, pois sua razão de existir é exatamente o sonho de transformação dessa sociedade excludente, desigual e degradante, para um outro tipo de sociedade em que a vida seja para todas as pessoas.

Na visão de Bobbio (1992), o comunismo fracassou e com ele também o sonho de transformação. Para ele, como pensador liberal, o modelo de sociedade socialista experienciado como prática não conseguiu servir como modelo de sociedade a ser seguido. O modelo capita-

lista, em contrapartida, também não atendeu a demanda de todos e de todas.

A possibilidade de construções subjetivas libertárias capazes de garantir as liberdades humanas tão necessárias para se viver a criatividade, o prazer, a felicidade e a capacidade de sonhar fazem parte da busca permanente do ser humano. Mas a utopia de uma sociedade diferente da sociedade capitalista, que seja justa, igualitária e libertária se perpetua em diversas gerações. A questão é como pensar a construção desse novo caminho a partir dos princípios citados e de forma compartilhada, de modo a favorecer uma construção em que cada um possa contribuir de alguma forma.

O capitalismo se fortaleceu no seu desenvolvimento tecnológico, na sua expansão, mas fracassou enquanto sistema que possibilitaria a todas as pessoas terem acesso a uma vida digna e com qualidade. Esse acesso se expandiu nas possibilidades de qualidade de vida, mas se restringiu a um número muito limitado, determinado pelas condições de classe. Esse sistema foi capaz de avançar e produzir termos de criatividade, qualidade, quantidade, no entanto, a riqueza produzida não tem como objetivo resolver os problemas humanos. É um sistema para poucos, para a classe que domina. O regime capitalista não permite a democratização e acesso aos bens e riquezas a classes populares.

As experiências desenvolvidas pelas sociedades ditas socialistas não conseguiram desenvolver formas democráticas de sociedade, o que segundo Miliband (1992: 26), contribuiu para o seu fracasso: “acredito que é sobretudo na natureza autoritária que devemos buscar a razão da crise que os engoliu. Pois a sua falta de democracia e de liberdades

civis tem afetado todo e qualquer aspecto de sua vida, do desempenho econômico à rivalidade étnica.”

Poder experienciar processos libertários com espaço de aprendizado está na essência das construções humanas na direção de uma transformação profunda de uma sociedade.

Segundo Fromm (1975: 64), a sociedade socialista pensada por Marx deve considerar os princípios de liberdade e criatividade humana, assim,

[...] para ele, o alvo do socialismo era a liberdade, mas liberdade em um sentido muito mais radical que o concebido pela democracia existente – liberdade no sentido de independência, apoiada no fato de o homem valer-se a si próprio, utilizando suas próprias forças e relacionando-se produtivamente com o mundo.

Apesar da força do capitalismo contemporâneo, de sua estrutura de poder econômico, da legalização de suas práticas, do controle sobre as instituições, da associação e fortalecimento das grandes corporações, das estratégias de concentração de riqueza, ele não conseguiu dar respostas a problemas básicos como a sobrevivência das pessoas. Esse deve ser de fato um direito elementar de todo ser humano.

O modelo de desenvolvimento promovido pelo capitalismo exclui as possibilidades de criação e autonomia, bem como o poder sobre a produção do conhecimento por parte das classes populares. Isso se percebe a partir de como se dão as políticas de desenvolvimento implantadas em determinada época, como nos anos sessenta com a implantação da “revolução verde” que estabeleceu o técnico científico com a exaltação das tecnologias respaldadas pelo conhecimento científico, com pacotes tecnológicos, junto com a implementação de agrotóxicos. In-

trouxeram um modelo que provocou degradação ambiental mudando o cenário da biodiversidade brasileira. Elegeram um modelo de agricultura, desqualificando todo conhecimento construído culturalmente pelos/as agricultores/as. Além do mais, causaram grandes danos ambientais resultantes de suas prática tecnológicas. Para Petersen (1998: 3):

Em paralelo a difusão do modelo técnico que foi desenvolvida segundo um princípio organizador que privilegia o lucro e a dependência tecnológica, enraizou-se na consciência social dos agricultores uma série de mitos e valores relacionados a uma pretensa modernização e eficiências das tecnologias baseadas na químico-modernização. A força ideológica do paradigma técnico-científico veiculado pela Revolução Verde terminou por desqualificar em meio aos próprios agricultores a sua vocação como portadores e geradores legítimos de conhecimentos de extrema valia para o desenvolvimento tecnológico.

Há uma complexa multiplicidade de elementos que se produzem historicamente, construindo valores de uma sociedade, uma lógica de ser, de pensar, de sentir e de viver. Na lógica da sociedade capitalista não cabe a construção de uma sociedade igualitária, justa, que seja para todas e todos, que respeite a vida e as necessidades humanas, que cuide da natureza e do ambiente. A sua lógica é alimentada pelo capital, pela competição, pela riqueza concentrada num pequeno grupo, gerando cada vez mais exclusão sem nenhuma responsabilidade social ou ecológica, o que também atinge as dimensões da vida das pessoas. Segundo Guattari, (1996: 28) quando uma potência quer se implantar economicamente num determinado local, ela primeiro começa a trabalhar as subjetividades daquela população: “Sem um trabalho de formação prévia das forças produtivas e das forças de consumo, sem um trabalho

de todos os meios de semiotização econômica, comercial, industrial, as realidades locais não poderão ser controladas”.

As relações subjetivas desse sistema avançam para a construção de subjetividade que funciona de forma a permitir seu enraizamento mesmo em condições adversas à sua aceitabilidade. Apresentam promessas falsas de crescimento econômico para todos, mas que favorecem apenas as classes dominantes. Elegem uma suposta democracia, só que a condicionam ao capital não estando acessível a todos. Em termos sociais, humanos e ecológicos o capitalismo não tem se voltado à vida de todos, porque ele não tem como preocupação a vida, nem se propõe resolver os problemas da humanidade. A sua essência é o fortalecimento da propriedade privada ou a acumulação de capital com o crescimento econômico e reforço ao mercado, mas fracassa no cuidado com a vida.

De forma contrária, o desejo de construção de uma sociedade com uma lógica diferente do modelo proposto pelo capitalismo está presente em diversos grupos que procuram desenvolver uma práxis diferente desse modelo destruidor das capacidades de desenvolvimento humano, de desrespeito à vida e ao ambiente. Essas experiências precisam ser analisadas, socializadas para o conjunto da sociedade como alternativa diferente de vida.

Na concepção de Boff (2002: 189):

O ser humano se encontra sob a regência do tempo. Este não significa um puro correr, vazio de conteúdos. O tempo é histórico, feito pela saga do universo, pela prática humana, especialmente pela luta dos oprimidos buscando sua vida e libertação. Ele se constrói passo a passo, por isso sempre concreto concretíssimo. Mas simultaneamente o tempo implica um horizonte utópico, promessa de uma plenitude futura para o ser humano, para os excluídos e para o cosmos. Somente buscando o impossível, consegue-se realizar o possível.

Estas são possibilidades que podem ser construídas na prática e na reflexão das ações compartilhadas na organização dos movimentos populares e de tantas experiências que contribuem para a construção de uma sociedade justa para todos/as, homens e mulheres, de todas as classes, etnias e gerações.

### **A educação nos movimentos sociais populares**

Incomodar-se com o instituído, com a exclusão, com as injustiças sociais e ter como propósito a transformação social tem sido o papel dos movimentos sociais comprometidos com as causas populares. Nas organizações populares, constroem-se outras perspectivas de vida, compartilham-se as frustrações, as tristezas, as desesperanças, como também alimentam-se as esperanças de transformação social. Criam-se alternativas que só são possíveis com a força e a energia do grupo que se fortalece através das místicas desenvolvidas por cada grupo. Os vínculos de companheirismo vão se fortalecendo na organização, apesar da existência real das discordâncias e afastamentos. Porém, enquanto na luta existem as frustrações momentâneas, no imobilismo há uma acomodação, ou desespero, que não aponta para caminhos de construção de alternativas, mas minimizam as possibilidades de vida.

Nesse sentido, os movimentos sociais populares têm tido a preocupação de, em sua práxis, desenvolver alternativas que venham contribuir para a construção de uma sociedade humana e igualitária. É na práxis que se experienciam possibilidades de alternativas de construção coletiva de uma sociedade diferente para todos/as, sendo, portanto, uma tarefa também coletiva.

Isso não invalida as construções intelectuais fundamentais na sistematização e idealização de uma sociedade humana, justa, afetiva, amorosa, eqüitativa e que respeite as diversidades, que cuide da natureza e que seja fundamentada não nos princípios econômicos mercadológicos, mas com o cuidar da natureza e da vida. Segundo Garcia (2000: 11), [...] “no fazer coletivo, trabalhadores vão se fazendo mais humanos, mais generosos, mais solidários, pois este é o sentido profundo do trabalho, quando não é resultado de exploração”.

Esse fazer coletivo, no entanto, pode produzir uma diversidade de movimentos que não necessariamente segue esses princípios.

Um fazer coletivo plantado por vivências educativas de ensino e aprendizagem em bases de uma educação popular que pode propiciar o estabelecimento de vínculos presentes nas práticas dos movimentos sociais populares, no campo formativo, nas experiências vivenciadas, nas lutas específicas.

Essas práticas educativas não ocorrem de forma pontual, mas fazem parte de processos construídos coletivamente. Em seu interior, os movimentos sociais populares têm se mostrado com uma preocupação em relação aos processos educativos que devem fazer parte da construção de experiências coletivas e que podem subsidiar as práticas de mudanças dos diversos movimentos e a sua relação com a sociedade.

Em suas atividades educativas utilizam como estratégias dinâmicas de reuniões, palestras, encontros, vivências, técnicas de dinâmicas de grupo, exibição de vídeos, na busca de construção de um diálogo entre os conhecimentos comprometidos com as causas populares, o desenvolvimento de tecnologias, experiências acumuladas em suas

vivências e visitas de intercâmbio entre experiências que estão sendo positivas.

As visitas de intercâmbio têm sido um espaço estratégico de diálogo, de exaltação das experiências, de construção de conhecimento e um motor mobilizador de energia, de força, de renovação de esperança na possibilidade de construir alternativas viáveis. O processo de diálogo não se dá apenas no mundo das idéias, ele permite olhar o mundo ali onde o diálogo está ocorrendo, permeado pelo mundo concreto que ilumina um horizonte que antes parecia obscuro. As experiências podem apontar caminhos para a transformação de sua própria realidade. Segundo Petersen (1998: 4):

Nesse processo de intercâmbio, o debate decorrente se alimenta dos conhecimentos do conjunto dos agricultores ao mesmo tempo em que a sua riqueza e intensidade cria as condições para o reforço do espírito inovador de cada um deles individualmente, criando-se um círculo virtuoso no qual o conhecimento individual e o conhecimento coletivo se realimentam continuamente.

Ver a concretização de experiências mexe com as subjetividades e possibilita outras construções em suas vidas. O intercâmbio como exercício educativo tem dinamizado o conhecimento e a concretização de projetos que sejam significativos para a realidade dos trabalhadores/as, como na Feira Agroecológica em análise. Na concepção de Petersen (1998: 3), é fundamental a organização do intercâmbio como processo de formação.

No processo de intercâmbio estimulado via o programa de formação, torna-se fundamental a sistematização prévia das informações a serem intercambiadas. Os testemunhos dos agricultores-experimentadores têm sido, neste sentido, meios

pedagógicos extremamente valorizados e efetivos. A partir destes testemunhos (presenciais, em vídeo, em folhetos etc) estimula-se uma reflexão acerca da experiência relatada que envolve desde aspectos relacionados à sua operacionalidade (técnica, econômica etc) até os valores que permeiam a visão de mundo da família experimentadora.

A utilização de aspectos do conhecimento teórico, em especial através das assessorias, tem mobilizado o contato com o novo. Essa construção do conhecimento se dá de forma permanente, considerando a diversidade de saberes, dos objetivos semelhantes ou não, o que desencadeia a construção de um conhecimento maior, produzido de forma coletiva que vai gerando a consciência da realidade. De acordo com o pensamento de Gohn (2001: 20):

A consciência gerada no processo de participação num movimento social leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas da população, no presente e no passado. Os encontros e seminários contribuem para a formação desta visão que historiciza os problemas.

Porém, o processo de aprendizagem não é igual para todos, já que as experiências, os interesses e as vivências são diferenciadas. As especificidades estão presentes em todos os grupos. E ainda assim não existe um sujeito que atinja essa capacidade de consciência absoluta, até porque, além dos aspectos ideológicos presentes na vida social, um sujeito carrega consigo sua própria historicidade que também está enraizada no seu existir, elencando desde questões que lhe são “claras” até aspectos inconscientes que não são disponíveis à consciência. Então, consciência absoluta ou total não se constitui numa realidade. O humano está num processo de busca para, a partir da história sócio-cultural, procurar aproximar-se da compreensão dos seus processos individuais

e coletivos que venham contribuir para soltar suas “próprias amarras”, seus impedimentos, seus recalques, na busca permanente de se tornar sujeito histórico. É sentir poder ser mais, ver mais, analisar mais, constitui-se numa descoberta que denominamos de consciência, mas é sempre um campo em aberto num movimento em que o ser vai sentindo, percebendo o mundo concreto, analisando e construindo outras abstrações e proposições. É esse movimento do existir em relação ao mundo se dá no indivíduo, no subjetivo, numa relação permanente com o seu mundo. Um mundo de relações intersubjetivas que potencializam produções subjetivas e que a partir de princípios derivados da vida são capazes, também, de produzir outras realidades em que o humano sente-se sujeito.

As contradições, como em espaço social, estão presentes, mas nesse espaço coletivo elas podem ser evidenciadas e cuidadas com o grupo. Reconhecer as diferenças, respeitar os interesses de cada um, os desejos pessoais tem sido um desafio para qualquer grupo que pretenda estabelecer diretrizes e caminhos comuns. Isto exige um processo de discussão e tomadas de decisão, de acordo com as convivências estabelecidas coletivamente. Esses aspectos têm sido considerados no sentido de que as decisões devam passar pela assembléia. Dessa forma, os caminhos tornam-se menos dolorosos, porque são construídos por todos de forma compartilhada.

Nessa caminhada por outra sociedade, não se pode negligenciar os aspectos individuais, as necessidades subjetivas, os sonhos, os desejos e os prazeres. Mesmo reconhecendo a importância de entender as necessidades ideologicamente construídas, vivendo-se experiências significativas, aproveitando-se da capacidade reflexiva que homens e

mulheres têm é que se pode ultrapassar aquilo que está socialmente estabelecido e dominando.

O grupo que organizou a Feira Agroecológica teve como um dos propósitos eliminar a exploração estabelecida durante anos pela comercialização intermediada por atravessadores, abrindo caminho para outra lógica de atuação. A superação do atravessador, que parece uma pequena atitude e conquista, relaciona-se com outras possibilidades de desenvolvimento de novas realidades em que os sujeitos sintam-se influenciando na direção de sua história, com dividendos econômicos e sociais importantes.



## A FEIRA AGROECOLÓGICA

### A organização da Feira



Final de feira – momento de acolhimento

A existência da Feira Agroecológica se dá a partir da organização do movimento de luta pela terra, por meio da Comissão Pastoral da Terra - CPT, da Igreja Católica. E mesmo reconhecendo o seu caráter econômico como fundamental, desde a sua origem, existem outras dimensões que acompanham a sua trajetória e a sua forma de organização. Os princípios que a embasam seguem um caminho compartilhado com os movimentos sociais populares na sua lógica de organização.

A Feira Agroecológica, realizada semanalmente na sexta-feira, no interior do campus universitário da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, é organizada por agricultores e agricultoras de assentamentos situados nos municípios de Sapé e Cruz do Espírito Santo.

Nela, são comercializados produtos agrícolas diversos, como hortaliças, legumes, cereais, frutas, flores, aves, caprinos, remédios caseiros, mel de abelha, lanches, comidas típicas e mudas de árvores. Os produtos são cultivados sem utilização de agrotóxicos e de produtos químicos que degradam a natureza, numa vertente ecologicamente responsável, preservando a vida e o ambiente.

Segundo um de seus participantes, a feira foi gerada a partir da necessidade dos trabalhadores e trabalhadoras de se organizarem para atender a sua sobrevivência. “Quando a gente lutou pela terra já foi por uma sobrevivência melhor. A gente já falava com Dorival: como era que a gente ia comercializar. Esta era uma discussão que já vinha muito antiga”. Esse processo foi ocorrendo através da articulação dos diversos assentamentos existentes na região que se reuniam freqüentemente para refletir sobre sua realidade. O processo de organização em torno da produção e comercialização foi se desenvolvendo, sendo criado um grupo denominado de “grupo da pequena produção” que se reunia sistematicamente, com o objetivo de criar estratégias de comercialização para produção dos assentamentos de reforma agrária.

O processo de organização da feira teve o acompanhamento de assessores da Caritas e da Comissão Pastoral da Terra - CPT, além de um acompanhamento permanente de dois técnicos em agropecuária, sendo um deles vinculado a CPT e uma técnica em agroindústria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. No processo de

elaboração e concretização da Feira teve também o acompanhamento de um técnico em agropecuária do mandato popular do deputado Frei Anastácio (um dos coordenadores da CPT).

A feira conta com uma estrutura física padrão conta com barracas metálicas desmontáveis, uniformes, bonés, caixas plásticas, sacolas, baldes para lixo. Essa estrutura foi adquirida e mantida de forma coletiva para atender a todos os participantes.

Depois de analisarem e discutirem sobre várias possibilidades, surgiu a idéia da feira que se concretizou num primeiro momento no bairro Mangabeira, em João Pessoa, estabelecendo-se, posteriormente, no campus universitário.

### **Organização interna**

Os trabalhadores e trabalhadoras estão organizados numa associação denominada Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana (ECOVÁRZEA), com estatutos e regimento interno. Segundo seus estatutos, “a Ecovárzea se constitui como uma organização de princípios educativos, de integração e cooperação de economia solidária”. Nesse sentido, existe um processo organizativo interno coletivo e todo o grupo envolvido na Feira tem que participar dessa organização.

O processo organizativo se dá em diversos espaços tendo como espaço privilegiado as reuniões, encontros e cursos. Há reuniões sistemáticas semanais, após a realização da feira, assembléias extraordinárias e assembléias ordinárias mensais. Nas reuniões pós-feira, são discutidas as questões emergentes e problemas que não podem esperar pela assembléia. Nas assembléias, ocorre discussão de uma pauta ava-

liando os processos em curso e realizando a avaliação e planejamento das ações a serem desenvolvidas.

Existe uma coordenação executiva com coordenador/a executivo/a, um/a vice-coordenador/a, um secretário/a e um tesoureiro/a, um conselho fiscal com três sócios e um conselho de ética também composto de três pessoas, todos/as eleitos/as em assembléia geral. As reuniões específicas ocorrem só com a coordenação, antes das assembléias, para a discussão dos problemas e assim encaminharem-se as questões mais urgentes.

Além da organização interna, existe um grupo que se reúne sistematicamente no Mosteiro de São Bento, em João Pessoa, composto pelos coordenadores de todas as feiras realizadas nas regiões do Litoral e da Várzea, como também existe uma organização embrionária de articulação entre todas as Feiras Agroecológicas do Estado, através da Articulação do Semi-árido Paraibano - ASA.

A dinâmica de organização da feira é construída num trabalho prático/reflexivo anterior, que vai desde a organização em grupo, até a sua concretização. Isso se dá em vários espaços de organização do grupo. As assembléias mensais ocorrem nas últimas quartas-feiras de cada mês com todos os participantes. Mesmo considerando as especificidades de cada momento, o grupo criou a sua dinâmica organizativa. O início das assembléias mensais se dá com um café da manhã compartilhado por todos, seguido pelo momento de oração com a leitura e discussão do evangelho, integrando a religiosidade com as dimensões do trabalho, da luta, do plantio agroecológico e da terra. Em seguida, ocorre a leitura e aprovação da ata da assembléia anterior, apresentação da pauta da assembléia em curso (aberta a propostas), prestação de contas

e possíveis questionamentos. São expostos os problemas e dificuldades dos participantes na organização, com o resgate do planejamento e das responsabilidades de cada um e da necessidade de se seguir o regimento interno. Os encaminhamentos são realizados pelos responsáveis e finalizando com uma oração em círculo, de mãos dadas. Depois, o almoço é servido coletivamente.

Outro espaço de organização coletiva que podemos citar é a reunião pós-feira que ocorre logo após seu término, no próprio local de sua realização. Nessa ocasião, é feita a prestação de contas, do que foi arrecadado pelo grupo e a coleta para o fundo de feira<sup>1</sup>. Compartilham-se as dificuldades mais emergentes e definem-se as soluções coletivamente. Esse também é um momento de oração e agradecimento feito de forma coletiva, em círculo e de mãos dadas.

Além desses espaços, existem os encontros, as visitas de intercâmbios que ocorrem junto a experiências significativas de outros grupos de agricultores/as. Há também as festas e visitas dos consumidores parceiros da feira às áreas de assentamento em dias de comemoração, isso proporciona tanto um conhecimento da realidade onde se dá o processo de organização, produção, bem como um momento festivo que fortalece os vínculos entre esses parceiros.<sup>2</sup> Também aconteceu comemoração no próprio local de realização da feira.

---

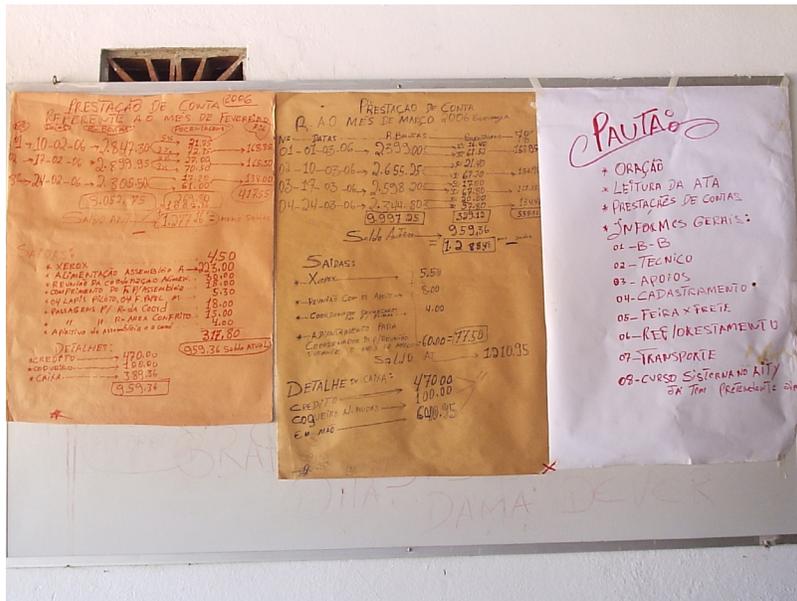
1 Fundo de feira refere-se a uma parte dos recursos financeiros arrecadados de todos os participantes da Feira após sua realização. No caso é uma porcentagem de 5% do total de cada um que servirá ao coletivo.

2 As visitas dos consumidores solidários aos assentamentos ainda é uma prática tímida nessa experiência. No entanto, eles têm percebido que essas visitas fortalecem os vínculos. Essa prática tem ocorrido com o grupo da Feira Agroecológica do bairro do Bessa.

Podemos identificar também outro ambiente desse processo de organização que é o próprio espaço da produção agroecológica: nos roçados, nas hortas, no cuidado com os animais, na cozinha com o preparo dos bolos e na produção dos remédios caseiros. A preparação dos produtos para serem comercializados se dá no espaço do cotidiano, durante a semana, compartilhado com as famílias.

Durante todo esse processo, vários aspectos apontam para práticas educativas populares, mesmo reconhecendo as contradições inerentes à sociedade capitalista na qual se está inserido. Isto nem de longe destrói o ideal de construção de uma relação mais humana, economicamente mais justa, com produção e consumo mais saudáveis para todos e todas. As vivências de momentos de reafirmação permanente dos princípios de solidariedade, de respeito à vida, de respeito ao ambiente, do “comércio justo”, da economia solidária popular, com autonomia dos agricultores na gestão compartilhada, não se configura em uma realidade pronta, mas na busca de aproximação desses valores na construção de outros modos de existir.

## A economia e as finanças



Prestação de contas – o exercício da transparência em assembléia

A produção em geral é realizada pelas famílias de agricultores/as em suas parcelas<sup>3</sup>, porém existe um planejamento coletivo que é compartilhado nas reuniões de planejamento da produção. Alguns grupos trabalham de forma coletiva, como é o caso do grupo de mulheres do assentamento Dona Helena, com plantas medicinais e produção de remédios caseiros. Além de duas jovens que trabalham com horta no assentamento Padre Gino e de jovens que fazem parte do Centro Rural de Formação com sede no assentamento Dona Helena. No entanto, há alguns trabalhos de produção que se dão de forma coletiva como é o caso das unidades demonstrativas<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Parcela – É um lote de terra destinado ao cultivo da família de assentados da reforma agrária. No entanto, esse cultivo também pode se dar de forma coletiva.

<sup>4</sup> Unidade demonstrativa - São experimentos realizados no campo para analisar o desenvolvimento da produção.

Cada um é responsável pela produção, porém tem que seguir as regras construídas coletivamente de não usar agrotóxicos, de preservação ambiental, de participar ativamente das reuniões e assembleias, de não gerar um clima de competição e do respeito pelo outro.

O desrespeito a essa forma de trabalho ou atividades que ofendam qualquer pessoa pode ser motivo de discussão coletiva. A ética que sustenta esse trabalho se baseia nesses princípios que foram compartilhados pelo grupo e estão afirmados no estatuto da Associação. Nesse sentido, todos e todas conhecem os princípios e sabem que têm que segui-los para permanecer no grupo. A comissão de ética tem como papel cuidar para que os princípios sejam respeitados.

Os produtos são transportados de forma coletiva e o frete é dividido pelo número de participantes. Os produtos trazidos são vendidos e o lucro é individual de acordo com o que cada um conseguir vender, porém, de todo o lucro 5% é arrecadado para o fundo de feira. Este fundo de feira se constitui numa poupança coletiva feita por todos/as e quem ganha mais paga mais.

Este fundo é utilizado para as despesas coletivas e para empréstimo rotativo ou fundo rotativo solidário<sup>5</sup>. As despesas coletivas são de alimentação nas assembleias, reuniões da coordenação ampliada, alimentação dos encontros, passagens da coordenação, investimentos na infra-estrutura da Feira e para alguma dificuldade financeira que o grupo ou algum membro esteja passando. Segundo um de seus integrantes: “A gente tem que pensar o fundo de caixa como um bem comum,

---

<sup>5</sup> Fundo rotativo solidário – É um pequeno recurso financeiro e social que é disponibilizado para ser utilizado por uma família ou grupo com o objetivo de desenvolver mobilização e ação social. Visa potencializar a realização de algum projeto na comunidade, o recurso fica circulando na comunidade para que possa beneficiar outras experiências. Esse recurso é devolvido para ser utilizado em outras experiências. Em alguns casos a devolução pode ser também através de mão-de-obra.

para beneficiar a todos”.<sup>6</sup> Os empréstimos são realizados por qualquer pessoa da associação, que não precisa de avalista, de conta em banco, de possuir bens e nem renda fixa. Não há cobrança de juros. Esses são pagos em pequenas parcelas, no final de cada feira, através de uma porcentagem estabelecida em assembléia geral. Para tirar o empréstimo, o sujeito coloca a sua necessidade na reunião e o grupo aprova ou não.

Segundo um dos participantes “o fundo de feira é um recurso que pode servir para empréstimo pessoal, sem juros para qualquer pessoa do grupo e pode ser utilizado para produção, como para outros objetivos como em caso de doença”.<sup>7</sup>

Essa poupança coletiva arrecadada através do Fundo de Feira carrega consigo não apenas elementos econômicos, mas uma disponibilidade de recursos necessários para assegurar algumas necessidades do grupo coletivas e até individuais que as pessoas venham ter.

Quando ocorre de algum projeto ser financiado por algum órgão sem caráter de fundo perdido, esse Fundo de Feira pode sofrer pequenas alterações, pois a forma de pagamento desenvolvida pelo grupo para quitar as dívidas com aquele projeto se dá através do recolhimento, em cada Feira, de uma porcentagem acessível para todos/as, discutida e aprovada nas assembléias. Dessa forma, já pagaram o empréstimo da infra-estrutura inicial com a Caritas. Também receberam um projeto a fundo perdido do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e em assembléia resolveram formar um fundo de reserva, a partir daquele recurso, decidindo-se em pagar 50% do projeto com a poupança coletiva

---

<sup>6</sup> Membro da Feira da coordenação, texto de conversas informais durante a realização da Feira, anotada em diário de campo.

<sup>7</sup> Membro da coordenação da Feira, texto tirado do diário de campo, em conversas informais.

do grupo. O objetivo dessa arrecadação é formar um fundo extra de reserva para que o grupo possa trabalhar e desenvolver a sua autonomia.

Para evitar problemas de arrecadação, desenvolveram essa forma de dividir pagamento através de porcentagem no final de cada Feira. O grupo analisou que quando a arrecadação era feita de forma individualizada havia uma certa resistência de alguns, mas quando é realizada juntamente com o Fundo de Feira o pagamento acontece de forma mais tranqüila.

Assegurar um recurso econômico disponível às necessidades coletivas proporciona uma segurança ao grupo, na busca da autonomia. Pois para as questões básicas existe um recurso que pode ser acessado a qualquer momento. Não dependem de banco, ou de outros financiadores, porém, para os projetos maiores que exigem uma maior infra-estrutura, essa questão também é ponto de discussão.

Segundo um dos participantes, “eu não estou fazendo empréstimo ao banco, fico preocupado quando estou devendo e fico dando conselhos a meus colegas que não entre nessa, pois para receber é fácil, mas para pagar é difícil, pois é do jeito que eles querem”.<sup>8</sup>

O grupo apresenta como meta não trabalhar com projetos que não provoquem endividamento ou dependência econômica que inviabilizem sua autonomia. Até o momento receberam financiamentos da Caritas, Banco do Nordeste, MDA, mas não devem a nenhuma dessas instituições.

A esse respeito, um dos participantes abordou: “Apoio a gente quer, mas não vai ser banco ou seja quem for que vai dá nossa linha de atuar. Quem dá nossa linha somos nós. A gente precisa discutir as

---

<sup>8</sup> Membro da feira, pertencente ao assentamento Boa Vista, texto de entrevista realizada para essa pesquisa.

questões dos empréstimos, dos endividamentos. É a gente que precisa propor os projetos.”<sup>9</sup>

## **O espaço educativo**

A Feira Agroecológica vai além de um espaço de comercialização de produto de origem rural. Nela está presente uma diversidade de dinâmicas, de relações, de afetos, de sentimentos, de subjetividades, de crenças, de religiosidade, bem como de relações de sujeitos, de indivíduos e de diversos movimentos que se interpenetram e formam um todo dinâmico. Diverso em seus fatos, acontecimentos, forças, e intervenções, até o ponto de conter também suas contradições. Há uma intensa mobilização de energias, de ideologias, de necessidades, de sonhos e também de desejos.

Antes da mobilização para a comercialização, o movimento já existia e não era definido pelos participantes da Economia Solidária, nem do movimento da agroecologia, nem do movimento pela saúde. Existe uma força que uniu esses trabalhadores na luta pela terra junto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nesse sentido, a feira está inserida no contexto do movimento de luta pela terra, como afirmou uma das participantes: “Essa organização da gente já vem da luta pela terra. Quando se luta pela terra, também é para uma sobrevivência melhor”. A luta da Feira se vincula a luta pela terra que não termina apenas com a conquista da terra.

Os valores da Economia Solidária são centrados nas necessidades humanas e no respeito à vida. Nela há uma valorização de trabalho

---

<sup>9</sup> Membro da coordenação da Feira, em assembléia geral da associação (ECOVARZEA).

produzido pelo humano, entendendo o humano se realizando no seu trabalho.

São os entrelaçamentos dos movimentos populares que acabam se reforçando mutuamente, baseado na utopia de uma sociedade igualitária, no sentido das condições materiais de existência. Seja a resistência indígena, dos negros escravizados, dos povos que estiveram sempre excluídos da sociedade, mas que cultivam o sonho de construir uma sociedade capaz de oferecer as mesmas oportunidades de vida para todos e todas, incluindo os anseios de liberdades que precisam se concretizar de fato.

Nesse sentido, os movimentos sociais populares têm dado visibilidade à temática da economia solidária, buscando experienciar de fato proposições que caminhem na construção de alternativas diferenciadas do modelo dominante. Para tanto, existe um movimento nessa direção, inclusive é um esforço dos movimentos sociais para que a economia solidária se efetive como política pública. Então existe uma interlocução entre esse movimento e o atual governo para que se institucionalize de fato. Nesse intuito, em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, que tem como objetivo organizar, junto aos Estados, programas voltadas aos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária.

Apesar desse esforço, prevalece a luta por recursos destinados especificamente para esse campo, tendo em vista que o modelo de economia dominante é o da disputa de mercado capitalista e a economia solidária ainda está em estado embrionário, tendo muito espaço a ser disputado.

## **A reflexão**

No contexto da Feira, está presente a sensibilização para aspectos ecológicos e ambientais, princípios de solidariedade, de respeito à vida, num processo em construção, com diferentes graus de participação, referentes às contradições do percurso. São experiências deles e delas que se acumulam. São vários espaços onde se desenvolve a sua práxis, envolvendo tanto a reflexão pessoal como a de grupo e efetivando-se com um produto organizativo.

Um aspecto diferencial nessas experiências não é a inexistência das contradições tão presentes nas relações essencialmente capitalistas, mas é a possibilidade de evidenciar essas contradições no espaço coletivo, podendo refletir e construir caminhos que apontem para tomada de decisões próprias do grupo que concorram para sua superação. Isso não se dá de forma linear, tendo um estágio de perfeição da consciência, mas, muito pelo contrário, cheios de altos e baixos. Apesar dos avanços, o processo educativo faz parte do cotidiano da Feira e dos movimentos sociais em permanente busca de melhoria da organização coletiva.

Frutos desses encontros têm-se o contato com os valores da Economia Solidária permeada por políticas educativas populares, aspectos objetivos e subjetivos que alimentam essa práxis, intermediada pelas ações concretas de uma feira.

Essa tem um carácter multiplicador, pois o movimento pretende expandir a experiência para outros trabalhadores, chamando atenção dos aspectos: um se refere ao fato desses trabalhadores e trabalhadoras optarem em desenvolver a produção, considerando uma abordagem ecológica; o segundo aspecto envolve a economia solidária, conside-

rando que os agricultores comercializam seus produtos direto ao consumidor, dimensionados pela prática da solidariedade.

A Feira está inserida num contexto que não se limita à sua realização pura e simples. Muitos passos já foram dados, mas há uma série de outros que ainda estão sendo construídos, dentro de uma complexa dinâmica, com múltiplas determinações, que nem sempre se apresentam claramente.

Experiências semelhantes de feiras agroecológicas vêm ocorrendo em outros municípios como Lagoa Seca, Campina Grande, Massaranduba, Aparecida, Cajazeiras. Observa-se nessas experiências uma organização comum desenvolvida por pequenos agricultores familiares e trabalhadores assentados da Reforma Agrária, que produzem e vendem produtos agrícolas diretamente ao consumidor, baseada na agroecologia. Desenvolve-se um processo educativo de convivência e respeito à biodiversidade, ao ambiente e às pessoas.

Segundo Santos, há uma necessidade de uma relação entre as diversas experiências (2002: 53):

No campo da produção, a fragilidade das alternativas existentes torna necessária a articulação destas entre si – em condições que devem ser negociadas para evitar a cooptação e o desaparecimento das alternativas-, com o Estado e com o setor capitalista da economia. Esta articulação em economias plurais em diferentes escalas que não desvirtuem as alternativas não capitalistas é o desafio central que enfrentam, hoje, movimentos e organizações de todo o tipo que procuram um desenvolvimento alternativo.

A experiência vivida nestas bases, isto é, na interação existente entre os próprios agricultores nas áreas de assentamento e da agricultura familiar, vem gerando um rico processo de discussão, de apresentação

das experimentações, das visitas de intercâmbio, das reuniões e dos encontros, que reforça o saber da experiência vivenciada e compartilhada, bem como a produção do conhecimento nas classes populares. Segundo constatações dos próprios agricultores, o processo de organização da Feira possibilita a “elevação” de todos.

Segundo Oliveira (2004:41) “Uma das descobertas no processo de organização da Feira Agroecológica foi a de que o pequeno produtor não consegue se manter na terra produzindo e comercializando seus produtos sem ter uma organização coletiva”.

Para as pessoas envolvidas nesse processo, a Feira Agroecológica é uma alternativa viável que reforça a luta para consolidação da reforma agrária. Alguns dos desafios demonstrados atualmente são: manter a regularidade da atividade, diversificar a produção e ampliar o quadro de acompanhamento técnico.

Os desafios apresentados na organização de alternativas que venham adentrar nessas experiências reforçam a força de transformação dos sujeitos e de sua realidade, segundo Santos (2002: 16), [...]“ênfatizando a necessidade de fomento de outras formas de produção alternativa, além do domínio de todos os mecanismos de distribuição dos produtos, tentando superar o permanente processo de descarte de populações”.

Nessa perspectiva, as alternativas de subsistência como a Feira têm apontado para uma reflexão mais profunda sobre a construção de um outro modelo de desenvolvimento que coloque a pessoa humana no centro de suas preocupações, respeitadas as diferenças do outro enquanto participam de sua própria historicidade e suas subjetividades. Mas que outra economia e que outra educação?



## ECONOMIA SOLIDÁRIA, EDUCAÇÃO POPULAR E SUBJETIVIDADE

### **A economia para autogestão**

À medida que se formava a classe trabalhadora com a expansão industrial, sobretudo a partir do século XIX, se estabeleciam crises com o novo sistema que se formava, surgiam profundas dificuldades para a vida desta classe, para homens mulheres e crianças.

O modo de produção constitui-se em bases de incentivo à propriedade privada, ao mercado e à acumulação de bens e capital. Estabelece um tipo de desenvolvimento regulado pela acumulação de bens para um indivíduo, tendo como característica apenas as dimensões econômicas de vida.

De forma contraditória engendra também uma classe possuidora dessa propriedade, por um lado e por outro uma classe daqueles sem posses de bens, sem propriedades. A esta classe foram impostas as condições de penúria e miséria que, por sua vez, reage buscando outras possibilidades para garantir a sua vida.

A classe trabalhadora encontrou nas relações coletivas, na cooperação entre seus pares, na organização cooperada, possibilidades concretas e alternativas de outro jeito de produzir, de organizar-se e de viver. Este outro jeito de organização das relações econômicas e das relações interpessoais pode ser demonstrado nas cooperativas e nos instrumentos de reivindicação dos sindicatos. Essas foram formas encon-

tradas pelos trabalhadores/as para superarem, de modo coletivo, as lutas internas dos próprios trabalhadores de como enfrentarem a organização dos compradores da sua força de trabalho.

A invenção dessas cooperativas segue um conjunto de regras para incentivo às relações coletivas como: as cooperativas seriam administradas de uma forma democrática; cada sócio daria apenas um voto; estaria aberta a qualquer trabalhador desde que integrasse uma quota que era igual para todos e todas; a divisão do excedente teria regras próprias de repartição; incentivo a compras na própria cooperativa; a venda realizada seria apenas à vista; estaria assegurada a venda de produtos de boa qualidade e a sociedade se manteria neutra em relação à política e a religião. Essa base desse movimento na economia tenta ser uma alternativa ao modo de produção capitalista.

Segundo Singer (2002: 24), “A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril de produção”. Outras relações econômicas acontecem com princípios e lógica. Nesse sentido, um de seus representantes mais significativos foi Owen, que experienciou e elaborou propostas de desenvolvimento em outra lógica de economia, fazendo uma análise da exploração desenvolvida pelo capitalismo. Nessa perspectiva, Singer (2002: 30) mostra que: “Owen, como muitos socialistas da época, rejeitava o comércio visando ao lucro como essencialmente parasitário”.

Além da exploração dos que produzem, também aponta para uma produção de excluídos, da qual a economia de base capitalista não consegue dar conta, porque sua preocupação não é resolver os problemas sociais da humanidade, mas conseguir desenvolver a economia,

gerando lucro para os donos do capital. Daí foram surgindo as experiências de cooperativas de produção, de crédito, de serviço e os clubes de trocas.

Enquanto a economia capitalista tem como princípio fundamental a competição, na economia solidária o princípio de solidariedade é que deve prevalecer. Em ambos os casos, há uma produção subjetiva que alimenta seus princípios. Só que, na economia capitalista ganha quem for o melhor, o mais competente e o mais eficiente, configurando-se numa lógica de apologia aos vencedores. E as empresas capitalistas que quebram, como os desempregados vão viver? Isso não é de responsabilidade do capitalismo. Isto não pode constituir-se como impedimento a mais às transações econômicas. Para o capitalismo, há oportunidades para todos e todas e nessa lógica qualquer um pode ter prosperidade, ganhando os melhores.

Segundo Singer (2002: 8), “os descendentes dos que acumulam capital ou prestígio profissional, artístico etc. entram na competição econômica com nítida vantagem em relação aos descendentes dos que se arruinaram, empobreceram e foram socialmente excluídos. O que acaba produzindo sociedades profundamente desiguais”.

Assim, uma sociedade que tenha como princípio a igualdade arrasta consigo o desejo de superação da vida promovendo a cooperação. Na cooperação, o central é o coletivo. Todos precisam se desenvolver e se alguém não consegue torna-se responsabilidade de todos. A solidariedade na economia se estabelece com a organização igualitária daqueles que desejam produzir, procurando comercializar. Não será o contrato entre desiguais? Nesse sentido, as decisões são tomadas coletivamente e todos podem participar do processo de discussão. Isso não

invalida o fato de alguns se destacarem mais, mas a preocupação é com um desenvolvimento cooperativo para todos.

Segundo Singer (2002: 10) “A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”. Esse tipo de economia aponta como uma alternativa à desigualdade e exclusão produzida pelo capitalismo. Os excluídos precisam construir um processo de cooperação e solidariedade necessário à concretização de alternativas, cuidado com as pessoas, com respeito ao outro e ao ambiente.

Não basta apenas possibilitar o acesso econômico, tem que se considerar toda a dimensão das necessidades humanas e ambientais. A sustentabilidade econômica é uma necessidade inerente a todos os grupos, todas as comunidades, todas as pessoas, parte dos seus próprios anseios por autonomia.

A economia solidária aponta para a construção de novas relações de trabalho, de respeito às pessoas, à vida, construindo relações de sustentabilidade econômica de forma humanizadora que não pode se sustentar apenas na lógica do discurso, mas que deve ser intrínseca às relações macro e micro-sociais.

Nela não existe a figura do patrão. Os meios de produção são de propriedade coletiva, os lucros ou as sobras<sup>1</sup> são distribuídos por todos que fazem parte do processo produtivo. O objetivo principal não é o capital, como no capitalismo, mas o ser humano.

---

<sup>1</sup> Sobras – São os recursos econômicos que excedem, o que na economia capitalista é chamada de lucro. As sobras são compartilhadas no coletivo, diferente da economia capitalista que é concentrada no patrão.

A Economia Solidária se constitui numa forma de economia socialmente justa, respeitando a biodiversidade, procurando satisfazer as necessidades humanas de todos e todas. Refletindo também nos mecanismos de gestão, é no desenvolvimento de alternativas com intuítos educativos populares que se pode experimentar uma gestão compartilhada, que ao invés da competição dê lugar à cooperação. O autoritarismo é superado pelo poder compartilhado. A exploração pela produção é superada pela co-responsabilidade nesse processo, realizando-se uma construção coletiva de outros jeitos de se viver melhor.

Esse exercício tem encontrado seu alimento nas tentativas de construção autogestionárias. A organização para a autogestão permite a expressão das dimensões humanas nas suas “infinitas” possibilidades. Permite que o sujeito possa ser, possa expressar suas subjetividades, construir uma práxis coletiva a partir das proposições dos sujeitos. Isso não se dá pela permissão bondosa do outro, mas pela conquista de todos de poder ser. Não se tem que agradecer, como produto da subserviência, ou pedir permissão para se expressar, pois a expressão da pessoa se apresenta como direito elementar. Segundo Albuquerque (2003: 20):

Por autogestão, em sentido lato, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um “coletivo”. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.

Mas poderíamos nos perguntar se isso se constitui numa realidade concreta. Poderíamos dizer que são processos em construção e que essa realidade se concretiza na intervenção que é uma conquista coti-

diana experienciada em diversas experiências autogestionárias. Não se constitui em algo acabado, fechado, mas em algo em construção, pois a autogestão se dá no processo que também é um processo educativo compartilhado por homens e mulheres.

A autogestão não se apresenta como um modelo, mas seus princípios básicos possibilitam o crescimento e o desenvolvimento não apenas de uma liderança isolada, mas de todos/as como responsáveis pelo processo de desenvolvimento de produção da vida real como também pelo desenvolvimento das potencialidades humanas. As possibilidades humanas estão além do que nossa realidade nos condiciona, nos enquadra. Sair desse lugar naturalizado como nosso, como do nosso ser, experimentar, questionar, estranhar, vivenciar outras possibilidades, pensar sobre nossa prática, refletir, criar outras alternativas de forma compartilhada.

O coletivo, o grupo é um lugar privilegiado para esse estranhamento já que pode ser compartilhado com outros estranhamentos que não necessariamente são os seus, mas que abrem possibilidades para outras dimensões. É um terreno fértil de produção de subjetividades, de intersubjetividades, de produção de conhecimento, de proposições, de construção de alternativas que não se constitui num somatório de propostas, mas de uma construção coletiva de estratégia de vida compartilhada pelos pares.

As possibilidades de concretização são muito mais evidentes numa perspectiva de grupo. Construir alternativas de gestão individual numa sociedade excludente como a capitalista, especialmente para as classes populares, é uma tarefa difícil de se sustentar. A estratégia do grupo fortalece o ser que sai do individual para o coletivo, nem sempre

porque se deseja, mas pela própria necessidade de viver, de ter uma alternativa de sobrevivência.

A lógica da autogestão é construída em função de homens e mulheres, não do mercado. A questão econômica é fundamental para atender as necessidades humanas de vida. A economia deve existir em função do bem viver para todos, para alegria, para a felicidade não apenas de alguns. Assim como o trabalho é compartilhado por todos, é de responsabilidade de todos, os frutos do trabalho devem ser partilhados, de modo que todos se beneficiem, sem que para isso precisem explorar o trabalho do outro. Isso tudo faz parte dos princípios da economia solidária.

A lógica que prevalece não é a da competitividade de mercado, mas da cooperação, no sentido de que todos precisam de todos para que continuem se desenvolvendo, mesmo que não seja na mesma medida, todos crescem e se desenvolvem. Quando alguém está ficando para trás torna-se uma preocupação compartilhada pelo grupo em suas discussões, num diálogo coletivo. E isso leva as proposições que podem ser coletivas.

Nessa perspectiva de economia solidária, as relações experienciadas, valorizadas pela coletividade, são de natureza solidária. Este modo de produzir encontra seu alimento num processo educativo permanente que acompanha o desenvolvimento das experiências coletivas. Atividades educativas que têm um papel significativo na construção desse discurso, nesse processo em construção. Uma educação que contribui para os alicerces dos valores que sirvam para a concretização desses sonhos e cuja produção simbólica processual seja também pertencente aos seus produtores. Uma educação popular que facilite o diálogo

entre esses saberes promova o encontro entre as experiências e produza novos saberes nesses esforços da concretização de utopias.

## **O desenvolvimento sustentável**

Pensar em desenvolvimento das comunidades não pode ser a mesma forma de desenvolvimento empresarial de pessoas que culturalmente vivenciaram outras realidades, construíram outra lógica de mundo e de atuação. Pessoas que têm outras vivências, outras experiências e que sempre estiveram em situações de exclusão, quanto ao acesso à educação de qualidade, ao conhecimento produzido, às pesquisas e às tecnologias. O problema é que não puderam escolher estar naquela situação, não lhes perguntaram se elas queriam viver naquele tipo de situação, assim como não puderam dialogar com outros tipos de conhecimentos e até aprofundar, de forma sistemática, os seus.

Compreendendo a sustentabilidade como uma lógica que contempla um tipo de desenvolvimento que considera as necessidades atuais dos humanos, o ambiente, a biodiversidade e as tecnologias em favor da vida com responsabilidade com as gerações futuras.

A educação popular é um espaço em que os diversos saberes podem ser evidenciados e construído. Um diálogo em que as realidades aparentemente estáticas possam se mover. Sendo assim, conhecimentos estabelecidos podem ser questionados para que a partir daquela realidade transcenda-se para a construção de novas realidades mais humanas, mais justas, mais solidárias, mais sensíveis às pessoas, à sociedade e ao mundo.

Pensar num outro tipo de desenvolvimento envolve também outras dimensões, além da educação, que precisam estar sensíveis à reali-

dade cultural, histórica, subjetiva em que as populações sejam inseridas. Não adianta pensar um desenvolvimento, por mais bem intencionado que se possa parecer, se ele está distante da realidade dos envolvidos. Parece também não adiantar pensar num desenvolvimento em que o poder público esteja distante da casa, do corpo, das emoções das pessoas. Não para promover o assistencialismo perverso, mas para sustentação de ações que sejam efetivadas por comunidades que se encontram, em geral, carente de bens materiais, de afeto, de amor e de auto-estima. As pessoas precisam se sentir fazendo parte sendo elas mesmas sujeitos de suas vidas.

O poder público precisa estar a serviço do público, do povo, não tem como propiciar tudo, mas pode possibilitar o acesso do povo num encontro de políticas que enfatizem a construção de espaços de cidadania, de relações mais fraternas, de distribuição das riquezas produzidas. Acesso a partir de sua práxis, do aprender a fazer fazendo e pensando, da ação, como diria Paulo Freire. Da participação efetiva no processo que se dá no dia a dia, que faz com que homens e mulheres se afirmem enquanto sujeitos que constroem a sua realidade, dura e difícil, mas estão ali na esperança de transformá-la numa realidade melhor, não só para alguns, mas para todos. A gestão tem que ser compartilhada pelos sujeitos da ação e as políticas públicas devem caminhar nessa direção. O olhar não pode ser unilateral, ele tem que dá conta da questão local, mas contextualizada com a realidade externa. O diálogo entre saberes estando estabelecidos, entre os vários tipos e áreas de conhecimento.

Nesse sentido, pensar uma concepção de organização popular envolve necessariamente a intervenção do humano em construção de sua própria autonomia e de sua atuação no mundo.

## **A educação popular para produção**

Foram diversos caminhos trilhados pelos que acreditaram nos princípios de uma educação popular, tanto no campo da educação formal, como em outros espaços como nas experiências realizadas nos movimentos de cultura popular (MCP), nos centros de cultura popular do movimento estudantil (CPCs da UNE), no movimento de base de cultura popular da igreja católica no Movimento de Educação Básica (MEB), e nos movimentos sociais populares em geral.

A história da educação popular teve o seu berço nos movimentos populares da América Latina. Segundo Gadotti (1998), a educação popular nasceu na América Latina no meio das lutas populares e teve como seu principal representante o educador Paulo Freire. A educação popular passou por diversos momentos, nos anos 50 e 60, tinha como bandeira a conscientização e nas décadas de 70 e 80, a defesa da escola pública popular.

No início dos anos 60, a educação popular no Brasil estava desencadeando um processo de desenvolvimento cultural popular e com o apoio do poder público federal pretendia alcançar todo o território nacional. Brandão (1981: 17) faz a seguinte observação sobre o significado dessa experiência: “[...] Na aurora do tempo em que, coletivamente, pela única vez alguma educação no Brasil foi criativa e sonhou que poderia servir para libertar o homem, mais do que, apenas, para ensiná-lo, torná-lo doméstico”.

Isso se deu em vários momentos, porém destaca-se o momento anterior ao golpe militar de 1964, que reprimiu o seu avanço e violentou a livre expressão dos educadores populares, rompendo um proces-

so, mas não conseguiu destruir a utopia e a perseverança daqueles que acreditavam na sua realização como elemento fundamental no processo de elevação humana e transformação social.

Entre esses educadores estava Paulo Freire que teve que deixar o país, mas continuou perseverando em seus propósitos. Apesar dos danos, a ditadura não conseguiu matar as raízes da educação popular, pelo contrário, brotou em outros espaços, bem como em outros países. Paulo Freire conseguiu multiplicar as experiências, produzir, sistematizar, avaliar, publicar trabalhos, como é o caso do destacado livro *Pedagogia do Oprimido*, escrito a partir da prática e das reflexões dos grupos populares que desenvolveram experiências com ele. Experiência e sistematização permitiram que houvesse um fortalecimento em práticas educativas que se multiplicaram em diversos espaços do meio popular, especialmente na América Latina.

A educação que vem se desenvolvendo na Feira tem sua metodologia definida por um pensar a partir das coisas concretas, das questões concretas que estão presentes. Isso conduz a uma compreensão educativa nos moldes da educação popular geradora de um conhecimento a partir da realidade objetiva dos sujeitos envolvidos no processo educativo, no intuito de possibilitar a consciência da multiplicidade de elementos que determinam aquele dado contexto. Fundamenta-se num referencial teórico e metodológico escrito a partir da práxis das educadoras e educadores populares comprometidos em subsidiar toda prática pedagógica.

As atividades desenvolvidas na Feira, nas relações internas, potencializam o diálogo entre as pessoas buscando seus conhecimentos próprios. Na educação popular, o conhecimento que vai desde o conhe-

cimento popular ao conhecimento elaborado cientificamente se caracteriza pelo pensar coletivo, sendo esse conhecimento acessível a todos e a todas. Uma educação em que as pessoas se apoderem do conhecimento e possam também fazer parte da construção desse conhecimento, bem como reconhecer os diversos interesses envolvidos nessa elaboração; um saber que instrumentaliza o fazer e o ter posse do conhecimento, reconhecendo as possibilidades de atuação na participação dessa construção de conhecimento.

A educação processual na Feira emerge da práxis desses feirantes na sintonia entre o saber teórico e o saber prático, em um processo permanente de ação e reflexão em que se busca construir formas alternativas de organização, de gestão, de realização, sempre pensando em um saber elaborado, que seja de todos, para todos, como um bem comum. Uma educação que Freire (1992: 109) já compreendia como, [...] “a prática educativa implica ainda processos, técnicas, fins, expectativas, desejos, frustrações, a tensão permanente entre prática e teoria, entre liberdade e autoridade”.

É fundamental reconhecer que nos processos educativos, bem como em outros espaços, como na Feira, as contradições sociais estão presentes o tempo todo, mas o que diferencia as práticas educativas populares é a possibilidade dessas contradições serem evidenciadas, problematizadas, e a partir delas surgirem outras elaborações necessárias à inserção das pessoas no mundo que desejam modificar. Nesse aspecto, é uma metodologia com propósitos claros de democratização do conhecimento em função daqueles que estão de fora do acesso a uma vida humanizada, não só em termos educativos, mas sociais e econômicos. É exatamente por se estar numa realidade contraditória que desumaniza

a existência de uma maioria em função da manutenção de privilégios de poucos que se faz necessário esse tipo de educação. Mas, um dos desafios da educação popular é esse: atuar numa realidade cheia de adversidades, de problemas econômicos, sociais, emocionais, culturais, alertando para questões ambientais, contemplando aspectos subjetivos.

Este tipo de educação considera a existência de classes sociais: a classe que possui o capital e a classe que possui apenas a força de trabalho. Sua existência é mostrada nessa mesma realidade objetiva sendo sua evidência presente ao longo da história das sociedades, exacerbando-se no atual modo de produção, o capitalismo. É a falta crescente de oportunidades para a grande maioria da população, com pobres e miseráveis sobrevivendo à margem da sociedade, sem suprir as suas necessidades básicas de sobrevivência.

A Feira é expressão da necessidade desses/as trabalhadores/as pela sobrevivência que passa pela organização e pela aprendizagem de autonomia emocional, cultural, política, social e econômica, enfim, de todas as dimensões dos seres humanos.

Para esses, essas ações vêm sendo tratadas também contra o sectarismo, muito comum nesses processos de organização. Freire (1992: 94) alerta contra esse sectarismo:

[...] há momentos históricos em que a sobrevivência do todo social coloca às classes a necessidade de se entenderem, o que não significa estar-se se vivendo um novo tempo histórico vazio de classes sociais e de conflitos. Um novo tempo histórico sim, mas em que as classes sociais continuam existindo e lutando por interesses próprios.

As ações educativas e populares na Feira são uma perspectiva em defesa não apenas do acesso à educação para as pessoas, mas tam-

bém o despertar para as mudanças sociais. O desafio é como pensar na emancipação desse ser que é indivíduo e que é sujeito social inserido numa situação de exclusão não por opção, mas por condicionantes do sistema que o exclui. Como sair desse lugar de exclusão? Quando a sociedade concretiza bens, tecnologias, conhecimento numa dimensão e velocidade fantástica, permeada por uma produção de idéias, desejos, sonhos que procuram penetrar o mundo subjetivo das pessoas que se produz no social. Nesse sentido, a prática social dos componentes da Feira passa pelas subjetividades do sujeito, sua relação com os outros e com o mundo.

### **As presenças subjetivas**

A educação popular tem como um de seus objetivos o desenvolvimento do homem e da mulher em toda a sua dimensão física, intelectual, afetiva, emocional, profissional, econômica, social e pode ser comparada a uma terapia coletiva, em que são evidenciados os problemas e alternativas, sendo uma educação pela práxis. As várias reuniões que ocorrem com os participantes da Feira são ocasiões propícias para o desvendamento da realidade, dos impedimentos, dos problemas que dificultam o desenvolvimento e, também, crescimento das pessoas. No ambiente da coletividade e fora dela, aquelas pessoas podem falar, ouvir, dialogar sobre suas vidas e conseqüentes elaborações possíveis capazes de se perceberem enquanto sujeitos “condicionados” por uma realidade social, por um sistema com sua lógica e seus propósitos de sociedade.

Esse trabalho da educação popular mobiliza energias das pessoas e dos grupos, e no dizer de Fromm (1992): “Uma prática educativa

assim é uma espécie de psicanálise histórico-social-cultural e política” (Apud FREIRE, 1992: 106).

A educação popular tem um enfoque no humano, no crescimento, no desenvolvimento das pessoas e de suas capacidades, compreendendo as oportunidades. O enfoque não é apenas no aspecto intelectual, mesmo reconhecendo sua relevância, mas tem no homem e na mulher os sujeitos que devem criar sua autonomia, se colocarem enquanto cidadãos responsáveis em tomar conta da sua história, apesar dos condicionantes sociais, econômicos e culturais, e mesmo estando expostos aos diversos tipos de ideologia, ainda assim podem construir uma história diferente.

O grupo possibilita a visibilidade de problemas que aparentemente estão congelados. Reconhecer os sentimentos, os medos, as angústias, os impedimentos subjetivos, a história de submissão vivenciada é fundamental para ultrapassar as limitações; significa reconhecer aquilo que estava guardado, muitas vezes de forma inconsciente para evitar sofrimento.

Esse processo de consciência passa por aspectos individuais, mas tem uma dimensão coletiva, já que nenhuma subjetividade é tão individual a ponto de não sofrer nenhuma influência do outro e do mundo. Tudo está relacionado com o contexto, com a história, com a sociedade. Existe relação entre os fenômenos, pois a realidade está em movimento, não pode ser simplesmente recortada. As questões objetivas que nos movem são identificáveis mais facilmente, enquanto que as subjetivas ficam na invisibilidade e nem sempre são elucidadas, embora estejam presentes em todo fazer concreto dos sujeitos. O ser humano não é determinado um indivíduo com características naturalizadas definidas que

guiem suas ações, mas um sujeito com história própria, com uma relação permanente com o mundo. Para Lane (1995: 74) “A subjetividade se objetiva nas ações do homem sobre o meio, assim como este meio e o que constitui objetivamente se tornam subjetivos no psiquismo humano”.

Na Feira, as objetividades das ações vão mostrando a subjetividade também concreta. A falta de lucidez, de contato consigo mesmo, com os sentimentos, com as barreiras, com as “courageiras”, impossibilita a evidência de problemas e limitações mais íntimas que impedem de construir uma práxis libertária, tanto em relação consigo mesmo como em relação ao mundo. Questões dessa natureza estão presentes também na Feira, cujas ações vão na direção de sua superação.

Enquanto as classes populares ficarem no silêncio ou paralisadas pelo medo (congelado), o opressor tem livre acesso para agir, reforçando assim seu poder. O opressor só pode existir se tiver alguém que assuma o papel do oprimido. O silêncio subserviente compartilhado entre os oprimidos legitima o opressor. Na visão de Freire (1992: 126):

Uma das tarefas da educação popular progressista, ontem como hoje, é procurar, por meio da compreensão crítica de como se dão os conflitos sociais, ajudar o processo no qual a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza. Esta é a esperança que nos move.

A ausência de diálogo entre as classes populares impossibilita a construção de estratégias de articulação conjunta, de enfrentamento, de proposições. Sair desse lugar cronificado da submissão, da subalternidade, da opressão, ter uma postura questionadora, de práxis, passa

pelo reconhecimento dessa realidade, pela não aceitação e identificação daquele lugar.

Porém, não se liberta apenas pelo reconhecimento de uma realidade injusta e opressora. Além da elucidação da realidade, o sujeito precisa ser tocado nos seus sentimentos mais íntimos, precisa romper a barreira do objetivismo e se identificar de alguma forma com as pessoas, com os motivos, com os sentimentos. Precisa estar movido por uma perspectiva de mudança e de esperança. Segundo Freire (1992: 100):

[...] inventamos a possibilidade de nos libertar na medida em que nos tornamos capazes de nos perceber como seres inconclusos, limitados, condicionados, históricos. Percebendo, sobretudo, também, que a pura percepção da inconclusão, da limitação, da possibilidade não basta. A libertação dos indivíduos só ganha profunda significação quando se alcança a transformação da sociedade.

O fazer acompanhado da reflexão se reconhece como transformador de sua realidade e eleva o “grau” de compreensão do sujeito, de sua realidade.

No entanto, a luta pela reforma agrária e a conquista da terra não significam necessariamente a transformação do sujeito. Porém, tomar consciência de sua história, das suas limitações já faz parte do processo de transformação, das intersubjetividades que perpassam também o processo de transformações sociais.

Apesar de reconhecer os condicionantes sociais que têm se construído ao longo da história, de desigualdades sociais, de opressão e de subserviência, a existência humana tem que estar movida por uma perspectiva de vida melhor, por um sonho que acredite que é possível se realizar através da luta cotidiana.

A educação em desenvolvimento nas atividades para realização da Feira configura-se numa prática pedagógica educativa voltada às classes populares (que dispõem de força de trabalho, mas não dispõem dos bens). Uma educação que busca proporcionar o desenvolvimento das pessoas e promover sua atuação na sociedade de forma autônoma, enquanto cidadão consciente e comprometido com as transformações sociais. É uma educação que parte da realidade desses sujeitos, tentando superá-la.

Essa educação segue uma lógica de organização metodológica com princípios, com objetivos e referencial teórico que visam à construção do conhecimento com uma postura política clara de transformação social. A educação popular é uma utopia possível de ser exercitada. Configura-se num espaço para compartilhar saberes a partir da realidade. Possibilita o diálogo entre o saber teórico e o saber prático. Durante o seu processo já se pode exercitar formas democráticas de se viver, evidenciando as realidades. Aprende-se também que as idéias, as verdades, podem ser questionadas.

A educação popular tem uma postura política que é a transformação social das estruturas de poder e das pessoas a sua condução maior é para a superação do humano, da sociedade e do Estado. É uma educação que tem como princípio o desenvolvimento humano em toda a sua dimensão, considerando aspectos intelectuais, afetivos, sociais, físicos, etc. É libertadora, pois possibilita um olhar crítico sobre a realidade e a compreensão de que as pessoas podem interferir nessa realidade como sujeito ativo. Apesar de reconhecer os condicionamentos sociais e econômicos, existe também o entendimento de que assim como aquela rea-

lidade foi construída, ela também pode ser transformada. Para Melo Neto (2001: 68):

A educação popular expressa, ainda, a busca de sua utopia, que é a busca da liberdade. Liberdade no sentido político, cujo exercício se espelha no respeito aos direitos dos outros, mas contendo o germe do rompimento através da ação política, de regras desumanas. Liberdade no sentido ético, que possibilita o direito de agir das pessoas, sem necessariamente estarem prisioneiras de determinações externas. Liberdade no sentido filosófico, que mostra as condições e limites do exercício dessa própria liberdade, considerando a existência do outro, com a clareza de que o humano não é um ser acabado, posto que histórico. Por fim, liberdade de pensamento, que torna o indivíduo capaz de dizer o que deseja, assumindo também, com coerência, a responsabilidade desse pensar e desse agir.

Liberdade conquistada no cotidiano, num processo de busca da autonomia das pessoas, de todas as pessoas, incluindo jovens, mulheres, crianças como um objetivo primordial, no sentido de se sentirem gente, capazes de transformar a sua realidade, de elevarem-se na sua emancipação enquanto humano, de reconhecerem que sua capacidade humana é bem maior do que imaginam ser. Aprendem que condições sociais interferem nas suas possibilidades de crescimento, bem como têm a percepção de que os problemas psicológicos contribuem nas suas realizações. Assim, fatores sociais e subjetivos interferem na sua realidade, influenciando a ação e o pensamento. O concreto e o subjetivo estão intimamente ligados, seja na ação ou na reflexão, pois em ações concretas existe a presença da subjetividade, assim como nas emoções e nas reflexões existe uma realidade objetiva concreta da qual o sujeito faz parte. Segundo Freire (1992: 97): “Não posso entender os homens e as mulheres, a não ser mais do que simplesmente vivendo, histórica,

cultural e socialmente existindo, como seres fazedores do seu ‘caminho’ que, ao fazê-lo, se expõem ou se entregam ao “caminho” que estão fazendo e que assim os refaz também.”

O grupo é um espaço de se sonhar e de se pensar em novas realidades em que se considere a construção de princípios coletivos norteadores de vida, de cidadania, de solidariedade contemplando as questões de gênero, etnia, geração e ecologia. Espaço de realização e de práxis, que se apresenta em alguns grupos populares; grupos que trabalham de forma articulada ou coletiva, como por exemplo, os trabalhadores e trabalhadoras das áreas de assentamento de reforma agrária; em experiências de educação de jovens e adultos nos movimentos sociais; em grupos que trabalham com a experiência de organização das feiras agroecológicas, e entre muitas outras experiências que trabalham tais princípios de educação, uma educação popular que ajuda na construção e superação da realidade.

Pela educação popular são feitas análises da realidade, de compreensão de mundo, em que a situação da vida é evidenciada. Tem uma postura política clara, a serviço das classes populares, no acesso aos saberes, na construção do conhecimento, na leitura da realidade. A partir de uma metodologia que envolve o diálogo, a educação popular possibilita a problematização da realidade, questiona pelo confronto a diversidade de saberes postos, buscando um saber “maior e melhor”, mais elaborado, em que todos os participantes tenham a possibilidade de compartilhar com os diversos saberes. Segundo Melo Neto (2001: 69):

É, portanto, um processo permanente de teorização sobre a prática que serve ao avanço histórico dos movimentos sociais populares. Como sistema aberto, apresenta-se, ainda, com uma característica determinante, no sentido de poder novas formulações ou ratificar, corrigir ou eliminar aquelas já estabelecidas. [...] deve estar aberta a novas formas de captação da realidade, contemplando o emotivo, o sensitivo e o físico dos indivíduos nesse processo de educação, para além da via intelectual, até então, considerada quase única e, ainda, à ampliação dos sujeitos sociais, ao considerar a complexidade organizativa da sociedade.

A educação possibilita potencializar os saberes e a força das classes populares, seja na Feira, nos sindicatos, nos assentamentos de reforma agrária, nos diversos movimentos sociais, nas organizações não governamentais (Ong's), nos postos de saúde, nos hospitais, no serviço público em geral, na escola formal e até na universidade.

Essa educação popular não tem a pretensão de transformar a realidade social sozinha, mas se entende como necessária às transformações sociais, na dimensão ambiental, ecológica, educacional, na saúde pública, nos direitos dos cidadãos, nas relações de gênero, nos direitos reprodutivos, no respeito às diferenças étnicas e econômicas, assim como, na busca de alternativas de construção de uma sociedade mais justa para todos os homens, mulheres, meninos, meninas, jovens e velhos. E essa busca atravessa dimensões aparentemente invisíveis que permeiam qualquer prática humana e que se produzem na historicidade cotidiana de suas vidas. Não são apenas idéias que mobilizam o humano, apesar de serem necessárias, mas se faz necessário reconhecer outras dimensões que mexam com seu o ser.

A educação popular vem tendo um papel relevante nos processos organizativos das classes populares e na organização dessa Feira.

Contribui na memória histórica das organizações populares e tem sido comum a existência de práticas educativas que se fundamentam nesses valores.

Numa sociedade que, contraditoriamente, gera desigualdades, os resultados do desenvolvimento são apropriados por poucos, em todas as dimensões da vida social, inclusive na educação, que também se enquadra neste contexto. Na tentativa de formar um movimento de resistência, as classes desfavorecidas e seus interlocutores criam alternativas e oportunidades, a exemplo da educação popular que compõe esse esforço de luta e resistência. É um campo de diálogo entre os saberes acadêmicos (intelectuais e científicos) e os saberes populares, que ao serem problematizados, compartilhados, analisados e construídos em um diálogo coletivo se constituem em conhecimento igualmente rico e complexo. A construção do conhecimento se dá a partir da realidade, mas não fica restrito aquele universo, pois abre espaço para o acesso ao conhecimento produzido e também problematizado. É fruto de um saber coletivizado, compartilhado, nascido do fértil terreno da discussão e de uma lógica solidária.

Esse trabalho da organização da Feira na perspectiva de *educação popular* é uma decisão política, não porque seja melhor ou pior do que outras formas de abordagens metodológicas, mas porque demanda a transformação das pessoas e do mundo, a favor da vida. Não se trabalha com educação popular para manter as desigualdades sociais, mas no horizonte da transformação e da mudança, não uma mudança unilateral, mas que seja capaz de dar conta da complexidade de “elementos” que permeiam a realidade.

Na dinâmica de transformação da realidade, tanto se mexe com aspectos concretos como também com idéias, sentimentos, valores, visão de mundo que o sujeito tem, com a perspectiva de futuro, com o desenvolvimento cognitivo e com o corpo. Assim, transformando a realidade, as pessoas também vão se transformando. Nesse sentido, a perspectiva, as formas de sobrevivência são diferenciadas e podem seguir diferentes caminhos, podendo tornar significativo as estratégias de sobrevivências discutidas e planejadas coletivamente.

A presença da educação popular em experiências coletivas viabiliza-se na práxis comprometida em problematizar e desvendar a realidade, compartilhar saberes, refletir sobre eles, com o compromisso de construir uma prática libertária compartilhada por homens e mulheres que vivem e reconhecem as contradições sociais e defendem o compromisso político da ação educativa. Isso se expressa a partir de sua práxis comprometida com a transformação social. Segundo Melo Neto (2001: 64):

[...] é uma exigência da educação popular expressar-se pela sua metodologia, teoria de conhecimento, conteúdo avaliação e filosofia como uma prática política. Torna-se prática política na medida em que expressa uma ação coletiva, não se esgotando em possíveis relações entre indivíduos ou pessoa, como a relação educador educando. É uma relação entre todos os participantes das ações educativas com o mundo - relações sociais – objetivando a organização do povo.

Pensar a educação popular nesse campo de experiências, constituindo subjetividades com grupos é compreendê-la como uma prática política que transforma, construindo um projeto de sociedade diferente, um mundo para todos de uma maneira coletiva nos grupos, na comuni-

dade, nas escolas, nos movimentos sociais. As subjetividades das pessoas, contam com os sonhos, os desejos, os planos, a história de vida de cada um, as “limitações” e como esses sujeitos se posicionam diante do mundo. Perceber as subjetividades é elucidar o humano que é o ser capaz de transformar o ambiente, a si mesmo e a sociedade. Para tanto, precisa-se de um olhar crítico, para além do aparente. A medida que reconhece as relações como construções humanas pode confrontar a desumanização como uma construção perversa e destruidora da vida. Visto assim, o humano abre espaço para outra lógica de existência, podendo se reconhecer no lugar de sujeito, dialogando por meio de suas necessidades coletivas e individuais.

Portanto, a educação popular é humanizadora, incentiva o diálogo entre subjetividade e objetividade. Subjetividade como uma relação individual e dialética não podendo ser confundida com individualismo. No individualismo não se constrói educação popular. Dessa forma, a educação popular envolve o sujeito em toda sua dimensão, considerando as intersubjetividades que estão sendo construídas nas diversas dinâmicas sociais.

As subjetividades estão em relação direta com o mundo objetivo podendo ser influenciadas e ideologizadas. Esses aspectos devem ser elucidados pelos grupos que pretendem trabalhar com educação popular. Envolve a conquista da liberdade que deve ser para todos, mas que é ao mesmo tempo conquista de cada um. Pode-se falar em liberdade de expressar seus pensamentos e sentimentos, liberdade de criação, liberdade de viver plenamente esse mundo e compreender que os outros também querem ter essa liberdade. A plenitude da liberdade só é possível se for para todos e todas, expressando também a igualdade.

As classes populares estão em desigualdade de condições de acesso às riquezas produzidas, aos bens, ao trabalho digno, a moradia, ao lazer, à alimentação, à saúde, e, em especial, à educação e à produção de conhecimento através da pesquisa.

Essas classes não têm uma educação que lhes sirva, que esteja a seu dispor, no sentido de possibilitar o desenvolvimento das capacidades humanas de todas e de todos, capaz de transformar em sujeitos dos processos históricos; promover o diálogo em todos os espaços de atuação; promover a autonomia e a igualdade; proporcionar o acesso ao conhecimento e a participação na construção desse conhecimento; aberta à criatividade, à criação de “formas” de vida e que se respeite a cultura. Porém, faz-se necessário evidenciar na concepção de popular o que tem de ideológico, pois este saber também está permeado por múltiplas influências, advindas particularmente da ideologia dominante. Sabe-se que, dentro da cultura popular, existem muitos elementos advindos da ideologização dominante, cobrando a sua desideologização.

Dessa forma, a educação popular se torna essencial para fundamentar e subsidiar as práticas educativas e a construção da subjetividade em curso que vêm ocorrendo em diversos espaços formais ou informais. *Pesquisar*, olhar para a realidade assim como ela se apresenta. Urge desnudar essa realidade, perceber as múltiplas linguagens e a multiplicidade de suas determinações. *Pesquisar* é uma atividade de questionamento e compreensão do fenômeno em seus diversos aspectos, inclusive os pontos de discordâncias e de tensão com o que está historicamente estabelecido.

Nessa situação da Feira, faz-se necessário compreender como se deu a participação das pessoas nessa construção de conhecimento.

Refletir sobre a realidade conjuntural e as práticas do presente e construir um futuro em que se criem possibilidades de alternativas que sejam pensadas por e para todos/as. A pesquisa pode ser um instrumento para aprofundar saberes, conhecimentos e socializá-los, sem deixar de questionar, de desvendar não apenas o como, mas também os porquês. Segundo Freire (1992: 98):

[...] O que não podemos, como seres imaginativos e curiosos, é parar de aprender e de buscar, de pesquisar a razão de ser das coisas. Não podemos existir sem nos interrogar sobre o amanhã, sobre o que virá, a favor de que, contra que, a favor de quem, contra quem virá; sem nos interrogar em torno de como fazer concreto o “inérito viável” demandado de nós a luta por ele.

A pesquisa baseia-se na dúvida, no questionamento, em suposições que precisam passar pelo crivo da comprovação, da fundamentação teórica e do compromisso em subsidiar a práxis social que necessita de respostas aos grandes problemas sociais, despertando elementos subjetivos ocultos. Isso em geral não é a prioridade das instituições que financiam e que trabalham com pesquisa. Richardson (1999: 16) adverte: “[...] não devemos esquecer de que o objetivo das Ciências Sociais é o desenvolvimento do ser humano. Portanto, a pesquisa social deve contribuir nessa direção”.

Essa Feira se constitui em ambiente também de um tipo de pesquisa que é útil a eles próprios, descortinando subjetividade e sensações de igualdade, proporcionando momentos que caminham na direção de alternativas que busquem desvendar formas de existência para além da lógica hegemônica de sociedade.

Mesmo com todo avanço com que a sociedade vem se desenvolvendo e todas as suas descobertas em termos tecnológicos, genéticos,

virtuais, continuam pendentes as tantas formas possíveis de se resolverem problemas de necessidades básicas do humano. A lógica como essa sociedade vem se desenvolvendo tem uma preocupação com um desenvolvimento humano para todos e todas? E que tipo de sociedade se deseja alimentar?

É no cenário de agravamento dos problemas gerados pela lógica de sociedade alimentada pelo neoliberalismo, cultuando princípios individualistas, competitivos, consumistas, em que tudo pode ser descartável, inclusive as pessoas e as relações afetivas que se evidencia a necessidade de alimentar outros princípios que coloquem a pessoa humana como prioridade.



## A VIVÊNCIA DA FEIRA

A necessidade econômica era um dos aspectos que estava nos primórdios da organização, no entanto, só após um processo de cerca de cinco anos de discussão e tentativas é que de fato a Feira veio se concretizar. A necessidade de se organizar economicamente estava presente nos discursos, na vivência e na realidade concreta dos agricultores e agricultoras, mas o processo de criação de uma alternativa de comercialização dos produtos da terra só foi gerada após um período de maturidade do grupo em que se percebeu a importância da organização coletiva para se atingir os objetivos. A Feira Agroecológica, segundo um de seus coordenadores:

Surgiu através da nossa necessidade e da organização como assentados da reforma agrária. Nossa produção é temporária e o produto era vendido ao atravessador muitas vezes perdendo até cinquenta por cento do lucro e mão-de-obra. Então a gente viu a necessidade de se organizar e nossa saída foi se juntar, assentados com assentados de outras áreas e partir para o comércio livre, vender direto ao consumidor. A gente se juntou em grupo, viemos de área de assentamento. Entramos na luta todo mundo organizado, então a gente viu que é se unir para conseguir os objetivos<sup>1</sup>.

Um dos problemas originário da mobilização em busca de alternativas econômicas era decorrente da comercialização que desvalorizava o trabalho realizado na produção, já que a venda era feita a através-

---

<sup>1</sup> Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

sadores que ditavam o preço das mercadorias a seu favor, no intuito de aumentar seus lucros. Segundo Ieno Neto, (1998: 21):

A comercialização da produção, porém, é um dos problemas mais sérios enfrentados pelos trabalhadores. Via de regra, a comercialização é feita, individualmente, e indiretamente com o atravessador que busca a produção nos assentamentos. Estes, geralmente, impõem preços baixos aos produtos e ainda pedem prazos para pagamento.

O problema da comercialização atravessa a realidade dos assentamentos que ainda não têm “organização” suficiente para direcionar a sua viabilidade.

A necessidade econômica está no princípio dessa organização, porém há uma necessidade de abordar outras dimensões para que o problema seja enfrentado. Para esse intuito, precisavam de elementos que não faziam parte de sua cultura, como o planejamento sistemático, produção agroecológica, comercialização. Precisavam fazer relação entre o que se vinha praticando e o saber que estava sendo produzido e que poderia subsidiar aquela prática.

Antes do assentamento, aquelas pessoas eram empregadas de usinas de cana de açúcar ou trabalhavam como trabalhadores alugados, ou eram desempregados e não tinham autonomia para planejar e comercializar a produção. Mesmo com a conquista da terra, a produção não era suficiente para se manter na terra. A presença dos atravessadores, que monopolizavam a comercialização nos assentamentos de reforma agrária e ditavam os preços dos produtos, limitava a sua autonomia. Esse era um problema comum e exigia um enfrentamento no coletivo, pois individualmente enfraquecia o sujeito e tornava inviável qualquer

possibilidade de desenvolvimento que desse sustentabilidade a um projeto dessa natureza. No grupo foi possível a sua realização porque não só os problemas, mas a esperanças, são compartilhadas e o objetivo é viver e trabalhar na terra. Segundo um dos membros do grupo, a Feira:

Originou-se de acordo com a nossa necessidade. Não dava mais para competir com o atravessador. Apareceu a feira como uma das coisas que deu mais certo na agricultura. Porque é um meio de qualidade de vida para nós e para os consumidores. Eu não acreditava mais que podia viver da terra, produzir para vender. Quando olhava o que tinha feito, o que tinha apurado para sobreviver não dava e agora tenho a certeza que produzindo e trazendo para cá a sobrevivência está garantida.<sup>2</sup>

Isso não significa que a história esteja de fato consolidada, pois o processo se dá em um cotidiano marcado por dificuldades econômicas e culturais. Por outro lado, trata-se de um contexto de homens e mulheres que já haviam lutado e conseguido um lugar para viver e trabalhar, gerando fortalecimento das pessoas em busca de outras conquistas, reforçando situações concretas de aprendizagem. Segundo uma das coordenadoras<sup>3</sup>: “A experiência é educativa porque além da gente está aprendendo a trabalhar a nossa própria renda, a gente participa de encontros, de planejamentos e todo esse processo é educativo”.

O que estava claro era a necessidade de se construir uma alternativa que atendesse as necessidades das pessoas, mas não se sabia como e que caminhos seguir para atingir tais objetivos. Foi um tempo significativo discutindo, propondo, tentando como comercializar os

---

<sup>2</sup> Membro da Feira pertencente ao assentamento Rainha dos Anjos, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

<sup>3</sup> Membro da Feira, pertencente ao assentamento Dona Helena, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

produtos, sem a presença dos atravessadores. Pensaram em comercializar nos municípios de Sapé e Santa Rita, mas foram propostas que não prosperaram.

Foram diversas as tentativas para se construir essa experiência, com obstáculos sempre presentes. A Feira ocorreu num primeiro momento em João Pessoa, no bairro de Mangabeira. Realizaram-se seis feiras, um tempo suficiente para um momento de parada para avaliação e planejar melhor o trabalho. Como afirma um dos entrevistados<sup>4</sup>:

A gente não tinha prática nessa questão de planejamento, de organização da produção, por que o consumidor espera o produto toda sexta. Para você ter um produto permanente no comércio é preciso você está organizado, ter um planejamento, mas os técnicos contribuíram nesse processo em que já estávamos com o desejo e ansiedade de que isso desse certo. Nós continuamos firmes e com grandes preocupações, mas a gente manteve sempre o processo de organização para manter a Feira.

As seis primeiras feiras realizadas em Mangabeira, tiveram uma renda média bruta total de 397,00. Sendo que a receita bruta da primeira feira foi de 765,00 e na sexta Feira realizada deu apenas 250,00, o que inviabilizou sua continuidade. Depois de uma reflexão resolveram dá uma parada para avaliação e planejamento e só reiniciaram quatro meses depois, no dia 10 de maio de 2002 na UFPB. A arrecadação começou com a renda de 527,00 e foi aumentando progressivamente e no dia 06 de outubro de 2006 chegou a 4.075,00. No início da realização da Feira eram apenas 10 famílias envolvidas e atualmente participam 35 famílias.

---

4 Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

A prática da comercialização implica em planejamento da produção, da organização, de atender os anseios dos parceiros consumidores. Essa relação de interlocução com o outro produz tanto a necessidade de planejamento para atender expectativas quanto outras necessidades, outras vontades, outras demandas, inclusive em relação à produção. O exercício do planejamento ajuda no raciocínio abstrato, pois não se pode mais pensar no concreto e no imediato, mas precisa-se preparar para o futuro. Isso pode ajudar o sujeito a se preparar para realizar uma análise crítica da realidade para além do aqui e agora.

Nesse sentido, a organização está permeada de práticas educativas que fortalecem a aprendizagem de todo o processo produtivo, inclusive a comercialização, e permitem a reflexão e o fortalecimento da construção desse caminho, de busca de alternativas pela sobrevivência. E para a sua viabilidade se faz necessário uma prática educativa com intuito de transformação de postura de vida na direção da realização do que se objetiva. As questões, portanto, avançam muito além dos aspectos técnicos e se dirigem para práticas visando outras alternativas de vida.

### **A organização coletiva**

O processo de organização da Feira Agroecológica tem suas raízes na luta pela terra na região da Várzea Paraibana. A região tem 18 assentamentos de reforma agrária, tendo em sua história marcas da luta e as ações das ligas camponesas na década de 1950.

A dimensão organizativa afirma-se como preponderante na gestação dessa experiência, não só na sua concepção, mas na constituição de toda a mobilização no seio do movimento social popular de luta pela

terra, através da Comissão Pastoral da Terra - CPT, que esteve presente durante todo o processo organizativo. Várias lideranças da Feira, também fazem parte da CPT. A entidade ligada à igreja católica tem um papel expressivo na luta pela terra no Estado, não só como apoio, mas na organização dos trabalhadores e trabalhadoras que lutam pela reforma agrária.

Nessa perspectiva, o processo educativo e a mística religiosa têm sido temas transversais, presentes em todos os espaços organizativos dos grupos e em particular nesta experiência.

Isto se dá na relação construída entre os agricultores e agricultoras e a assessoria da CPT que, a partir de uma perspectiva da Teologia da Libertação<sup>5</sup>, procura refletir as dimensões da vida, relacionando com a espiritualidade. Esse aspecto é muito forte e acompanha toda a trajetória do grupo, o qual continua utilizando rituais religiosos, a exemplo de oração, leitura e reflexão da bíblia, relacionando-a com a realidade. Segundo um dos coordenadores da feira:

Depois da feira, a gente tem um momento de oração muito importante. Não se sai sem fazer a oração. A gente agradece a Deus a forma que saiu de casa até que chegou, por ter comercializado. Pela pessoa que apóia a gente, por aquele que está envolvido nessa luta. É um processo de oração da palavra de Deus. Isso ocorre também nas assembléias, em todo momento de trabalho nosso. A gente costuma iniciar e também finalizar assim.<sup>6</sup>

Em seus rituais estão presentes elementos da natureza como dimensões místicas espirituais do seu cotidiano como a terra, a água, os frutos e isso ocorre nas reuniões, nas assembléias, nos encontros, no

---

<sup>5</sup> Teologia da Libertação – Movimento que busca unir as dimensões religiosas e materiais da vida, contribuindo à organização dos oprimidos.

<sup>6</sup> Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

percurso do processo. Nas reuniões realizadas no final da Feira há um momento direcionado à oração e ao agradecimento coletivo por mais uma feira realizada. Nesse momento, além da religiosidade, existe uma mística<sup>7</sup> entre os participantes que, ao se darem as mãos, reafirmam o objetivo de estarem juntos. Segundo Lima (2003: 83):

A mística diz respeito às convicções, aos sentimentos, às paixões e aos afetos adquiridos não apenas pelo conhecimento teórico das causas da opressão, mas fundamentalmente, pela convivência com as situações de opressão e pobreza e pela luta por sua superação. E a mística encontra-se nas relações amorosas, afetivas, travadas com essa realidade, na convivência e cumplicidade de companheiros e companheiras que compartilham dos mesmos ideais.

Nesse sentido, envolve dimensões de religiosidade, mas também é um espaço de reafirmação daquele coletivo, de intersubjetividades que se aproximam, na reafirmação dos objetivos individuais de satisfação de suas necessidades e de luta coletiva de suas buscas. Nisso, vão se desenvolvendo relações que estão permeadas por aproximações ou distanciamentos nas diferenças e divergências cotidianas, mas que estão guiadas por um eixo comum: a luta pela sobrevivência.

Antes da participação na organização da Feira, seus membros já participavam de outras organizações como a associação do assentamento, o grupo de mulheres, de jovens, do grupo religioso, do sindicato de trabalhadores rurais, do Partido dos Trabalhadores - PT e da Comissão Pastoral da Terra.

Existe uma relação entre a trajetória vivenciada nos diversos espaços que permeiam o cotidiano de luta dessas pessoas e a elaboração

de uma proposta de desenvolvimento coletivo. Assim, foi no processo de organização da vida, da luta, que eles perceberam que só através da organização poderiam mudar suas vidas. Segundo a entrevistada:

Eu aprendi e isso vem de muito tempo, porque eu comecei a me organizar com essas coisas desde a minha luta pelo sindicato de Sapé. Eu comecei a minha luta pela comunidade de base. A gente vivia na base, onde eu morava era a comunidade de base.<sup>8</sup>

Nesse espaço coletivo as informações e idéias foram se ampliando e gerando outras possibilidades. A participação em outras organizações contribuiu para o amadurecimento das proposições que concretizaram essa experiência. Segundo a entrevistada, a existência da feira se relaciona com a vivência dos trabalhadores e trabalhadoras em diversos espaços de luta social que fez com que eles reconhecessem a importância da organização na busca de resolver os problemas sociais:

Foi a questão social, pois as pessoas que participam dessa feira também estão ligadas à igreja e aos movimentos sociais. Então, já estão mais por dentro da realidade das coisas. Isso fez com que se despertasse para esse novo horizonte, uma nova forma de tentar resolver os problemas que a gente enfrenta não só no sítio, mas na Paraíba, no Brasil. Sentimos a necessidade da organização. A gente sabe que organizados se consegue as coisas. Se juntou todo mundo num mesmo ideal e estamos mostrando o trabalho.<sup>9</sup>

O fato de terem participado de um processo de organização anterior fortalece o movimento, a medida em que os participantes já vivenciaram um processo de leitura da realidade que, segundo a en-

---

8 Membro da Feira, pertencente ao grupo de mulheres do assentamento Dona Helena, texto de entrevista realizada para essa pesquisa.

9 Membro da Feira pertencente ao assentamento Dona Helena, texto de entrevista realizada para essa pesquisa.

trevistada, despertou novos horizontes, uma perspectiva de resolução dos problemas e necessidades econômicas. Além disso, a experiência tornou-se referência para outras organizações populares que estão buscando alternativas de vida numa perspectiva coletiva. Nessa sentido, aponta-se para a necessidade de organização econômica do próprio grupo, mas também para uma perspectiva de socialização do conhecimento elaborado na construção da experiência para outras organizações que desejem conhecê-la, para que possam perceber se aquilo faz sentido na construção de sua realidade.

Esse acesso ao conhecimento prático e teórico, elaborado a partir das experiências, tem sido um dos aspectos fundamentais na origem desse tipo de organização. O que na realidade já vem se constituindo como prática nos movimentos sociais e organizações populares, como no caso dos intercâmbios de experiências. Os intercâmbios têm sido um espaço privilegiado entre os trabalhadores e trabalhadoras que apresentam nesses momentos suas experiências através do diálogo com os demais que têm interesses em conhecer os aspectos teóricos e práticos vivenciados pelos experimentadores/as. A própria idéia da Feira Agroecológica deu-se a partir de intercâmbios de experiências já existentes que também lhe serviram de referência<sup>10</sup>.

Há uma diversidade de intervenções que interferem na práxis dos movimentos sociais nesses diversos espaços, em que se vai produzindo uma cultura de aprendizagem coletiva. Os sujeitos que desenvolvem suas experimentações sentem o prazer de expressar todo o caminho percorrido para desenvolver aquela atividade, abrindo um processo

---

<sup>10</sup> Um dos técnicos em agropecuária visitou uma feira no Rio Grande do Sul e o próprio grupo participou de um intercâmbio para conhecer uma feira agroecológica em Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco.

de discussão que tem buscado elementos sustentáveis ecologicamente da cultura local e mobilizado outras alternativas na perspectiva popular, em que os sujeitos sociais vão se educando entre si.

A estratégia desse tipo de abordagem é que, a partir da sua vivência, os humanos vão se apropriando de um tipo de conhecimento que vai sendo elaborado e alimentado por outras alternativas. Estas vão se relacionando através das organizações populares, dos movimentos sociais, das ongs, de algumas iniciativas governamentais. Dessa forma, esse não é um processo de intervenção única e pontual, mas decorre de intervenções construídas historicamente na vida dos sujeitos que ao transformar a realidade também vão se transformando. Segundo um dos coordenadores, entrevistado desta pesquisa:

O processo de mudança é fantástico. Desde o início eu lembro que eu era um cara que cortava cana, não tinha onde morar, não participava de organização nenhuma. Então, o processo de luta pela terra, do início até agora, ele tem sido fantástico. Com esse processo de discussão da produção, comercialização e organização, a gente aprende a cada dia com o professor, com o técnico, com o trabalhador, com o aluno da Universidade, etc. Então, isso, queira ou não, a gente cresce.<sup>11</sup>

Subjetividades outras vão se produzindo no seio desses movimentos que alimentam a práxis de seus participantes. Poder falar, intervir, propor, criar, participar, planejar, mesmo que para alguns seja de forma ainda inibida, tímida; a partir da participação no grupo o indivíduo mobiliza algo em que se reconhece com o outro. O desejo de transformar a sua própria realidade, as suas condições de vida, encontra no outro alguém que também compartilha necessidades. Uma relação

---

<sup>11</sup> Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

alimentada por uma organização coletiva, por um processo educativo popular, por acesso a experiências que vêm dando resultados significativos e que têm movido sujeitos numa perspectiva de alternativas de vida para as classes populares.

A necessidade de sobrevivência faz com que os sujeitos se insiram na luta, não só na crítica, mas na busca de proposições que levem a ações efetivas que respondam a essas necessidades mais próximas, procurando manter tudo em discussão.

### **A ação educativa para outra economia**

A educação popular lida com processos educativos voltados para a emancipação das classes desfavorecidas. É um fenômeno educativo que tem como centro uma visão diferenciada de mundo, de trabalho e do próprio humano. Promove a valorização do trabalho das pessoas e, com um olhar filosófico próprio, uma visão de mundo voltada à melhoria de vida das pessoas. Educação popular é uma metodologia de promoção de ensino e aprendizagem de conteúdos específicos de interesse dos grupos humanos que buscam a sua própria organização.

No entanto, apesar do seu papel imprescindível, a educação precisa está articulada com outras dimensões essenciais às transformações das desigualdades vivenciadas pelas classes populares. Nesse sentido, a educação popular faz parte da constituição desse grupo e acompanha todo o seu movimento organizativo. Essa visão de mundo tem como ponto de partida a realidade das pessoas, assim como a promoção de princípios éticos voltados à valorização humana, ambiental, social e destacando também o econômico. Num processo educativo que vislumbre a superação da situação de necessidade econômica extrema das

peças, acompanha a busca de liberdade, de autonomia, de igualdade e de felicidade dessas pessoas.

Uma educação que propicia o diálogo com outros conhecimentos, procurando torná-los disponíveis às classes populares. Embora não resolva a situação financeira imediata, a educação popular contribui na compreensão do contexto social, dos avanços tecnológicos, da organização do capital e, sobretudo, traz para as discussões a pauta principal que é dimensão ética norteadora das ações das pessoas, fortalecendo as dimensões do humano e a busca por alternativas como a cooperação, em contraponto à lógica da exploração econômica e anti-humana.

No contexto atual, uma das possibilidades é o ressurgimento de uma forma de economia com outras perspectivas que se concretiza como Economia Solidária, com pretensão de contraposição à lógica de organização econômica, social, ambiental. Construir uma práxis que venha apontar para mudança da vida das pessoas é uma necessidade da espécie humana, sobretudo daqueles que se sentem explorados, mas também para biodiversidade, pois essa lógica capitalista de desenvolvimento tem sido destruidora de vidas. Pensar junto outras possibilidades que tenham como prioridade criar formas de vida, de praticar outro tipo de economia, de ir numa direção diferente do modelo vigente. Um dos membros da coordenação da Feira afirma que:

A primeira coisa é trabalhar a produção familiar que valoriza o trabalho da família, valoriza seu próprio trabalho, seu próprio esforço e depois a chamada mudança de economia. Não é aquela economia que só pensa em ter lucro, mas uma economia voltada para o excedente, ou seja, negociar, vender só o excedente, por exemplo, não é só a questão de vender, mas de trabalhar; trabalhar a consciência que a gente tem que ter cuidado com a natureza, com o meio ambiente, porque tudo isso faz parte desse contexto

nosso. Se a gente pensa só em produzir e não pensa naquilo que está dando o produto, com certeza num futuro muito próximo a gente não vai ter esse produto que nós estamos tendo hoje. Uma vontade nossa é trabalhar na produção, também trabalhar o chamado sistema ecológico. Vamos tentar interagir pessoas, animais que surja em volta. A nossa filosofia é trabalhar essa questão, essa convivência com o meio ambiente, que dificilmente a gente ver isso nas grandes produções, aí, que só pensa no lucro.<sup>12</sup>

O modelo de desenvolvimento que se confunde com desenvolvimento econômico não serve para as classes populares, pois é provocador de exclusão. Nesse sistema, o intuito de desenvolvimento não tem como finalidade resolver os problemas da humanidade, mas gerar riquezas para um grupo de privilegiados que ganha com a acumulação do capital. É gerador de profundas necessidades para a maioria da população e provocadora de injustiças sociais acumuladas historicamente.

A ética elaborada dentro dos valores hegemônicos não aponta para a correção das injustiças sociais, pois ela está pautada em princípios baseados na reafirmação do acúmulo de riquezas, da regulação dos mercados, do compromisso com o endividamento interno e externo, em atingir metas economicamente estabelecidas por seus credores. É uma ética geradora de dependência e não de autonomia das nações dos povos e das pessoas.

Que tipo de alternativa econômica poderia dar conta de dimensões outras que não apenas o lucro acima das necessidades humanas e ambientais? Será possível se constituir uma economia pautada em outros valores, numa outra ética em que o valor central seja a pessoa humana?

---

<sup>12</sup> Membro da Feira, pertencente ao assentamento Dona Helena, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

Aos que promovem a construção dessa possibilidade, a *economia solidária popular* tem apontado algumas pistas a partir das experiências vivenciadas por grupos excluídos do sistema, que têm procurado caminhar por *outros caminhos estratégicos*, pensados por movimentos sociais, grupos, organizações, assessores e intelectuais. Essa abordagem diz respeito à necessidade de uma camada da população que se encontra excluída ou em processo de exclusão social. Sendo assim, há uma necessidade humana de se construir um outro caminho.

A concretização desse novo caminho diz respeito a uma *produção coletiva* de se investir em educadores populares, intelectuais, pesquisadores, grupos populares, movimentos sociais ou quem mais estiver sensível em desvendar outras “possibilidades” de vida, de economia, de construção coletiva, de trabalho, de renda e que tenha como base a emancipação humana “libertária” por meio de sua autonomia e sua criatividade, tendo acesso ao conhecimento e satisfação ao realizar suas atividades.

A economia solidária popular não se constitui na única possibilidade de outras utopias, porém considera dimensões essenciais na construção de uma sociedade para todos e todas.

Segundo um dos entrevistados: “Mudar o sistema de gestão participativa como a gente, poucos pensam nisso. No mundo do capitalismo, individual, todos querem, só pensam em si, em seu pequeno grupo. A terra é para todo mundo trabalhar<sup>13</sup>”.

Mas, os valores predominantes na sociedade de economia capitalista enfatizam a concorrência como necessária à regulação econômica. Por sua vez, na perspectiva da economia solidária popular, um dos

---

13 Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

princípios alimentados é a relação de *cooperação* entre as pessoas; não se precisa derrubar o outro para a manutenção de si mesmo. A presença do outro fortalece distintas possibilidades em construção no intuito da busca de inclusão do humano com direito de construir seu próprio caminho na relação com o outro. Segundo o entrevistado:

A gente traz o produto que é nosso mesmo, a gente produz na própria terra e traz para comercializar. A gente não fica como um tipo de competição que há na feira livre tradicional. Uma competição de preços e um querendo ser melhor que o outro.<sup>14</sup>

Outra dimensão essencial na construção de uma economia solidária popular é o da solidariedade como um valor ético humanizador nas relações em função da vida, uma vez que esta é mais prazerosa vivenciada na solidariedade. Acrescenta-se a isso o fato de que as classes populares precisam, para sua própria sobrevivência, ser solidárias entre si, tendo em vista que se encontram em desvantagens sociais, econômicas, tecnológicas, ambientais e culturais.

Essas experiências, em particular a Feira Agroecológica, têm demonstrado que, a partir da organização de mulheres, homens e jovens, é possível construir-se alternativas de vida que não estavam necessariamente elaboradas, mas que a convivência em grupos, em movimentos sociais, tornou possível uma *aprendizagem* que o espaço individual não possibilitaria. Nesse sentido, uma dimensão necessária que se aponta é a convivência em grupos, considerando a importância das ações coletivas para a implementação da transformação.

---

<sup>14</sup> Membro da Feira, pertencente ao assentamento Padre Gino, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

Na economia solidária popular, outro aspecto necessário é que a experiência seja permeada por um tipo de *educação acessível a todos e todas*, não sendo qualquer tipo de educação já que se tem propósito claro de construir estratégias de transformação. Uma educação que não atenda esses propósitos não serve, porque é fundamental, sim, aprender a ler e a escrever, porém outras aprendizagens são necessárias à vida, para entender a realidade e para sua transformação. Nesse sentido, a educação popular tem sido transversal nessa experiência também econômica, pois acompanha a prática de organização desde a luta pela terra.

Uma outra dimensão que tem sido significativa são as *relações* que vão se dando nos movimentos. Conhece-se o sujeito, compartilham-se os problemas, traçam-se estratégias de enfrentamento, de debates, de divergências e de afetos. Vão se construindo relações que são necessárias para a sustentabilidade do grupo. Como a que tem sido desenvolvida com os consumidores parceiros da Feira, criando uma relação de parceria e confiabilidade. Segundo um dos participantes: “O nosso produto é todo natural, a gente vende nosso produto e garante que é um produto que não leva produtos químicos, então cria uma credibilidade com o consumidor”.<sup>15</sup>

Nesse sentido, desenvolvem-se relações de cooperação, tanto para dentro do próprio grupo como para além daquelas relações, sendo alimentadas pela relação com consumidores, apoios, movimentos sociais.

---

15 Membro da feira, pertencente ao acampamento Ponta de Gramame, texto de entrevista realizada para essa pesquisa.

Segundo o entrevistado, a aproximação tem contribuído para construção de relações mais afetuosas entre os produtores e consumidores:

O que eu tenho a dizer a todos que se empenham no nosso trabalho que tem dado um grande apoio a gente, eu não tenho nem palavras para dizer o quanto agradeço, esse pessoal, dentro da universidade, os professores, as professoras, os alunos. É com grande apoio dessas pessoas aqui dentro, a gente tem aquela amizade tranqüila, que a gente tem essa amizade com esse povo daqui, é uma clientela boa<sup>16</sup>.

Relações afetivas têm se desenvolvido no interior da Feira e também faz parte da multiplicidade de dimensões que dão sustentação a sua existência.

Porém, mesmo em experiências bem sucedidas aparecem negativismos e tendência à desistência, o grupo, contudo, tem tido um papel fundamental no cuidado com as relações que, mesmo aparentando contradições, conseguem se manter e dão apoio uns aos outros. Existe uma estrutura da organização em que as dificuldades são discutidas, compartilhadas e as soluções são buscadas coletivamente, conforme um dos entrevistados que destaca:

Quando um companheiro nosso está fraco na produção dele e muito triste por não estar tendo renda suficiente ou a que ele esperava, então, os companheiros, aqueles que têm uma energia mais forte, dão uma força.<sup>17</sup>

Nossa preocupação nesse momento é elucidar as dimensões que têm sustentado essa experiência e esse compartilhar coletivo e os pro-

---

16 Membro da Feira, pertencente ao assentamento Padre Gino, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

17 Membro da Feira, pertencente ao assentamento Padre Gino, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

blemas e as responsabilidades que têm dado pistas para a sustentação, especialmente em relação à manutenção do grupo e de sua estrutura financeira.

Reconhecer problemas que tendem a ocorrer nesses grupos não deve ser um obstáculo à sua concretização, pelo contrário, deve servir como ponto a ser discutido pelos grupos que desejem se fortalecer e continuar crescendo juntos. Entrevista realizada para essa pesquisa com um dos coordenadores mostra que:

O processo aqui é numa visão da economia solidária onde o grupo todo quer crescer. O grupo tem uma visão não só individual, ou seja, eu não visio só o financeiro, nem o crescimento meu ou da minha família, mas o processo organizativo do grupo. É o grupo que tem que crescer, que tem que se desenvolver, que tem que mostrar para sociedade que esse é um processo diferente, até porque a produção é diferente. E o processo da agroecologia onde traz todo um envolvimento de bem estar, numa visão de futuro para todos e isso tem dado uma visibilidade para a sociedade<sup>18</sup>.

Assim como os problemas são enfrentados coletivamente, existe também a força, a energia que o trabalho em grupo possibilita. Porém, a satisfação das necessidades, de resolver a questão econômica, é evidentemente central na experiência, só que o caminho se diferencia da prática hegemônica da sociedade. Mas tem se constituído num espaço de alternativa econômica para aqueles que não tinham acesso a uma renda. Conforme é destacado por um dos entrevistados: “Só a gente saber que passa um dia cansativo, mas só em saber que a gente está unido ali no grupo; está tendo um lucro para nossa família; saber que

---

18 Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

vai voltar para casa já com o dinheiro da feira, isso é o que mais anima a nossa vida aqui na feira”.<sup>19</sup>

Uma alternativa econômica que se concretiza na vida cotidiana das pessoas envolvidas.

A economia solidária popular insere-se nesse conjunto de conhecimentos tornados acessíveis a esse grupo. As peculiaridades, a criatividade, a cultura, a vivência anterior do grupo são importantes, porém se faz fundamental que os grupos populares se apoderem das tecnologias, do conhecimento produzido para fundamentar a sua prática. Tem que se estar atento à produção, pois se esta lidando com sujeitos, com movimentos sociais, com grupos e isto tudo requer um cuidado uns com os outros, com o desenvolvimento da própria pessoa humana, em termos econômicos, sociais, emocionais. O que se produz no interior desses grupos? Como eles se “alimentam” num contexto tão adverso? É necessário compreender que subjetividades estão sendo desenvolvidas nesses espaços e na sua lógica cotidiana. Entende-se que as concretizações se dão por sujeitos humanos através de seu pensar, do seu sentir, do seu desejo, do sonho, da necessidade de sobreviver que faz com que a realidade se transforme através do seu trabalho.

Compreender a educação popular voltada a uma especial economia, como intervenção social, como fomentadora de produções subjetivas na direção da concretização de transformações sociais tem sido o intuito dos movimentos sociais populares, objetivando criar alternativas na direção da equidade social, da solidariedade, do respeito à vida.

---

<sup>19</sup> Membro da Feira, pertencente ao assentamento Padre Gino, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

Nesse sentido, esses valores precisam estar evidenciados, fazendo parte de todo o processo educativo que é a própria práxis.

Segundo Ieno Neto (2005:46)

Os conteúdos subjetivos de ordem emancipatória emergem quando os assentados explicitam, através dessas práticas, a percepção de que estão participando da construção de uma história que, para eles, está sendo diferente do passado, pois, agora se percebem como os protagonistas principais dessa construção, de forma objetiva, concreta e deliberada, na perspectiva de seus projetos de vida. Essa liberação, no entanto, implica assumir as responsabilidades e confrontos decorrentes dessa construção como um desafio pessoal e coletivo.

O trabalho em grupo pode não ser necessariamente o desejo das classes populares e nem mesmo uma economia definida pela ética da solidariedade, porém se apresenta como uma necessidade para a sua sobrevivência, tendo em vista que existem problemas de ordem social, econômica e ecológica que são muito evidenciados. Inclusive porque as contradições da lógica individualista estão presentes nas suas subjetividades. Porém, para os excluídos, o individualismo só limita suas chances de encontrar soluções para os problemas.

São problemas gerados no social, de uma complexidade que exige um esforço coletivo nas elaborações e nas soluções. Um problema social é de responsabilidade de todos, porém se não há uma preocupação social efetiva que dê respostas as questões urgentes, faz-se necessário que os atingidos se unam para resolvê-los.

O grupo tem sido um espaço de elucidação dos problemas desses sujeitos e de enfrentamentos na construção de suas perspectivas.

## A educação popular

O reconhecimento da importância da dimensão econômica como mobilizadora da concretização da experiência não minimiza outras dimensões relevantes da vida, como o cuidado com a biodiversidade, a preocupação com aspectos subjetivos e afetivos, dimensões estas que ajudam a pensar uma sociedade em bases sustentáveis e não como algo acabado.

Nesse sentido, a organização da Feira tem criado vários espaços em que a questão educativa permeia a afirmação de cada sujeito compartilhando conhecimentos e sensibilidades, que vão se tornando significativos para o seu ser social, tendo em vista que o conhecimento se constrói no social.

Um dos entrevistados destaca que:

A forma educativa é até nas formas de reuniões, nos intercâmbios, nos cursos, nas capacitações, que sentem, nas parcerias que vêm outras pessoas com outras visões, com outros conhecimentos e aí tem se dado a formação para cada um. Quem realmente participa tem crescido<sup>20</sup>.

A educação popular que atravessa todo o processo de criação, realização e avaliação da experiência da Feira ajuda a elaboração de proposições de grupos a potencializar sua própria organização. Configuram-se, assim, processos de reflexão, compreensão, elaboração de possibilidade de existência. Como mostra a entrevista:

A gente teve alguns cursos de como comercializar, produzir adubos e inseticidas naturais. Nesse processo, a gente entende que todo dia-a-dia de nossa

---

<sup>20</sup> Membro da assessoria técnica da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

caminhada é educativa. Mas, além disso, no momento da assembléia tem o momento de confraternização onde se dá essa educação<sup>21</sup>.

Os momentos educativos têm ajudado a desenvolver outra postura diante da realidade, possibilitando o acesso ao conhecimento, a compreensão crítica da realidade, o poder de intervir na construção de outras realidades, determinadas por um planejamento de sujeitos coletivos. Processos esses com propósitos claros de servir de subsídios para mobilização dos sujeitos e ajudar na busca e na construção de um tipo de realidade social mais humanizante, em que ao transformar as coisas concretas a seu favor, da humanidade, portanto da natureza, também o homem e a mulher tenham como desejo a transformação do próprio ser na busca da justiça social. Com esses propósitos, não pode ser qualquer educação.

Nos processos de reforma agrária, assim como em outros espaços de transformação e também na Feira, as contradições estão sempre presentes. Nesse sentido, esse tipo de experiência passa a alimentar o sonho de transformação social de forma coletiva, produzindo subjetividades e realidades mais coerentes, procurando uma aproximação entre o planejado e o desejado.

Porém isso não significa que essa experiência esteja permeada por um processo educativo que se isenta dos valores capitalistas e de todos os seus condicionantes. A organização das classes populares, o processo de aprendizagem se dá pelo entendimento da produção do conhecimento, assim como o humano, está em movimento, e sempre aberto às mudanças.

---

21 Membro da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

Esse processo ocorre por existir uma relação intersubjetiva entre os sujeitos através de um diálogo que envolve não só a fala e a escuta, mas também a possibilidade de se conectar com o mundo do outro, assim como ser tocado por seu mundo, envolvendo dimensões cognitivas e afetivas. Isso vem confirmar a perspectiva de Melo Neto (2004: 96) quando afirma:

Cada um pode se comunicar e tomar conhecimento das ideias e sentimentos – sofrimentos, divergências e perspectivas – dos demais tornando possível a discussão ou momentos educativos de ensinamentos e de aprendizagens. O diálogo, como uma capacidade humana de perguntar e responder ao outro, assegura essa possibilidade.

A aprendizagem coletiva possibilita a construção de outras subjetividades pautadas em outros valores. No entanto, a importância de se aprender na luta não tira o mérito da da educação formal. Assim, os espaços educativos são essenciais para alimentar a experiência, sendo assim, além do momento da comercialização, o grupo tem como espaço educativo permanente as reuniões pós-Feira e as assembleias mensais em que todos participam. Essa experiência da Feira Agroecológica não pode se sustentar em subjetividades capitalistas, do contrário desaparecerá o sentido de sua existência.

Quem fala e quem escuta sai do lugar de mero espectador para atuar, sendo sujeito não apenas do diálogo construído nessa relação, mas porque esse exercício mexe com as construções subjetivas em sua relação com o seu lugar no mundo, com o seu agir sem nunca está sozinho. Segundo Sáder (1988: 57) “ao exprimir algo o sujeito não apenas comunica algo aos outros, mas também para si mesmo”. A medida que

o sujeito vai se expressando também possibilita a comunicação com os outros e a re-elaboração do seu próprio pensamento.

A práxis educativa, permeada pelo subjetivo e conectada com o objetivo, possibilita que a realidade concreta e a realidade subjetiva possam ser problematizadas, elucidadas, embora não haja transparência total, mas questionamentos e aproximação. Existem questões que ficam na invisibilidade, na inconsciência, não aparecendo claramente na realidade. Sentir que a partir do reconhecimento da realidade historicamente construída é também possível interferir na mesma. Reconhecer-se enquanto sujeito que pode modificar a sua história.

No início das construções subjetivas dessa proposta de comercialização, o grupo não tinha claro como concretizá-la, mas existia uma vontade e uma esperança. Em alguns momentos essa vontade apareceu com muito mais força, assim é que o grupo conseguiu construir a proposta de uma Feira com a contribuição de seus apoiadores.<sup>22</sup>

### **A vivência com desafios**

Mesmo reconhecendo o percurso que vem se desenvolvendo, não tem sido simples os desafios para a realização e a manutenção da atividade. O principal problema abordado pelos participantes tem sido a produção, tanto em relação à quantidade quanto à diversificação, acompanhado, ainda, de uma necessidade de se diferenciar com a produção agroecológica. Segundo um de seus membros:

Nós temos grande dificuldade na forma de produção porque viemos da cana, da monocultura, do abacaxi,

---

<sup>22</sup> Assessoria da Caritas, do gabinete do deputado estadual Frei Anastácio e da Comissão Pastoral da Terra. Também teve a influência de outras experiências de Feira Agroecológica que já vinham ocorrendo no Rio Grande do Sul e em Pernambuco.

da mandioca. Não tinha noção de trabalhar diversificado, sem veneno químico. Tudo isso era mandado, nós não tínhamos a prática de planejamento.<sup>23</sup>

Com a conquista da terra mudaram-se as relações de trabalho, foi eliminada a figura do patrão, todavia o jeito de atuar permaneceu. A autonomia para produzir de forma diferenciada exige uma transformação de concepção de vida. Essa concepção de trabalhar a agricultura sem degradar o ambiente, procurando recuperar a biodiversidade foi uma opção escolhida pelo grupo, mas a assimilação é lenta, expressando a própria aprendizagem deles próprios, que não se apresenta como algo pronto. Tendo em vista que a história da produção na região é marcada pela monocultura da cana de açúcar ou do plantio de abacaxi, o uso de agrotóxicos é indiscriminado, sem uma preocupação com os danos causados ao ambiente. Para superar essa prática, o grupo tem se utilizado das formulações éticas reafirmadas no estatutos e no regimento interno, trazendo as questões contraditórias que venham apontar para serem discutidas em grupo. Desse modo, todos vão se educando mutuamente e refletindo de forma coletiva.

A produção tem sido colocada como uma preocupação coletiva vivenciada pelo grupo, seja em relação à diversidade da produção, à quantidade, à qualidade, quanto ao planejamento, à adubação do solo, à dificuldade de água e energia. Estas dificuldades demandam uma cultura de planejamento nos diversos aspectos que não estavam presentes em seu cotidiano, para realização de um planejamento da produção de forma diferenciada. Apesar de o grupo já ter avançado nesse aspecto, ainda é um ponto de fragilidade.

---

23 Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.



Produtos à venda – diversidade

Segundo um dos coordenadores da Feira, em entrevista para essa pesquisa:

Você tem uma cultura de formação e passa agora a praticar uma coisa diferente, ou seja, praticar não aquela cultura que você viveu, aquilo que você nasceu e se criou, mas outra coisa. Então, isso é muito difícil, mas nós estamos conseguindo.<sup>24</sup>

<sup>24</sup> Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

O avanço na conquista da terra não significa, necessariamente, que as dificuldades de planejar algo novo como a produção agroecológica seja fácil. Adotar práticas diferenciadas faz parte de uma aprendizagem que não envolve apenas dimensões intelectuais, mas o sujeito que vai mudando a sua realidade e transformando também sua forma de pensar, de sentir e de atuar no mundo. Passa por uma complexidade de aspectos que não podem ser entendidos de forma isolada, sem uma compreensão histórica da realidade. Os agricultores, antes de conquistarem a terra, trabalhavam a partir das ordens dos patrões e não participavam do planejamento, das decisões e nem tão pouco dos lucros. Não precisavam planejar o seu futuro, os outros pensavam por eles.

Na perspectiva de um dos coordenadores, em assembléia: “a gente não imaginava que por trás daquela tarefa que o patrão mandava a gente executar tinha um grande planejamento que ele já tinha feito anteriormente”.<sup>25</sup>

Nesse aspecto, considerar uma prática diferenciada passa por aprendizagens outras que nem sempre faziam parte do seu cotidiano e que exige reflexão sobre aquela realidade para atuar estrategicamente.

## **A agroecologia**

Para que a vida seja respeitada é preciso que o homem e a mulher sirvam-se e usufruam dos bens naturais, das riquezas, da biodiversidade, sem que para isso precise destruir os ecossistemas. Na medida em o humano produz, se alimenta, trabalha, pensando na manutenção da vida, da natureza, não esgotando as possibilidades naturais a curto, médio e longo prazo. Os recursos naturais levam mais tempo para se re-

---

<sup>25</sup> Membro da coordenação da Feira, texto de entrevista realizado para esta pesquisa.

cuperar do que a ação que o homem pode ter no processo de destruição, além da possibilidade de esgotamento das fontes de riquezas naturais. Segundo Caporal (2002: 13):

[...] a agroecologia nos traz a ideia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica.

A agroecologia não exclui o humano da biodiversidade. Ele é o sujeito do processo de construção de uma metodologia de vida que respeita o conhecimento produzido pelos agricultores ao longo da história. É um pensar práticas de convivência do homem e da mulher com a natureza, respeitando o que é culturalmente produzido e questionando as relações socialmente estabelecidas.

Respeito à cultura e à subjetividade não significa deixar de questionar algumas práticas que destruam a vida, pelo contrário, as práticas destrutivas têm que ser evidenciadas em todos os seus aspectos. O intuito é construir possibilidade de convivência com a natureza, através de um desenvolvimento sustentável, abolindo o uso de agrotóxicos, e considerando outras dimensões que envolvem o humano e o ambiente, com a biodiversidade e com os outros sujeitos.

Nesse sentido, a Feira Agroecológica é uma realidade em construção de um modelo agroecológico, não se constituindo assim numa situação pronta, mas em processo de transição.

## Os intercâmbios

Os vários sujeitos formados por agricultores, agricultoras, jovens, homens, crianças, assessorias e apoios possibilitaram uma construção coletiva que envolve conhecimentos de experiências desenvolvidas por outros saberes acumulados historicamente. Envolve saber que existe, conhecer concretamente a experiência e tomar conhecimento através de visitas de intercâmbios. A relação dos participantes dessa experiência com outras que ocorrem em outras localidades tem contribuído no sentido de mobilizar, fortalecer e experimentar jeitos de produzir economicamente considerando as dimensões humanas e ambientais. Segundo um de seus coordenadores:

Nós fizemos várias visitas aos produtores que hoje também comercializa em Lagoa Seca, que é uma área forte na questão da agroecologia. Nós fizemos visitas em Abreu e Lima, Pernambuco, Glória de Goitá e outros companheiros fizeram visitas até fora do país, conhecendo novas experiências, engrossando esse apoio, essa transformação e esse objetivo. Se a gente não mudar, quando for daqui a um tempo, o planeta vai deixar de existir, a gente tem que fazer de tudo para que possa existir a natureza dentro desse planeta.<sup>26</sup>

Essas visitas não se encerram apenas em ver os outros grupos, mas nelas há uma construção de um diálogo com quem está experienciando outras propostas. Isso se diferencia da exposição de um técnico ou especialista que apresenta, numa reunião, qualquer outra experiência aos agricultores e agricultoras.

No caso das visitas de intercâmbio, os sujeitos são os próprios agricultores e agricultoras que expõem suas experiências, fato que en-

---

26 Membro da coordenação da feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

volve um processo de diálogo em relação ao que se viu, sentiu e percebeu, pelo olhar de quem também tem suas experiências, sua cultura, história de vida, e experiências deixadas para trás. Um dos membros da feira afirma que:

Nós já tivemos visita de intercâmbio do pessoal do sertão, que já tiveram aqui. Nós colocamos para eles nossa experiência, nos visitaram. Nós fomos lá ajudar eles criar uma organização deles. Quer dizer, o que a gente tem muito material em vídeo, escrito, então nós passamos para eles. Nós mesmos sabemos aquilo colocamos para eles como é nossa experiência. Como, também, a gente traz de fora outras experiências, porque a gente tem que se renovar, senão a gente pára no tempo.<sup>27</sup>

A partir de sua práxis, percebem-se outras possibilidades. Mexe-se com esperança, com os afetos, com o reconhecimento de si mesmo, com sua valorização enquanto sujeito. Existe um sujeito ali que está experimentando fazer e que está tendo resultado. Vivendo em semelhantes condições não seria possível também construir algo que atendesse as suas necessidades?

### **O incentivo à convivência**

Essas possibilidades ampliam o campo de visão dos agricultores e agricultoras que não pensam apenas a partir da sua própria experiência, mas a partir do conhecimento de experiências que vão além apenas do ver. Há o relato, a reflexão e a análise daquilo que experimentou, momentos mais evidentes nas *visitas de intercâmbio* que ocorrem entre os agricultores.

---

<sup>27</sup> Membro da coordenação da feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

A sustentabilidade econômica é um dos aspectos fundamentais e para isso se busca trabalhar com a diversidade produtiva, que tanto ajuda na recuperação do equilíbrio ambiental, como também não cria dependência exclusiva de uma cultura. O objetivo é construir uma práxis que além das respostas meramente econômicas, possa se pautar em princípios que façam parte do projeto de vida das pessoas, das famílias, das comunidades e do planeta. É a globalização de uma concepção de vida que tem um projeto de sociedade diferenciado do modelo capitalista, porque tem a vida como princípio fundamental e prima pela convivência harmoniosa com a natureza. Os interesses econômicos não se sobrepõem sobre os interesses humanos e ambientais e sobre o incentivo à organização social.

Há o resgate de experiências que ajudam à vida e promovem o convívio sem destruição da natureza como a conservação do solo com o plantio de mudas, as cercas vivas, as barragens subterrâneas, os tanques de pedras, o manejo da caatinga, a criação de animais de pequeno porte, a captação de água da chuva, o incentivo à criação dos bancos de sementes para plantar ou os bancos de sementes para segurança alimentar. Para tanto, se faz necessário a participação da família, a organização comunitária e as redes ou fóruns de discussão sobre essas temáticas.

Pensar e refletir as práticas, fazer planejamentos das ações porque o trabalho não se alimenta na individualidade, mas nas relações é que ele se cresce, se ramifica, se fortalece numa rede de conexões que não faz parte da subjetividade de um indivíduo isolado, mas passa por intersubjetividades desses sujeitos.

Segundo Freire (2003: 208),

[...] o processo de libertação, jamais pude entendê-lo como expressão de luta individual dos homens e das mulheres, mas, por outro lado, sempre recusei a inteligência dele como fenômeno puramente social no qual se diluísse o indivíduo, manifestação pura da classe. Pelo contrário, complexo e plural, o processo de libertação se envolve com quantas dimensões marquem fundamentalmente o ser humano: a classe, o sexo, a raça, a cultura.

Assim como as idéias, propostas hegemônicas com princípios capitalistas vão se manifestando no corpo, no espírito, no pensamento, nas subjetividades, na prática dos indivíduos. Conflitam várias concepções de mundo pautadas em outras dimensões como expressão de sínteses que podem estar sendo construídas e reforçadas na práxis cotidiana e fortalecendo o “ser mais”.

### **A dimensão subjetiva**

Houve uma produção subjetiva construída pelo grupo que gerou o fortalecimento das elaborações que levou à concretização da experiência. Há uma produção realizada por diversos sujeitos, que é o coletivo de trabalhadoras e trabalhadores, de assessorias, de movimentos sociais, da universidade que atuou para que essa experiência pudesse se realizar. A objetividade gera-se na construção do grupo e não se concretiza nela própria, mas na inserção de sujeitos que pensam e que atuam no mundo. Segundo Bock e Gonçalves (2005: 113):

De acordo com a concepção sócio-histórica, a subjetividade é constituída em relação dialética com a objetividade e tem caráter histórico. Isso quer dizer que é na materialidade social que se encontra a gênese das experiências humanas que se convertem em aspectos psicológicos; quer dizer ainda que as

experiências individuais e subjetivas são possíveis apenas a partir das relações sociais e do espaço da intersubjetividade, e que estes tem existência e determinação material e histórica; por fim, quer dizer que a subjetividade não está predefinida em cada indivíduo nem constitui-se de processos ou estruturas universais da humanidade.

Nesse sentido, é que a experiência de organização da Feira não se concretizou no momento de sua realização, mas somente a partir de um processo que mobilizou sujeitos que, estando em condições de exclusão, necessitavam transformar a sua realidade social. Foi um processo que não se deu de forma linear, em que todo o grupo tivesse motivado desde o início, mas as relações foram produzindo essa nova realidade a partir de uma intervenção persistente de seus participantes. O grupo inicial sofreu alteração, pois tanto teve desistência, como aumentou o número de interessados, o que fez com que a necessidade se transformasse, de fato, numa realidade diferente daquela vivida anteriormente. Para um dos membros da feira:

A mobilização que motivou foi a questão de realmente manter o grupo de interesse, unido, participando de todas as discussões, das reuniões. Então, o grupo começou com 10, depois passou para quinze, foi a 25, depois voltou para 12, então, o grupo cresceu, diminuiu, depois cresceu para realmente dá resultado. Tiveram que realizar as feiras e com isso aqueles que começaram a freqüentar assiduamente as reuniões, então foi dando interesse, percebendo que a coisa era viável, que era realmente organizada. Participavam os assentamentos de Padre Gino, Dona Helena, Rainha dos Anjos, Boa Vista e Ponta do Gramame. Com a participação de todos, com reuniões freqüentes, toda semana. Isso fez com que o povo mantivesse unido e realmente sustentável porque é um grupo que discute todos os seus problemas, todas as questões de interesse coletivo.<sup>28</sup>

---

28 Membro da assessoria técnica da CPT, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

No entanto, mesmo sentindo múltiplas necessidades, nem todos os excluídos conseguem inventar uma alternativa de vida que possibilite sua emancipação. Essa experiência em análise, contudo, tem demonstrado que mesmo em condições adversas, é possível que os sujeitos construam um jeito de viver diferente daquele imposto pelo sistema.

Quando o sujeito percebe a sua atuação no mundo, de maneira organizada e planejada, abre espaço para realização de projetos de vida. A partir das batalhas ganhas, abrem-se espaços para outras vitórias, exercitando-o para a transformação. Segundo a entrevistada:

Isso é uma coisa que vai se construindo aos poucos. Não é coisa de você dizer que vai mudar a cabeça no dia para outro não. Leva um processo muito longo para ter uma mudança de vida, de lutar pela terra, de valorizar a terra. É uma mudança de vida mesmo.<sup>29</sup>

Além de estar permeada de subjetividades, a constituição desse tipo de experiência carrega consigo uma historicidade inerente às vivências humanas que devem ser consideradas, compreendendo-se as múltiplas dimensões do seu processo de construção. Busca-se assim perceber porque essa experiência é assim e não de outra forma. Por que numa sociedade com valores individualistas, competitivos, se caminha em outra direção? Ainda segundo Bock e Gonçalves (2005: 114):

No processo de constituição do sujeito, as experiências contraditórias que lhes são possíveis implicam no aparecimento de concepções contraditórias de sujeito. Ao sujeito do liberalismo, indivíduo contraditoriamente limitado pela realidade social, opõe-se o sujeito- histórico, compreendido como um ser determinado pelo processo social, mas, ao mesmo tempo, determinante dele, a partir de sua possibilidade de agir sobre a realidade e transformá-la.

---

<sup>29</sup> Membro da Feira, pertencente ao grupo de mulheres, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

Há uma organização social construída por sujeitos que são alimentados por uma outra lógica de sociedade, que experimentaram fazer diferente e foram excluídos, explorados, mas conseguiram se organizar em torno da luta pela terra e não pararam nessa etapa. Mesmo com os sofrimentos vividos, houve conquistas, o que possibilitou, também, um processo de aprendizagem.

Nesse caso houve um caminho e um modo de atuar que foram fundamentais para que a Feira se concretizasse. Além dos objetivos, se faz necessário sistematizar o como fazer, para que outras experiências venham a se realizar. Não basta apenas gerar renda, existem outras dimensões que interessam: o que tem essa experiência de diferente de outras tantas que existem dentro da lógica capitalista? Não precisa esperar que o sistema se transforme para que as mudanças no jeito de viver das pessoas mudem, as transformações vão se dando no cotidiano. Um dos membros da feira mostra que:

Com certeza mudou. Só basta a gente saber que não está usando agrotóxico. Faz muito mal para gente e outras pessoas. No momento que a gente está evitando plantar com agrotóxico, a gente está cuidando da gente e cuidando dos nossos clientes também. Não estamos pensando só em nós. Mudou o modo da gente viver, assim, como eu já falei na comida, assim eu sinto, que parece que a gente fica mais nutrida. Quando a gente se livra do veneno parece que a gente se livrou de uma morte, que a gente estava procurando para gente mesmo.<sup>30</sup>

Existe um eixo que permeia toda a práxis: a existência do espaço coletivo que possibilita a potencialização de idéias, do conhecimento,

---

30 Membro da Feira, pertencente ao assentamento Padre Gino, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

dos afetos e dos desejos. E isso se dá em diferentes espaços, conforme a fala do entrevistado:

Então você faz um processo desse, tem uma cultura de formação e passa agora a praticar uma coisa diferente, ou seja, praticar não aquela cultura que você viveu, que você nasceu e se criou, mas outra coisa. Então, isso é muito difícil, mas nós estamos conseguindo passo a passo<sup>31</sup>.

Quando lutavam pela terra, também lutavam para que pudessem transformar suas vidas, pois ao transformar a realidade, algo vai se transformando nos humanos e novas subjetividades vão se produzindo. O que depende ainda das concepções que estão sendo geradas no interior e no contexto das experiências, nas intersubjetividades. A cada conquista ou fracasso, outras possibilidades podem apontar para uma diversidade de caminhos. A conquista da terra não limita o desejo de transformação, mas abre caminho para novas possibilidades de concretização de uma vida diferente.

O desejo de se desenvolver diferentes possibilidades se potencializam no contato com o outro, nos espaços de convivência que se dão no processo organizativo. A necessidade de construir uma alternativa econômica não surgiu do nada; é um processo de construção que foi amadurecendo, se formando coletivamente através de uma diversidade de elementos que alimentaram a sua existência e novos elementos educativos, afetivos, subjetivos, políticos, sociais, leis, regras e ética.

---

31 Membro da Feira, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

Para uma das entrevistadas: [...] a gente aprendeu a conviver mais junto, se conhecer mais e a partilhar os nossos problemas com os outros e a partilha deu muito certo<sup>32</sup>.

Foi um processo gestado coletivamente, mesmo que nem todos tenham participado da mesma forma, na mesma intensidade, mas cada um contribuiu de alguma forma, com o seu próprio jeito: seja na problematização, nas proposições, na construção do projeto, no processo educativo da organização e da mobilização.

A ênfase nas relações é decorrente de um reconhecimento na necessidade de ter os consumidores enquanto aliados, assim como os consumidores também não encontram esse tipo de produto em qualquer lugar e, por sua vez, estão de alguma forma contribuindo com outras relações econômicas e sociais que vão se constituindo na sociedade. É importante, portanto, que o consumidor reconheça o seu papel nesse processo em construção, não só da Feira em si, mas que contribuições sociais estão gestadas a partir de sua cooperação. Se os consumidores precisam dos seus produtos e eles precisam dos consumidores, a idéia é construir um elo solidário que possibilite ganho para todos.

Reconhecer que subjetividades estão se produzindo e permeiam a existência dessas experiências é uma questão essencial. Só que, na sociedade capitalista isso se dá na ordem da manipulação, na invisibilidade sutil das comunicações e com bases no individualismo e na competição. Essa construção capitalista não pode ser negligenciada pelos grupos, até para se entender a força da economia hegemônica.

---

<sup>32</sup> Membro da Feira, pertencente ao grupo de mulheres, texto de entrevista realizada para esta pesquisa.

Mesmo reconhecendo as contradições que permeiam essas experiências, que também estão inseridas numa sociedade capitalista com sua cultura e seus valores sustentados por uma subjetividade permeada por sua ideologia, percebe-se que a partir de experiências como a dessa Feira vão se constituindo outros valores, outras lógicas baseadas no diálogo construído na práxis.

Os valores podem ter diversos significados a partir dos interesses inerentes a eles. Valores como solidariedade variam segundo a lógica do sistema. Em determinada lógica pode significar um favor, uma campanha, uma esmola, mantendo as pessoas no mesmo lugar de exclusão. Mas, em outra sociedade, pode significar contribuir para a construção da autonomia e a humanização das pessoas que estão em situação de exclusão social, sendo necessária a sua participação na construção de uma perspectiva libertária que é papel também do próprio sujeito.

Assim, como a sociedade vem se desenvolvendo num projeto diversificado, mas que gera exclusão comprovada nos índices de desemprego, de miséria, de fome, de analfabetismo, também a partir da compreensão humana, do pensar, do sentir, do incômodo, da indignação e da necessidade se pode gerar outras concepções de mundo. A lógica capitalista é alimentada por uma concepção de humano, de mundo e de sociedade que favorece o capital. Outra sociedade está se gestando nessas relações diferenciadas, nessas experiências que se alimentam em outras lógicas, mas isso também precisa estar claro para todos e todas que querem construir um mundo melhor, em especial, para o movimento da economia solidária, que para ser sustentável precisa de produtores e consumidores, solidários.

Dentro dessa lógica de pensamento, há uma produção de subjetividades que favorece tanto os sujeitos envolvidos diretamente no processo de produção como os que estão sendo beneficiados como consumidores, por participarem de um comércio justo e de uma produção livre de agrotóxicos e benéfica para a saúde.

O sujeito sai do lugar de objeto que só responde as demandas do sistema e vai caminhando em outras direções, concebendo outros modos de viver. Nesse percurso, relações afetivas vão se dando na realização da Feira; relações de afeto com clientes, com professores, com alunos e com os pesquisadores. Os feirantes sentem-se valorizados enquanto pessoa em seu trabalho com as conversas que a feira mesma gera, com aqueles que buscam os seus produtos. Segundo um dos entrevistados: “Quando você trabalha, planta, trata e pode vir para a Feira mostrar a qualidade do seu produto, mostrar que aquilo é suor do seu trabalho, há uma valorização.”<sup>33</sup>

Reforçados em suas raízes, construíram sua própria realidade, saindo de um lugar de conformismo para mobilizar suas energias em função da vida. Segundo outro entrevistado: “A gente tem aquela amizade tranqüila com esse povo daqui, é uma clientela muito boa”.<sup>34</sup>

A organização e lutas para se conseguir a terra foi um momento de luta. Cada um conseguiu seu lote de terra e produzindo isoladamente não foi suficiente para resolver os seus problemas de subsistência. Agora é outro momento em que é necessário continuar junto para pensar como melhorar a vida de cada um e de todos que estão participando.

---

33 Membro da Feira, em entrevista realizada para esta pesquisa.

34 Membro da Feira, pertencente ao assentamento Padre Gino, em entrevista realizada para esta pesquisa.

A economia solidária popular tem o propósito de elaborar os meios para atender as necessidades humanas imediatas e inadiáveis, a necessidade de sobrevivência. Porém, apesar de ser urgente e imediato, não é só para hoje, assim não pode ser imediatista, tendo em sua concepção a sustentação da vida e do ambiente em todas as dimensões.

Há uma necessidade de pensar, projetar o futuro que se quer, diante de um contexto de desigualdade, em que se verifica a produção do desemprego, da miséria, da exclusão do homem e da mulher do acesso aos bens produzidos socialmente e dos disponíveis na natureza. Pensa-se uma outra sociedade, construída em outras bases, cheia de utopias de vida para homens e mulheres.

A vida tem que estar em primeiro lugar e a satisfação das necessidades humanas de sobrevivência não espera. Elas têm que ser satisfeitas já, ao mesmo tempo em que se constroem outras formas de relações como expressões da vida, sejam outros valores, outros princípios, outras relações com a vida, com a sociedade e isso não é tarefa só do indivíduo, mas é responsabilidade partilhada.

## SUBJETIVIDADE

O conhecimento a respeito do sujeito nas origens do pensamento psicológico era centrado basicamente no indivíduo, sem uma compreensão das relações existentes com o mundo. Nesse sentido, subjetividade era vista como algo individual, pertencente unicamente ao indivíduo.

A perspectiva de compreender a subjetividade de forma individualizada, centrada no indivíduo, ainda prevalece com fortes tendências hegemônicas. E apesar do avanço em função da humanização do sujeito diferenciando-o dos outros animais, podendo transformar a vida, há uma perspectiva de naturalizar as questões relacionadas ao psicológico, distanciando do mundo material. Essa concepção naturalista e individualista do humano afasta-o de pensar uma postura de humano capaz de transformar sua realidade social. Com uma visão em que há um distanciamento do mundo subjetivo do mundo concreto, é como se um existisse independente do outro, como se não quiséssemos olhar além do indivíduo em si mesmo.

A forma de compreender o mundo e intervir nele também depende de uma construção subjetiva de mundo. Mas que subjetividade é essa que se está falando? Essa categoria apresenta-se como algo complexo em um meio de concepções que surgem especialmente num momento que aparece como tema emergente da “pós-modernidade”. Porém, afirmamos a importância da subjetividade enquanto construção humana em relação com o mundo, num movimento permanente em que

ao transformar o mundo o sujeito também se transforma, numa relação entre o individual e o social. Na concepção de Vigotski (1998:40): [...] essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social.

Nesse sentido, o sujeito está em relação com ele mesmo, mas permeado pelo social, pelos outros numa relação intersubjetiva e com relação ao mundo concreto, não podendo se dissociar. Assim, não posso compreender o sujeito em si, a não ser na sua relação com o mundo. Nessa perspectiva, a psicologia sócio-histórica vem subsidiar essa compreensão. Segundo Gonçalves e Bock (2003: 96):

[...] a proposta da psicologia social sócio-histórica é produzir um conhecimento que permita compreender os fenômenos sociais a partir da constituição histórica e social dos indivíduos, de sua subjetividade. Nessa perspectiva, compreender o indivíduo é compreender ao mesmo tempo a relação indivíduo sociedade, superando a dicotomia. Não há uma sociedade externa ao indivíduo; não há um indivíduo a priori ou independente da sociedade. Desvendar os processos subjetivos e sua constituição é desvendar a relação entre o psicológico e o social, compreendida aqui como uma relação de constituição mútua.

As relações existentes na experiência em análise, no caso da Feira, são compreendidas na relação histórica do humano com o concreto e o social. Nessa concepção, o humano é um ser de transformação, mesmo existindo as determinações do mundo material.

Como o humano é um ser em permanente movimento de transformação, essa compreensão nos faz pensar que é possível transformar a realidade em função da vida. Mas o movimento é permeado por uma realidade contraditória, em que a ideologia hegemônica acompanha as

construções subjetivas. O humano se constitui como um ser que não age pela sua compreensão de mundo, mas existe uma ideologia que perpassa o seu ser, mesmo que nem se perceba, provocando incoerência na sua relação com o mundo. Segundo Reich (2001: 17):

A ideologia social, na medida em que altera a estrutura psíquica do homem, não só se reproduz nele, mas também – o que é mais importante – se transforma numa força ativa, num poder material, no homem que por sua vez se transforma concretamente e, em consequência, age de modo diferente e contraditório.

Então as percepções, as ações e o pensamento do sujeito desvinculam-se de sua complexidade. Assim, fica mais complexa a compreensão da realidade e o que é realmente pertencente ao indivíduo. Afinal, existe esse indivíduo independente da realidade? Existe uma diversidade de dimensões que nos perpassa a todo instante e que vão além de uma leitura puramente objetiva.

A perspectiva de perceber a realidade e poder intervir nela possibilita o desenvolvimento da criatividade, sensibilidade, inteligência, a busca de um conhecimento que subsidie as intervenções humanas em função dos oprimidos, das classes populares, dos que estão a margem, dos que estão distantes do acesso ao conhecimento e ao poder de intervir em função de melhorar suas vidas. É nesse sentido que se afirma a importância de uma educação voltada para esse público, que ajude na intervenção no mundo de maneira radical. Entendendo que essa intervenção não se dá em si, mas no movimento humano sobre o mundo. Porém, essa perspectiva carrega consigo uma idéia de sujeito e mundo numa profunda relação que ao intervir no mundo o humano transforma a sua realidade como também é transformado por ela.

É por compreender a possibilidade de intervenção no mundo como algo complexo, que entendemos a necessidade de pensar sobre a realidade numa perspectiva dialética. Se a realidade está de tal forma, é por consequência da ação humana e nesse sentido, pode ser transformada. A medida que se entende essa possibilidade do poder de refletir, de intervir, de transformar o mundo e a si mesmo é que podemos avançar para além de como a realidade se apresenta.

A transformação social a favor da vida deve considerar o movimento dialético entre as questões individuais e coletivas. Esse movimento é polêmico e ainda não conseguimos avançar muito nessa direção. Porém, quando se está pensando numa outra lógica de sociedade, com valores construídos diferente dos alimentados por uma lógica individualista, podemos ir pensando de que forma o bem coletivo poderia existir sem esmagar o sujeito e suas peculiaridades. Como pensar nesse movimento que possibilite a combinação das necessidades individuais e coletivas sem ir para o coletivismo nem para o individualismo. Que sujeitos queremos ser e que sociedade queremos construir, para atender a quem?

A questão é que esses caminhos podem ser pensados considerando uma estratégia de intervenção do ser humano construtor de outras subjetividades que alimentem outras lógicas de sociedade, que seja para todos e para todas.

Mesmo reconhecendo-se todas as adversidades que essas proposições enfrentam, é exatamente por elas existirem que há uma necessidade de transformações sociais que já estão acontecendo. Só a perspectiva de transformação de valores em função da vida e não do capital já faz diferença, como vem mostrando esse esforço coletivo da Feira.

E isso se dá num processo que não pode ser de um indivíduo, mas de produções subjetivas e intersubjetivas.

A perspectiva do sonho, não pode ser perdida desde que pensado, desejado, construído, gerado, alimentado, aprofundado e inspirado por homens e mulheres que querem construir concretamente outro tipo de sociedade para se viver melhor. Também não pode perder de vista as satisfações humanas durante o percurso de transição para outro tipo de sociedade.

Na perspectiva de Calado (2000: 272):

É fundamental seu respeito à indissociabilidade entre um rumo libertário e seus respectivos métodos/meios que aqui tomamos como um processo de utopia em construção. Utopia que contemple aspectos e dimensões ao mesmo tempo macro e micro-estruturais, capazes de impregnar as diferentes dimensões do cotidiano e de projetar-se na busca incessante de criar e manter condições favoráveis a um tipo de sociabilidade que faça justiça às aspirações mais generosas do gênero humano.

Em que o humano possa realizar-se em todas as suas dimensões, a crítica, a liberdade de expressão, a sensibilidade, a criatividade, a amorosidade, a vivacidade, a produção.

Na concepção de Marx (2001: 141) seria:

[...] apropriação sensível da essência e da vida humanas, do homem objetivo, das criações humanas para e por meio do homem, não deve considerar-se apenas no sentido do ter. O homem apropria-se de seu ser unilateral de uma maneira compreensiva, portanto como homem total. Todas as suas relações humanas com o mundo – visão, audição, olfato, gosto, percepção, pensamento, observação, sensação, vontade, atividade, amor – em síntese, todos os órgãos da sua individualidade, como também os órgãos que são diretamente comuns na forma, são no seu comportamento objetivo ou no seu comportamento perante o objeto a apropriação do referido objeto, apropriação da realidade humana.

Afirmar-se enquanto sujeito, com possibilidade de viver todas as dimensões da vida é tornar-se mais humano, mais gente, e isso se dá, no campo do social e da realização do seu ser enquanto sujeito transformador de si e do mundo.

Isso não tira o reconhecimento das subjetividades inerente à lógica do capitalismo. Nesse sentido, as transformações são processos em curso que precisam ser reafirmados. Através do esforço coletivo de todos e todas que não concordam com a lógica destrutiva da vida, em sociedade, de todos que sonham com a transformação social, no sentido de construir caminhos para uma lógica humanizante.

Para tanto, o processo educativo provocador de outras lógicas de produção de subjetividades que favoreçam a vida se faz necessária. Assim, Freire (1996: 136) afirma que:

É preciso que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógica progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica.

Parece ser sonhador, mas são nessas experiências permeadas por contradições, com todos os valores inerentes ao humano, que se pode experimentar outras possibilidades. Esses caminhos são difíceis de serem percorridos porque são processos em construção numa direção contrária ao sistema. Têm todas as fragilidades de algo em construção, pois o forte é o sistema capitalista que está sustentado em uma lógica predominante de sociedade injusta, excludente e desumanizadora.

As relações que vão se configurando no processo em que o grupo vai realizando suas atividades e o desenvolvimento do processo de

aprendizagem também vão alimentando vínculos que dão sustentação ao desenvolvimento do grupo.

Nesse sentido, percebe-se que as resistências iniciais podem impossibilitar o processo de desenvolvimento do grupo, tendo em vista que é preciso um enfrentamento da realidade no sentido de construir outros caminhos, de sair do lugar de manutenção. No grupo, pessoas e realidades se transformam. Quando, a partir de um olhar sobre a realidade, as pessoas percebem que pode ser diferente e esse olhar não mais se dá de forma individual, mas há um compartilhar de diversos olhares, o processo se torna mais fortalecido. As realidades podem ser evidenciadas, as limitações, os impedimentos conscientes e inconscientes podem ser trabalhados.

O grupo é lugar fértil para as construções subjetivas, pois o individual e o coletivo estão em permanente interlocução, diálogo e interconexão. No grupo, as idéias se interconectam, se evidenciam, se relacionam de forma mais intensa. As relações intersubjetivas se acentuam, possibilitam-se outras conexões e outros diálogos.

No grupo, as subjetividades entram em conexão direta e indiretamente com outras subjetividades. Como o ser humano vive sempre em contato com outros, as subjetividades não são produções individualizadas, mas fazem parte do seu contexto e são produzidas socialmente, permeadas por ideologias, ideologicamente contaminadas pelo mundo, pelas pessoas, pelas estruturas e pela política.

Segundo Marx, assim como a sociedade produz o homem enquanto homem, também é por ele produzida, (MARX, 2001). No caso da Feira, aquelas pessoas que a fazem ser, estão construindo o ser delas mesmas.

Nesse sentido, entende-se que realidades e subjetividades podem ser transformadas. O indivíduo não consegue separar a sua realidade objetiva da subjetiva, pois elas estão em permanente relação. Dessa forma, as realidades objetivas são construções permeadas por subjetividades. E as afetividades perpassam o interior dessas relações que se produzem na organização desse processo. Observa-se uma entrevistada:

A relação que a gente tem acho que é como uma amizade que a gente tem um com o outro, entendeu. Eu acho que é uma amizade muito profunda. Tanto na experiência da horta, como na experiência da convivência do trabalho que a gente tem essa ligação. Aquele aconchego um com o outro, que a gente não sabe nem explicar como é aquilo ali, é muito interessante.<sup>1</sup>

Subjetividades essas que não se dão apenas no plano consciente, estando também na invisibilidade da práxis marcada pela história de vida do sujeito, por suas relações afetivas, pela sua cultura, por seu contexto social, econômico. Conforme Winnicott (1994: 105):

É importante recordar que o sujeito, como realidade entrelaçada de múltiplos componentes, vive o acaso, a incerteza, a esperança, a alegria, o perigo, o prazer, a morte, miséria e riqueza. Ele age e é movido pelo passado, por sua história, personalidade, desejos, pelos sentimentos que o atropelam, as marcas da infância sempre presente.

O ser humano é um ser essencialmente de relações e à medida que vai se relacionando vai construindo as suas subjetividades.

Segundo Bock e Gonçalves (2005: 121):

---

<sup>1</sup> Membro da Feira, pertencente ao assentamento Padre Gino, entrevista para esta pesquisa.

Estamos usando o termo subjetividade para designar essa configuração – que nunca fica pronto – do processo de transformação do mundo, no âmbito do sujeito; desse sujeito que atua no mundo, que vive o mundo, que faz o mundo, transformando-o e submetendo-se a ele; estamos usando dimensão subjetiva para falar sobre a dimensão dos registros simbólicos e emocionais. No entanto, esses registros, além de estarem no campo da subjetividade do sujeito, também estão no campo coletivo, pois se objetivam como leis, valores, regras, significados, ideologias, teorias, ciência e discursos. Assim toda realidade social tem uma dimensão subjetiva.

A subjetividade se materializa em toda realidade vivenciada pelo humano e acompanha todas as práticas humanas, assim como a sua objetivação nas práticas sociais. Analisar o que acontece com o sujeito nas suas relações grupais é compreender as múltiplas dimensões que estão presentes na vida.

Assim como outras práticas humanas, a construção do saber está carregada por dimensões subjetivas que não se dão apenas em ambientes formais. As classes populares que não têm acesso ao saber acadêmico também constroem um outro tipo de saber. Todos os conhecimentos precisam ser analisados no seu interior com um olhar crítico, problematizador. Nesse sentido, para sua autenticidade, é necessária a participação de todos os envolvidos.

E em se tratando de grupos sociais, a formação se dá no processo de luta, ou seja, nas reuniões, nos encontros, nos seminários, nos cursos de formação, nas visitas de intercâmbio de experiências, nas comemorações, nos contatos e nas conversas informais. Mesmo reconhecendo os processos educativos decorrentes da luta, esses não bastam, nesse sentido a educação formal também se faz necessária para a vida dessas pessoas, especialmente devido ao analfabetismo existente na realidade

de grupos dessa natureza. Daí que a educação de jovens e adultos se apresenta como uma necessidade de se efetivar enquanto política pública voltada para todas e todos que necessitam de uma educação mais cuidadosa com as pessoas que não tiveram acesso a esse tipo de saber.

Essas relações desencadeiam em produção de outras realidades que vão se transformando, assim subjetividade e objetividade vão dando numa relação dialética entre mundo e sujeito.

Dessa forma, Barros (2001: 86), compreende o grupo como estratégia que produz outras relações, outras conexões, outras possibilidades de intervenções e de intersubjetivações:

Assim, o grupo, como estratégia de formação, opõe-se a utilização do grupo como, simplesmente, mais uma técnica.”... O que ganha lugar de destaque é a processualidade, o inventar modos de “aprender”, o poder olhar o texto, o contexto e o fora do texto como fluxos que se atravessam constituindo formas.

Nessa concepção, o grupo se apresenta como uma estratégia na formação, capaz de potencializar a produção de conhecimento, de compreender as múltiplas relações que se dão na realidade, de constituir outros modos de existir, de pensar a realidade, de outras possibilidades de intervir no processo de transformação da sociedade.

Ninguém fica no mesmo lugar, no processo grupal há toda uma construção subjetiva que permeia o individual e o coletivo. Ainda para Barros (2001: 85):

Quando dizemos produção de subjetividade estamos querendo apontar para o seu caráter não natural, isto é, para os processos históricos de montagens das formas subjetivas. Nessa perspectiva, a subjetividade não se confunde com uma transcendência, um já dado, um em si, um já aí. São processos que construirão certos objetos de interesse e conformarão modos de existir. Quando nos referimos, portanto,

à produção de subjetividade, estamos tomando-a intensivo isto é, enquanto maneira pela qual, a cada momento da história, prevalecem certas relações de poder-saber que produzem objetos, sujeitos, necessidades e desejo.

Nessa concepção não existe um determinismo histórico, porque os sujeitos estão em movimento buscando outras possibilidades, construindo outras subjetividades.

Centrada na concepção de indivíduo, a psicologia adotou como instrumentos de análise psicodiagnóstico, a psicometria, o aconselhamento, as técnicas de dinâmica de grupo, a análise individual. Sem entrar a fundo nessa discussão, a questão que se coloca é se essas abordagens têm dado conta em responder os problemas que têm se desenvolvido por homens e mulheres na sociedade.

Onde houver humano, há subjetividade, então as ações concretas estão cheias de subjetividades. Por mais concreto que seja um determinado objeto, se ele teve a intervenção humana existe a subjetividade. A presença dos humanos se concretiza nas ações dos sujeitos no mundo. Daí que a compreensão da subjetividade se dá nas construções históricas, numa relação entre sujeito e mundo.

Segundo Bock (2003: 22): “Nossas concepções sobre subjetividades deveriam unir o mundo objetivo com o mundo subjetivo, a fim de compreendê-los como construções históricas a partir da atuação transformadora do homem sobre o mundo”.

A compreensão das produções humanas nessa direção se faz necessária tendo em vista que é exatamente por sua capacidade de pensar, analisar, agir e criar que o humano pode atuar na sua realidade com intuito claro de transformação. Segundo Furtado (2003: 254): “Trata-se

de buscarmos referências que definam esse ser da transformação, que estudem sua subjetividade e que relacionem tal subjetividade dialeticamente a condições objetivas de transformação social”.

Existe uma produção em movimento que independe do que pensamos e queremos, o próprio sistema se encarrega de alimentá-la de forma invisível e sutil das leis, das instituições, das comunicações, das relações, enfim da sociedade em geral. Nesse sentido, se faz necessário pensar por dentro do pensamento psicológico que vem se desenvolvendo no social: a que tipo de sociedade estamos servindo? E que projeto de sociedade queremos?

Tendo em vista que a construção das subjetividades ocorre nas relações dos sujeitos e mundo, Lane afirma (2003: 112):

[...] a humanidade é conquista e construção humana que se põe na cultura, nos instrumentos e na linguagem, permitindo que cada homem, ao nascer candidato à humanidade, possa apreender e aprender as formas de ser, de sentir e pensar; possa registrar o já criado e possa imaginar e criar o novo, transformando a humanidade.

A preocupação central nesse momento é o humano. Tendo em vista que não se está só no mundo e que o ser humano só existe relacionado com o seu meio, não podemos conceber uma subjetividade que só consiga entender indivíduo separado da sua realidade social.

Pensar como o conhecimento científico tem subsidiado a produção capitalista, nos leva a concluir que esse conhecimento pode servir a outros propósitos e não mais o da produtividade para explorar o trabalho humano, mas na produção de um trabalho que possibilite uma vida melhor, não dos donos dos meios, mas de quem está produzindo.

Considerando o conhecimento produzido a partir de uma educação popular e sua importância no processo educativo dos movimentos sociais, dos grupos populares, pode-se percebê-lo como fundamental sua base de construção de outra perspectiva de sociedade. Porém, ela só não é suficiente para dar conta da concretização das transformações. Nesse sentido, buscamos abordar a produção de subjetividades como base de um “modelo” de sociedade, seja qual for sua perspectiva. Mas não é qualquer tipo de sociedade que nos interessa. Esse sistema competitivo e excludente não tem dado respostas aos problemas sociais produzidos socialmente. Por isso, nos interessamos pela abordagem da economia solidária que aponta como foco diferenciado outra lógica, fundamentada em princípios de cooperação, de solidariedade e respeito à vida, a partir de alternativas concretas no seio dos movimentos sociais populares, como é o caso da realização da Feira Agroecológica.

É no espaço de convivência que se evidenciam os conflitos de interesse no interior da própria classe, num diálogo que traz consigo os confrontos e as disputas por interesses coletivos e individuais num campo de disputa. E a riqueza é que a diversidade de pensamento é colocada no espaço público, assumindo uma responsabilidade, entendendo que a educação popular não escamoteia as diferenças, assim as subjetividades podem se expressar. Aprende-se a refletir e lidar com as diferenças. A esse respeito Ieno Neto (2005:47) afirma que:

[...] As práticas de autonomia e emancipação, portanto, não escamoteiam as diferenças e os conflitos, mas os coloca como oportunidade dos assentados aprofundarem suas análises sobre o que querem construir nos assentamentos e a partir deles e, frente ao que se apresenta como diferente, assumir publicamente a responsabilidade por suas decisões.

As diferenças, confrontos e contradições estão presentes no cotidiano desse grupo, a diferença é que esses conflitos são expressos e podem se propor soluções individuais e coletivas. Nesse sentido, o processo educativo possibilita esse espaço permanente de discussão e superação para abrir a outras questões decorrentes da vivência em grupo, num movimento permanente.

Assim, a educação popular aponta, nessa Feira, para uma aliança entre o subjetivo e o concreto num movimento indissociável, pois um alimenta-se do outro. A experiência envolve uma relação dinâmica permanente entre dimensões subjetivas, porque é realizada por humano, por pessoas trabalhando, pensando, refletindo, propondo, planejando, construindo uma perspectiva de vida, relacionando-se com o outro, na inserção objetiva de sua prática, na realização concreta da Feira, fruto da intervenção humana.

Essas e outras alternativas vêm demonstrando que, mesmo reconhecendo as fragilidades dos processos em curso, é possível desconstruir a idéia de modelo único de sociedade estabelecida. Existem possibilidades de reação a serem produzidas no cotidiano, nas organizações sociais sentidas e pensadas estrategicamente pelos sujeitos que desejem construir essas alternativas que também não podem ser únicas. Construídas na diversidade precisam ter um eixo de princípios que as guiem, porém sem perder de vista as necessidades humanas para além do econômico. Essa Feira Agroecológica é um ambiente de produção de subjetividade e bens econômicos.

Na perspectiva de Calado (2003: 26):

Não basta que apenas o rumo seja socialmente generoso, oposto, portanto ao do projeto capitalista dominante. Importante também que os caminhos, os

valores e o próprio jeito de caminhar dos protagonistas sejam igualmente alternativos. E aqui começa uma longa e interminável caminhada de aprendizado, de auto-avaliação e de aquisição de novas atitudes por parte dos que se pretendem protagonistas (individuais e coletivos) de um processo alternativo de globalização.

Um projeto coletivo de sociedade que procura sustentar-se em princípios libertários, precisa toda via exercitar-se em seus ideais, não apenas numa utopia distanciada da práxis, mas esse caminho vai se construindo no cotidiano. Um exercício de experimentação de sujeitos que pensam, sentem e agem no intuito de um outro jeito de viver.



## CONSIDERAÇÕES

Este livro proporcionou uma análise em torno da Feira Agroecológica relacionando a questão da subjetividade, da educação popular na construção de pistas que fundamentem uma alternativa de economia solidária popular num exercício em função não apenas de resolver problemas relacionados ao econômico, mas que exercitem propostas em função de uma sociedade diferente de lógica dominante.

Essa experiência vem da luta pela terra que se desencadeou na luta pelo trabalho, por uma economia solidária popular, fundada na aproximação de uma vivência alimentada por princípios de cooperação, de solidariedade, de emancipação humana, que mesmo reconhecendo todas as fragilidades de uma práxis numa sociedade em que a lógica dominante é o individualismo, a competição, a exploração, o autoritarismo. Alimentar outras subjetividades de forma a reconhecê-las é fundamental para mulheres e homens no movimento de construção de outras utopias em função de uma sociedade libertária.

Homens e mulheres movidos pela necessidade de transformação de suas vidas, compartilhando entre si os seus problemas, respaldados em proposições de luta pela terra, de organização e gestão de assentamentos de reforma agrária, de produção e comercialização de produtos agrícolas, permeados por um processo educativo libertário, comprometido com as transformações sociais, possibilitam a produção de subjetividades outras apontadas como alternativa de vida. No caso, a construção de uma Feira Agroecológica, com desejos de uma economia

solidária popular, na esperança de que possam mudar suas vidas e apontar pistas na construção de outras realidades de outros trabalhadores e trabalhadoras em suas organizações.

Nesse sentido, não é apenas a questão de construir outras subjetividades que venham a se contrapor ao modelo capitalista, mas a questão é que tipo de subjetividades estão se constituindo junto com essas experiências. Até porque, insistir nessa mesma lógica significa correr os mesmos riscos de exclusão produzidos pela engrenagem do sistema vigente: a lógica da competição, do individualismo, da desigualdade, da injustiça social, tudo produzido historicamente no social, mas aparentemente naturalizado.

Além de estar sustentada em princípios de igualdade, de solidariedade, de amorosidade, um tipo de educação dessa natureza tem uma intencionalidade de reconhecer os determinantes sociais; de perceber a intervenção humana como produtora de vida que não tem que ser necessariamente dessa forma. Desmistificar o determinismo redutor das possibilidades de vida. Criar outras formas de atuar de pensar, de ousar, de desvendar faz parte do humano na sua capacidade de refletir sobre o seu trabalho. Instigar a possibilidade de pesquisar, de desvendar, de criar tendo como propósito a vida.

O compromisso em minimizar o sofrimento decorrente das desigualdades sociais é uma tarefa que cabe a todos que sonham em construir uma sociedade diferente para todos e todas, não só para o futuro, mas na prática cotidiana, inclusive profissional. A transformação pode ser pensada a longo prazo, mas ela já começou, além de que a situação de miséria não espera. Nesse sentido, as práticas de economia solidária popular experienciadas na melhoria de vida e nas possibilidades de

crescimento humano em si já são exitosas e estão contribuindo para a construção de uma sociedade justa, solidária e igualitária. Experiências, contudo, que necessitam da crítica para sua continuidade.

**É importante destacar desafios suscitados:**

- essas experiências são importantes em termos qualitativos, mas só atingem uma dimensão mínima das classes populares, enquanto que a exclusão social avança velozmente produzindo mais e mais miseráveis, nesse sentido, expandi-las também em termos de quantidade;
- essas experiências estão sendo gestadas numa sociedade com valores, com cultura, com regras, com subjetividades aprisionadas pela ideologia capitalista que é contrária aos princípios que embasam esse tipo de experiência;
- minimizar as diferenças econômicas no interior do próprio empreendimento solidário;
- essas experiências são produzidas numa relação grupal e que abrem a questão de combinar as necessidades coletivas sem aniquilar as individualidades dos sujeitos que estão unidos por um projeto coletivo;
- essas experiências não se sustentam se estiverem isoladas, sendo necessário serem alimentadas por uma rede de experiências dessa natureza;
- a economia solidária popular necessita, assim como nessa Feira, não apenas de sujeitos que decidam produzir a partir de princípios solidários, mas por outro lado, de consumidores solidários;
- a qualidade de seus produtos precisa ser considerada;
- a estética e a propaganda de seus produtos não podem ser menosprezadas.

Não é que os valores estejam dados de outra forma já estabelecida, mas eles estão alimentados noutra perspectiva que se dá num processo embasado em outros valores que vão se produzindo e o que torna isso mais significativo é a perspectiva de emancipação humana.

Essa experiência é diferente da visão de humano alimentada pelo neo-liberalismo, que deseja um humano subserviente às suas idéias, um humano aprisionado na lógica da competição em todos os espaços da vida. E o que resta àqueles que não se enquadram nesse modelo? A idéia é que continuem sonhando com a ilusão de uma outra realidade que pode ocorrer a qualquer momento, porém não conseguem perceber a construção histórica da realidade. Podem reconhecer as condições da realidade que vivenciam, mas não se reconhecem como seres da transformação, limitando a sua ação enquanto sujeito histórico.

O humano, na perspectiva sócio-histórica, se reconhece como sujeito que está inserido em uma sociedade construída na relação com o mundo, com uma diversidade de intervenções complexas, permeadas por ideologias. Mesmo reconhecendo que existem forças contraditórias, movidas por interesses econômicos, sociais, ambientais, atuando na sociedade e que nem sempre podem ser percebidas. É um sujeito que tem a capacidade de pensar, de sentir, de planejar as suas intervenções no mundo, utilizando-se de dimensões que lhes são disponíveis enquanto ser humano.

Existe uma realidade concreta que limita a atuação humana na sociedade, seja qual for a sua perspectiva. Porém, se a lógica hegemônica não está dando conta das necessidades humanas e ambientais, que intervenções poderiam apontar pistas em direção de outro tipo de sociedade? Pela economia solidária popular não existe um modelo que

dê conta dessa resposta e isso é saudável ao humano enquanto sujeito desse modelo, exercício de uma práxis que fomenta a aparição do sujeito e sua ação no mundo.

Existe a capacidade humana de criação, de intervenção no mundo com outras possibilidades de vida. O humano está permeado pelas relações com a cultura, história, idéias, mundo, ambiente, que vão se formando em função de um tipo de sociedade com uma lógica definida. Mudar as concepções, a atuação, a relação com o mundo, requer movimento que é subjetivo, do sujeito em relação à sua postura diante do mundo.

Essa Feira é caminho de construção de utopia, e está produzindo subjetividades constituídas na base para relações humanas mais autônomas e libertárias. A subjetividade está onde a presença humana esteja. Todo fazer concreto passa necessariamente pelo cunho subjetivo.

Evidenciar as subjetividades nessas perspectivas não significa negar os processos de construção de um desenvolvimento coletivo e de um projeto de sociedade, mas considerar que as transformações vão ocorrendo no caminhar, durante a sua construção. Se as práticas se constituírem em fundamentos éticos compatíveis com os princípios de um mundo que se deseja construir, não se pode esperar um dia em que as pessoas vão atuar, pensar e sentir de outra forma. As transformações vão ocorrendo no momento de nossa existência, no cotidiano das relações.

Essa experiência da Feira demonstra que a organização dominante não é a única forma de se organizar em sociedade.

Mesmo reconhecendo a força como o capitalismo vem se organizando, “instalado” nas instâncias de poder das organizações sociais,

instituições, ele também (está nas subjetividades) penetra nos sonhos, nos desejos, nas perspectivas, nas relações e nas necessidades.

Utilizando-se de sua “capacidade” de criar, de inventar, em função de suas necessidades, os humanos são capazes de inventar outras formas, outros jeitos de viver. Apesar de sua capacidade de se enraizar nas instâncias concretas e psíquicas, esta pode ir além daquela que o sistema lhe pede ou espera.

Nesse sentido, pensar numa sociedade para todos e todas não se pode negligenciar a intimidade do sujeito, sua subjetividade, que mesmo sendo construída na relação com o mundo, existe um ser em cada um com suas peculiaridades, desejos, vontades, prazeres, sonhos e história de vida, para que se possam experimentar outros jeitos, outros modos de ser, de pensar, de agir e de intervir, transgredindo o instituído.

Mesmo num projeto de sociedade sustentável compartilhado coletivamente, deve haver uma combinação entre as dimensões individuais e coletivas, no intuito de que, além da satisfação das necessidades coletivas, também sejam consideradas a diversidade, a criação, a intimidade, o jeito de ser, suas subjetividades. É claro que essa combinação não se configura em relações simplificadas, mas com possibilidades de construir modos de existir que sejam em função da vida e da felicidade.

Ser sujeito da vida é se sentir pulsando, participando do movimento de construção do mundo e das transformações humanas a partir das necessidades de mudanças do mundo e de si. Essa relação se dá num movimento permanente, não podendo se analisar um sem o outro, sujeito e mundo. Ao transformar as coisas em função de nossas necessidades, o sujeito vai se transformando, num movimento que pode tender para uma diversidade de caminhos, entre eles a degradação das

relações, das condições e do humano ou a sua emancipação que, quando alimentada por um grupo, tem como princípio a emancipação em suas dimensões de criação, de produção, de trabalho, de alegria e de felicidade.

A Feira se concretiza na intervenção de sujeitos que, na relação com outros, foram inventando a sua realidade. Para aqueles sujeitos, sua relação com o ambiente e com os outros vem mudando, tudo isso num processo de intervenção humana, num movimento de aproximação entre a satisfação das necessidades imediatas e a concretização de uma utopia da solidariedade com os outros, consigo mesmo e com o mundo.



## REFERÊNCIAS

ABNT. *NBR 6023*: Informação e documentação: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. *NBR 10520*: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. *NBR 14724*: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In : CATTANI, Antonio David. (Org.) *A outra economia*. Porto Alegre: Veras Editores, 2003.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILE, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo – As políticas Sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BARROS, Regina D. Benevides. Grupo: uma estratégia na formação. In Athayde, Milton, BARROS, Maria Elizabeth; BRITO, Jussara e NEVES, Mery Yale (Orgs.). *Trabalhar na escola? Só inventando o prazer*. Rio de Janeiro: IPUB/ CUCA, 2001).

BOBBIO, Norberto. O Reverso da Utopia. In BLACKBURN, Robin (Org.). *Depois da Queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BOCK, Ana Mercês Bahia. *Psicologia e compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, MARIA da Graça M. Indivíduo-Sociedade: uma relação importante na psicologia social. In. Bock, Ana Mercês Bahia. (Org.) *A Perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia*. Petrópoles: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_, Ana Mercês Bahia; CONÇALVES, Maria da Graça Marchina. Subjetividade: o sujeito e a dimensão subjetiva dos fatos. In: REY, Fernando González. (Org.). *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*. São Paulo: Pioneira Thompson, 2005.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar. Ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis RJ: Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é método Paulo Freire*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. Tecelão da utopia: uma leitura transdisciplinar de Paulo Freire. In RODRIGUES, Luiz Dias e VASCONCELOS, Eymard Mourão.(Orgs) *Novas configurações em movimentos sociais. João Pessoa*: Editora Universitária/ UFPB, 2000.

\_\_\_\_\_. *O labirinto da educação popular*. In BRENNAND, Edna Gusmão de Góes. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia. Enfoque científico e estratégico*. Porto Alegre, 2002.

ESTATUTO da ECOVARZEA. Sapé, 2004. (mimeografado)

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

FROMM, Erich. *Conceito marxista de homem*. Rio de Janeiro: Zahar

Editores, 1975.

FURTADO, Odair. Psicologia e o compromisso social. In: BOCK, Ana Mercês Bahia.(Org.). *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir. Para chegar lá juntos e em tempo: caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos. In: *21 Reunião Anual da ANPED*. Caxambu, 1998.

GARCIA, Regina Leite. *Aprendendo com os movimentos sociais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GONH, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópoles, Vozes: 1996.

IENO NETO, Genaro e Thomas Bamat (Coord.). *Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba*. João Pessoa:UNITRABALHO / UFPB, 1998.

IENO NETO, Genaro. *Assentamentos rurais e desenvolvimento: em busca de sentido – Projeto Lumiar na Paraíba*. Tese de Doutorado, UFPB/CCHLA/PPGS. João Pessoa, 2005.

LANE, Silvia T. M. Avanços da psicologia social na América Latina. In. LANE, S.T.M e SAWAIA, B.B. (Orgs.). *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense: EDUC, 1995.

\_\_\_\_\_. Emoções e Pensamento: uma dicotomia a ser superada. In. Bock A. M. B. *A Perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia*. Petrópoles, RJ: Vozes, 2003.

LIMA, Joselita Ferreira. *A dimensão educativa da mística na luta política do MST*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2003.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MELO NETO, José Francisco de. *Educação popular: enunciados teóricos*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

\_\_\_\_\_. Educação popular uma ontologia. In. SCOCUGLIA, Afonso Celso; MELO NETO, José Francisco de (Org.). *Educação popular: outros caminhos*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2001.

MILIBAND, Ralph. Reflexão sobre a crise dos regimes comunistas. In BLACKBURN, Robin (Org.). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

OLIVEIRA, Rosângela Alves. *A Feira Agroecológica da Várzea Paraibana: Práticas educativas para uma economia popular solidária*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2004.

PETERSEN, Paulo; TARDIN, José Maria. *Gestão do conhecimento agroecológico – subsídio para o seminário interno da ASPTA*. (mimeografado) 1998.

SÁDER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

STÉDILE, João Pedro. *Questão agrária no Brasil*. São Paulo: Atual, 1997.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

TOURAINE, Alain. *O pós-socialismo*. Tradução Sonia Goldfeder e Ramon Américo Vasques. São Paulo: Brasiliense, 2004.

VIGOTSKI, Levi Semenovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WINNICOTT, D. W. *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1994.

